



Universidade de Brasília – UnB

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas – FACE

Departamento de Economia – ECO

Mestrado Profissional em Economia Área de Concentração em Gestão Econômica de Finanças  
Públicas

**Evasão de alunos no Ensino Superior:** ações para reduzir a evasão nas IES

Selma Regina de Assis Lopes

Brasília

2022

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura  
**Reitora da Universidade de Brasília**

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen  
**Vice-Reitor da Universidade de Brasília**

Professor Doutor Lúcio Remuzat Rennó Junior  
**Decano de Pós-Graduação**

Professor Doutor José Márcio Carvalho  
**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas  
Públicas**

Professor Doutor Roberto de Goés Ellery Júnior  
**Chefe do Departamento de Economia**

Professora Doutora Marina Delmondes de Carvalho Rossi  
**Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Economia**

SELMA REGINA DE ASSIS LOPES

**Evasão de alunos no Ensino Superior: ações para reduzir a evasão nas IES**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia do Programa de Pós-Graduação em Economia do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília.  
Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Deborah Oliveira Martins dos Reis.

Brasília

2022

Universidade de Brasília – UnB  
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas –  
FACE  
Mestrado Profissional em Economia  
Área de Concentração em Gestão Econômica de Finanças Públicas

SELMA REGINA DE ASSIS LOPES

**Evasão de alunos no Ensino Superior: ações para reduzir a evasão nas IES**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia do Programa de Pós-Graduação em Economia do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Deborah Oliveira Martins dos Reis

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Deborah Oliveira Martins dos Reis - Orientadora  
PPGECO/ECO/FACE/UnB

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra Ana Carolina Pereira Zoghbi – Membro Interno  
PPGECO/ECO/FACE/UnB

---

Prof. Dr. Rafael Terra de Menezes – Membro Interno  
PPGECO/ECO/FACE/UnB

---

Prof. Dr Raphael Almeida Videira – Membro Externo  
PUC-SP

Brasília, 29 de novembro de 2022.

Para Carolina Lopes Lima.

Para os meus pais.

Para a minha família.

Com amor.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha orientadora, Prof<sup>ª</sup>. Dra. Deborah Oliveira Martins dos Reis, que foi fundamental na realização deste trabalho e na oportunidade de aprendizado.

À minha Diretora Gabriela Pereira Cota, por me incentivar, apoiar e acreditar em mim.

À minha família e amigos, por me apoiarem em todos os momentos da minha vida e estarem presentes quando precisei.

Aos colegas da turma mestrado, pelas horas de estudos e de aprendizagem, em tempos de pandemia.

À UnB e todos seus servidores, por proporcionarem a oportunidade da realização deste curso de mestrado.

## RESUMO

A evasão de alunos representa um desafio educacional complexo, que ocorre em todos os tipos de instituição de ensino e afeta o sistema educacional como um todo. Portanto, o objetivo deste estudo é conhecer quais são as políticas ou ações adotadas nas Universidades Federais para conter a evasão de alunos, nos cursos presenciais, visando a melhoria dos índices acadêmicos. Para isso foi enviado um questionário às Universidades Federais solicitando o percentual de evasão no período de 2015 a 2021 e quais as estratégias usadas para combatê-la. Como resultado verificou-se que a monitoria, tutoria, auxílios e acompanhamento pedagógico estão entre as ações mais citadas pelas IFES para o combate da evasão. Verificou-se, também, que existem divergências entre os números de evasão de alunos apresentados pelas instituições e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

**Palavras-chave:** Evasão. Ensino superior.

## **ABSTRACT**

Student dropout represents a complex educational challenge, occurring in all types of educational institutions and affecting the educational system in its entirety. Therefore, the objective of this study is to know which policies or actions are adopted in federal universities to contain student dropout in face-to-face courses, aiming at improving academic indices. For this, a quiz was sent to the Federal Universities requesting the percentage of dropouts during the period of 2015 to 2021 and what strategies were used to counter it. It was observed that monitoring, tutoring, aid and pedagogical accompaniment are among the actions most cited by the Federal Institutions of Higher Education (IFES) to counter dropout. Additionally, it was observed that there are discrepancies between the number of student dropouts reported by the institutions and by the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira (Inep).

**Keywords: Dropout. Higher education**

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Evolução do número das matrículas, ingressantes e concluintes (2011-2020).....	14
Gráfico 2- Taxas de Desistência, Conclusão e Permanência da Graduação IES (2011-2020)	16
Gráfico 3 - Média da Taxas de: Desistência, Conclusão e Permanência .....	17
Gráfico 4- Número de Instituições de Ensino Superior (2020) .....	19
Gráfico 5 - Evolução do número de Matrículas na Educação Superior 2010-2020 .....	19
Gráfico 6 – Número de matrículas em cursos de graduação por tipo de organização .....	20
Gráfico 7 - categorias das ações para evitar a evasão de alunos .....	65

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Número de Vagas novas oferecidas, Ingressos segundo as Regiões Geográficas e as Instituições Federais - 2020.....	15
Tabela 2- Dados da Graduação da Educação Superior (2011 a 2021) .....	21
Tabela 3- Resumo das causas da evasão .....	32
Tabela 4 - Ações para o combate à evasão MEC .....	39
Tabela 5- Ações para o combate à evasão de alunos.....	45
Tabela 6- Instituições que participaram da pesquisa pelo sistema FALA BR .....	49
Tabela 7 - Total de instituições respondentes e não respondentes por Região.....	51
Tabela 8 - Formas de Cálculo da evasão das IFES .....	55
Tabela 9 - Evasão de alunos das IFES no período de 2015 a 2019.....	55
Tabela 10 - Evasão de alunos assistidos da UFOB (2016 a 2021).....	57
Tabela 11 - Evasão das IFES da região Centro-Oeste período 2015-2019 .....	58
Tabela 12 - Evasão das IFES da região Nordeste no período 2015-2019.....	58
Tabela 13- Evasão das IFES da região Norte no período 2015-2019 .....	59
Tabela 14 - Evasão das IFES da região Sudeste no período 2015-2019.....	59
Tabela 15 -Evasão das IFES da região Sul no período 2015-2019.....	60
Tabela 16 - Cursos com as maiores taxas média de evasão no período de 2015 a 2019.....	60
Tabela 17 - Cursos com as menores taxas médias de evasão no período de 2015 a 2019 .....	62
Tabela 18 - Ações indicadas pelas IFES, categoria: Apoio Pedagógico.....	66
Tabela 19 - Ações indicadas pelas IFES, categoria: Auxílio Financeiro .....	69
Tabela 20 - Ações indicadas pelas IFES, categoria: Planejamento.....	71
Tabela 21- Ações indicadas pelas IFES, categoria: Programa do Governo Federal .....	72
Tabela 22 - Ações indicadas pelas IFES, categoria: Valorização do Docente .....	73
Tabela 24 - Ações da quarta etapa.....	77

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES	-	Associação Nacional dos Dirigentes Das Instituições Federais de Ensino Superior
CAPES	-	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CGU	-	Controladoria-Geral da União
CNPQ	-	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FURG	-	Universidade Federal do Rio Grande
IC	-	Iniciação Científica
IES	-	Instituição de Ensino Superior
IFES	-	Instituição Federal de Ensino Superior
INEP	-	Instituto Nacional de Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IQ	-	Instituto de Química
MEC	-	Ministério da Educação
OCC	-	Orçamento de Custeio e Capital
OCDE	-	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PBP	-	Programa Bolsa Permanência
PEC-G	-	Programa Estudantes-Convênio de Graduação
PET	-	Programa Educação Tutorial
PIBID	-	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PNAES	-	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PPGE	-	Programa de Pós-Graduação Em Economia
PROFa	-	Professora
PROMISAES	-	Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior
REUNI	-	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RU	-	Restaurante Universitário
SETEC	-	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica SETEC
SISU	-	Sistema de Seleção Unificada
TIC	-	Tecnologia da Informação e Comunicação
TCU	-	Tribunal de Contas Da União
TSG	-	Taxa de Sucesso na Graduação
UFABC	-	Fundação Universidade Federal do Abc
UFAC	-	Universidade Federal do Acre
UFAL	-	Universidade Federal de Alagoas
UFAM	-	Universidade Federal do Amazonas
UFAPE	-	Universidade Federal do Agreste De Pernambuco
UFBA	-	Universidade Federal da Bahia
UFC	-	Universidade Federal do Ceará
UFCA	-	Universidade Federal do Cariri
UFCAT	-	Universidade Federal de Catalão
UFCG	-	Universidade Federal de Campina Grande
UFCSPA	-	Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
FDPAR	-	Universidade Federal do Delta do Parnaíba
UFERSA	-	Universidade Federal Rural do Semi Árido
UFES	-	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	-	Universidade Federal Fluminense

UFFS	-	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFG	-	Universidade Federal de Goiás
UFGD	-	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
UFJ	-	Universidade Federal de Jataí
UFJF	-	Universidade Federal de Juiz De Fora
UFLA	-	Universidade Federal de Lavras
UFMA	-	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	-	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS	-	Universidade Federal de Mato Grosso Do Sul
UFMT	-	Universidade Federal de Mato Grosso
UFNT	-	Universidade Federal do Norte do Tocantins
UFOB	-	Universidade Federal do Oeste Da Bahia
UFOP	-	Universidade Federal de Ouro Preto
UFOPA	-	Universidade Federal do Oeste Do Pará
UFPA	-	Universidade Federal do Pará
UFPB	-	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	-	Universidade Federal de Pernambuco
UFPEL	-	Universidade Federal de Pelotas
UFPI	-	Universidade Federal do Piauí
UFPR	-	Universidade Federal do Paraná
UFR	-	Universidade Federal de Rondonópolis
UFRA	-	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRB	-	Universidade Federal do Recôncavo Da Bahia
UFRGS	-	Universidade Federal do Rio Grande Do Sul
UFRJ	-	Universidade Federal do Rio De Janeiro
UFRN	-	Universidade Federal do Rio Grande Do Norte
UFRPE	-	Universidade Federal Rural De Pernambuco
UFRR	-	Universidade Federal se Roraima
UFRRJ	-	Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro
UFS	-	Universidade Federal de Sergipe
UFSB	-	Universidade Federal do Sul Da Bahia
UFSC	-	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR	-	Universidade Federal de São Carlos
UFSJ	-	Universidade Federal de São João Del Rei
UFSM	-	Universidade Federal de Santa Maria
UFT	-	Fundação Universidade Federal do Tocantins
UFTM	-	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU	-	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	-	Universidade Federal de Viçosa
UFVJM	-	Universidade Federal dos Vales Do Jequitinhonha E Mucuri
UNB	-	Universidade de Brasília
UNIFAL	-	Universidade Federal de Alfenas
UNIFAP	-	Universidade Federal do Amapá
UNIFEI	-	Universidade Federal de Itajubá
UNIFESP	-	Universidade Federal de São Paulo
UNIFESSPA	-	Universidade Federal do Sul E Sudeste Do Pará

UNILA	-	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNILAB	-	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNIPAMPA	-	Fundação Universidade Federal do Pampa
UNIR	-	Fundação Universidade Federal de Rondônia
UNIRIO	-	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNIVASF	-	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco
UTFPR	-	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

## SUMÁRIO

1 – Evasão de aluno no Ensino Superior: ações para reduzir a evasão nas IES.....	13
1.1-Números da educação superior .....	18
1.2- Evasão na educação superior .....	21
1.4 - Causas da evasão.....	28
1.5 - Consequências da evasão.....	33
1.6 - Ações contra a evasão.....	35
1.7 - Ações Governamentais .....	41
2- Fontes e Métodos .....	46
3 - Análise da evasão de alunos da Graduação presencial no período de 2015 a 2019.....	54
3.1 - Taxa de evasão das IFES .....	54
3.2 - Análise das medidas usadas pelas IFES para combater a evasão de alunos da graduação presencial.....	64
4 - Considerações Finais .....	79
REFERÊNCIAS .....	80
Anexo I.....	86
Anexo II .....	88

## 1 – Evasão de alunos no Ensino Superior: ações para reduzir a evasão nas IES

A evasão de alunos representa um desafio educacional complexo, que ocorre em todos os tipos de instituição de ensino e afeta o sistema educacional como um todo. Descobrir as causas e desenvolver ações para combatê-la é objetivo de gestores e pesquisadores que se ocupam do tema da evasão (CABELLO, *et al.*, 2018; SILVA FILHO *et al.*, 2007).

A evasão de alunos causa prejuízos à Universidade, à sociedade e ao aluno em si. E em relação às instituições públicas de ensino, representa notável subaproveitamento de recursos públicos e da capacidade instalada, conforme pontua Silva Filho *et al.* (2007, p.642):

As perdas de estudantes que iniciam, mas não terminam seus cursos são desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos. No setor público, são recursos públicos investidos sem o devido retorno. No setor privado, é uma importante perda de receitas. Em ambos os casos, a evasão é uma fonte de ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e espaço físico.

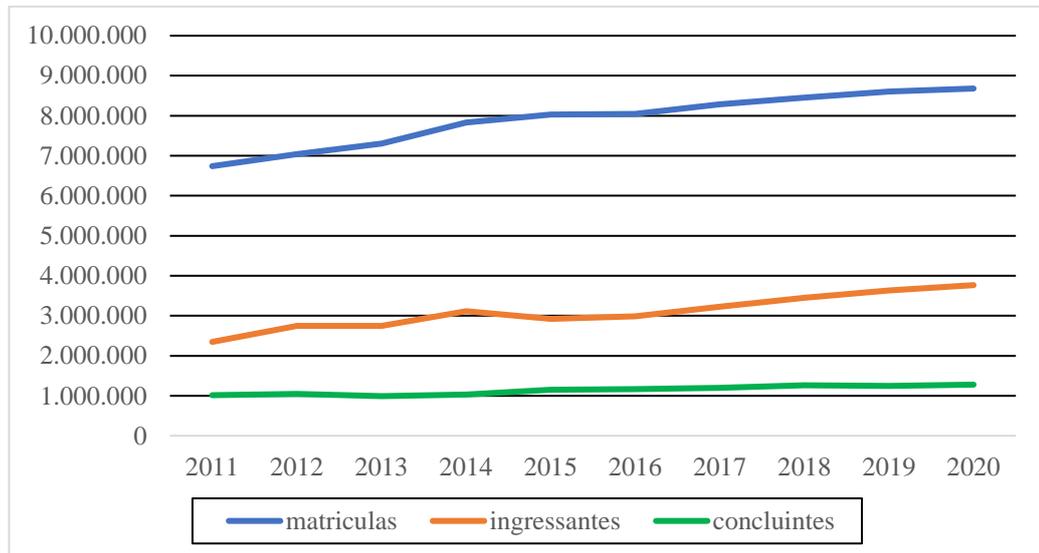
Silva Filho e Lobo (2012, p.1) chamam esse processo de “perda coletiva”, tendo em vista que, os alunos que interromperam os estudos terão mais dificuldades para atingir seus objetivos pessoais, além de representar, do ponto de vista da sociedade “um número menor de pessoas com formação completa do que se poderia ter e mais dificuldade para que cumpram seu papel na sociedade com eficiência e competência”.

Os recursos públicos investidos na educação visam, além de propiciar indivíduos eficientes e qualificados para a sociedade, o desenvolvimento da economia do País. Para desenvolver a população o governo elabora Políticas Públicas com o objetivo de democratizar e aumentar as possibilidades para que os indivíduos possam ter acesso à educação superior, visto a importância de pessoas qualificadas nas várias áreas do conhecimento para a sociedade e para a economia. O aluno que ocupa uma vaga em uma universidade federal, está sendo mantido com recursos públicos que são investidos em educação para o desenvolvimento do indivíduo, da sociedade e da economia do País. A formação no Ensino Superior propicia à inclusão socioeconômica, a qualificação profissional, aumento da empregabilidade e diminuição das assimetrias sociais. Quando o aluno interrompe os estudos e desiste de estudar, está causando prejuízo ao Estado e à sociedade, além de afetar negativamente os indicadores de qualidade da Universidade (SILVA FILHO; LOBO, 2012; LIMA, 2019).

Dados do Censo da Educação Superior de 2020, publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, mostram a evolução dos números gerais da Educação Superior no Brasil, no período entre 2011 a 2020, tais como o crescimento dos números das matrículas, dos ingressantes e os dos concluintes.

Nesse período as matrículas apresentam um crescimento de 28%, em 2011 eram 6.739.689 alunos matriculados, em 2020 esse número passa para 8.680.354 matrículas, Gráfico 1, (INEP/MEC, 2022).

Gráfico 1- Evolução do número das matrículas, ingressantes e concluintes (2011-2020)



Fonte: Elaboração própria com dados do INEP (2022)

Em relação ao número de alunos ingressantes da graduação, categoria pública e privada, em 2011 ingressaram 2.346.695 alunos e, em 2020 foram 3.765.475 ingressantes, (crescimento de 60,5% no período). Houve uma queda nos anos 2013, 2015 e 2017 motivada pela queda de ingressantes na categoria pública (INEP, 2020).

Já no número de alunos concluintes da graduação de 2011 a 2020, houve uma evolução geral ascendente, que parte de 1.016.713 alunos concluintes e alcança o total de 1.278.622 alunos, com 25,8% de crescimento no número de concluintes, no entanto, essa taxa não acompanhou a taxa de crescimento da matrícula (28%) e nem do ingresso de novos alunos (60,5%), evidenciando a dificuldade de dos alunos se formarem no tempo previsto quer seja por evasão, interrupção dos estudos; quer seja por retenção, permanência do aluno nos cursos para além do tempo máximo de integralização curricular (BRASIL, 1996; INEP, 2020).

Apesar dos números crescentes das matrículas e de ingressantes, a oferta de novas vagas é inferior a 10% da demanda de inscritos. Conforme dados do Censo da Educação Superior, Tabela 1, no ano de 2020, foram oferecidas nas Instituições Federais, 342.714 vagas novas, a demanda por essas vagas foi de 4.055.141 candidatos inscritos, ou seja, a relação candidatos inscritos/vagas foi de 11,8. Esses resultados mostram que ainda existem muitos candidatos interessados na educação superior (INEP 2020).

Tabela 1- Número de Vagas novas oferecidas, Ingressos segundo as Regiões Geográficas e as Instituições Federais - 2020

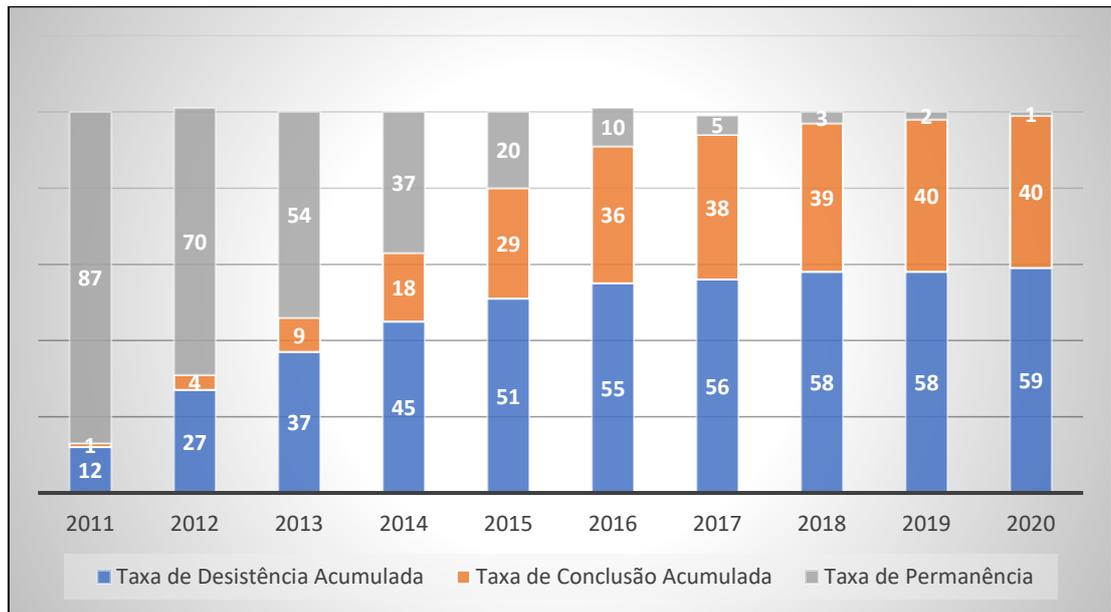
Região	Seleção para Vagas Novas			Ingressos
	Vagas Oferecidas	Candidatos Inscritos	Relação Candidatos Inscritos/Vaga	Processo Seletivo (para vagas novas)
	Presencial	Presencial	Presencial	Presencial
<b>Brasil</b>	<b>342.714</b>	<b>4.055.141</b>	<b>11,8</b>	<b>291.973</b>
Norte	41.729	553.090	13,3	30.825
Nordeste	103.620	1.446.825	14,0	89.171
Sudeste	96.219	1.376.605	14,3	86.869
Sul	63.309	337.147	5,3	54.664
Centro-Oeste	37.837	341.474	9,0	30.444

Fonte: Elaborado própria com os dados de INEP (2022)

Apesar da grande demanda de candidatos para ingressar no Ensino Superior, conforme demonstrado pelos dados do Censo na Tabela 1, a oferta é pequena, não bastasse isso, muitos alunos que entram não conseguem concluir o seu curso, e com isso evadem, deixando uma vaga ociosa, a qual gera prejuízos. Ter acesso ao Ensino Superior não é suficiente, é necessário que o aluno tenha condições de permanecer e se formar dentro do tempo previsto, evitando, dessa forma, os prejuízos que são causados pela interrupção dos estudos. Os números da evasão podem ser vistos no Gráfico 2, o INEP acompanhou os ingressantes de cursos de graduação (bacharelado, licenciatura e tecnológico) de um determinado ano de ingresso (2011) até o encerramento de seu vínculo (conclusão ou desistência). O período analisado foi de 2011 a 2020, no ano de 2011, ingressaram nos cursos de graduação 2.346.695 alunos, distribuídos entre 30.420 cursos e em 2.365 Instituições de Educação Superior. A análise do período de 10 anos de acompanhamento indica que 40% dos alunos que ingressaram na educação superior, no ano de 2011, conseguiram chegar à conclusão. Desistiram do curso 59% dos alunos e 1% ainda permanecia na universidade após o período de dez anos (CARDOSO, 2008; INEP, 2011; INEP,2020).

Além disso, no Gráfico 2, mostra que 37% dos alunos que ingressaram, em 2011, evadiram até o final do terceiro ano, com isso, a taxa de desistência acumulada (TDA) – percentual do número de estudantes que desistiram (desvinculado ou transferido) – diminuiu o ritmo de crescimento nos últimos cinco anos, visto que a evasão é maior nos primeiros anos do curso e tende a diminuir à medida que se aproxima à conclusão do curso (INEP, 2020).

Gráfico 2- Taxas de Desistência, Conclusão e Permanência da Graduação IES (2011-2020)

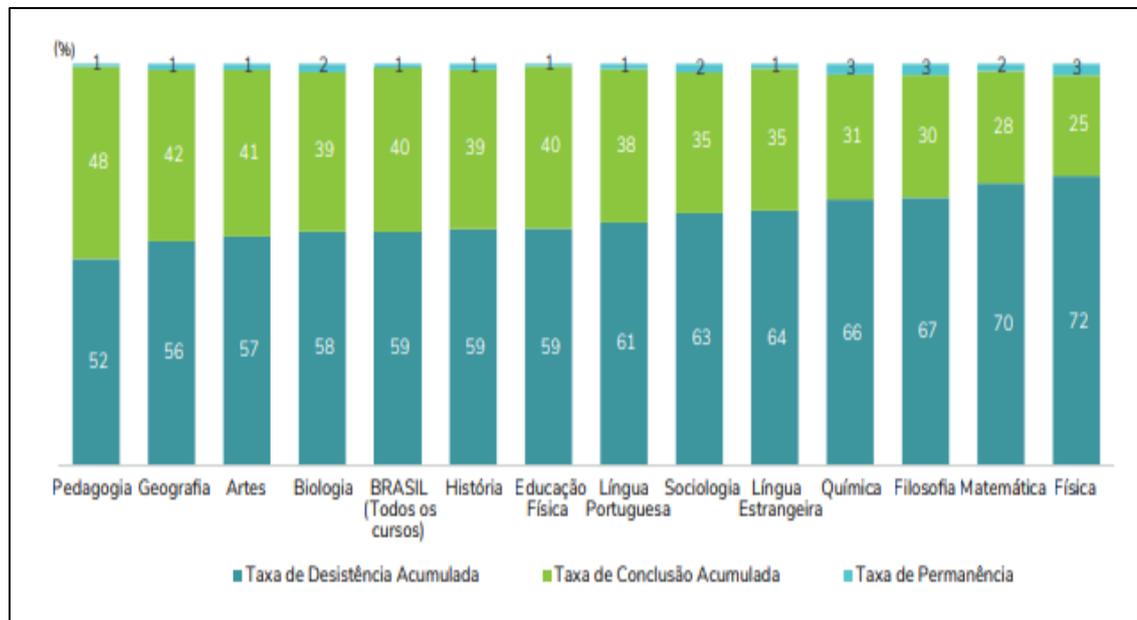


Fonte: INEP (2020)

Comparando a taxa de evasão dos cursos de graduação (Gráfico 2) com os cursos específicos para a formação de professor para a Educação Básica, que compreende a Educação Infantil, a Educação Fundamental e o Ensino Médio (Gráfico 3), a taxa de evasão revela-se ainda mais acentuada. O curso de Física é o que tem a maior taxa de desistência acumulada com 72% de evasão, Matemática tem 70% e o de Filosofia 67%. Entre os cursos de licenciatura, o que apresenta a menor taxa de evasão acumulada é o curso de Pedagogia com 52%, seguido do curso de Geografia com 56% e Artes 57% de desistência. Observa-se também, no Gráfico 3, a média geral da taxa de desistência acumulada de todos os cursos de graduação que é igual a 59%, independente do grau acadêmico - graduação, licenciatura e tecnólogo (INEP 2020).

Essas taxas de desistência geram grandes preocupações, entre elas podem-se destacar os prejuízos para os cofres públicos quando esses alunos são das IFES, por serem custeados com recursos públicos, que são escassos. Outro problema que se apresenta em decorrência da alta evasão nos cursos de licenciatura é o “grande déficit de professores” principalmente na área de ciências (LOBO, 2012; INEP 2022; MASSI E VILLANI, 2015, p. 977).

Gráfico 3 - Média da Taxas de: Desistência, Conclusão e Permanência em cursos de graduação para a formação de professor da Educação Básica (2011-2020)



Fonte: INEP (2020)

As taxas de desistência apresentadas nos Gráficos 2 e 3 mostram que é preciso estudar o fenômeno da evasão, a fim de reverter esse resultado e conhecer os motivos pelos quais levam o aluno a desistir de um curso. Esse conhecimento poderá ajudar na elaboração de ações visando evitar que aconteçam novas perdas pelos mesmos motivos (INEP, 2022; LOBO, 2012).

Existem, na produção acadêmica, muitas pesquisas sobre os motivos, causas e os números da evasão, mas observou-se que são poucos os conhecimentos compartilhados sobre o que as Universidades estão realizando para enfrentar esse problema na prática. Conforme os estudos, as causas são múltiplas “percebe-se que é praticamente impossível níveis zero de evasão e de retenção, sobretudo por razões que fogem completamente ao âmbito da política acadêmica”. Algumas causas, tais como: mudança do aluno para outro estado; questões relacionadas à sua saúde ou de sua família; e a necessidade do aluno de trabalhar são alguns dos problemas que podem causar a evasão de alunos, mas nem sempre será possível à Universidade resolver. No entanto, existem outras causas de evasão nas quais a Universidade pode agir para reverter a situação, que serão detalhadas na próxima seção (BRASIL, 2014, p 29).

Devido a essa questão/problema, evasão de alunos, considera-se que o estudo das ações para o enfrentamento da evasão de alunos é pertinente, uma vez que poderá contribuir com a disseminação de estratégias para a redução das taxas de evasão. Assim, o objetivo deste estudo

é conhecer quais são as políticas e ações adotadas pelas Universidades Federais para conter a evasão de alunos nos cursos de graduação presenciais, visando à melhoria dos índices acadêmicos. O compartilhamento de ações ou estratégias para o combate à evasão é importante para disseminar ideias e conhecimentos para o enfrentamento do problema e a redução dos impactos provenientes da desistência dos alunos.

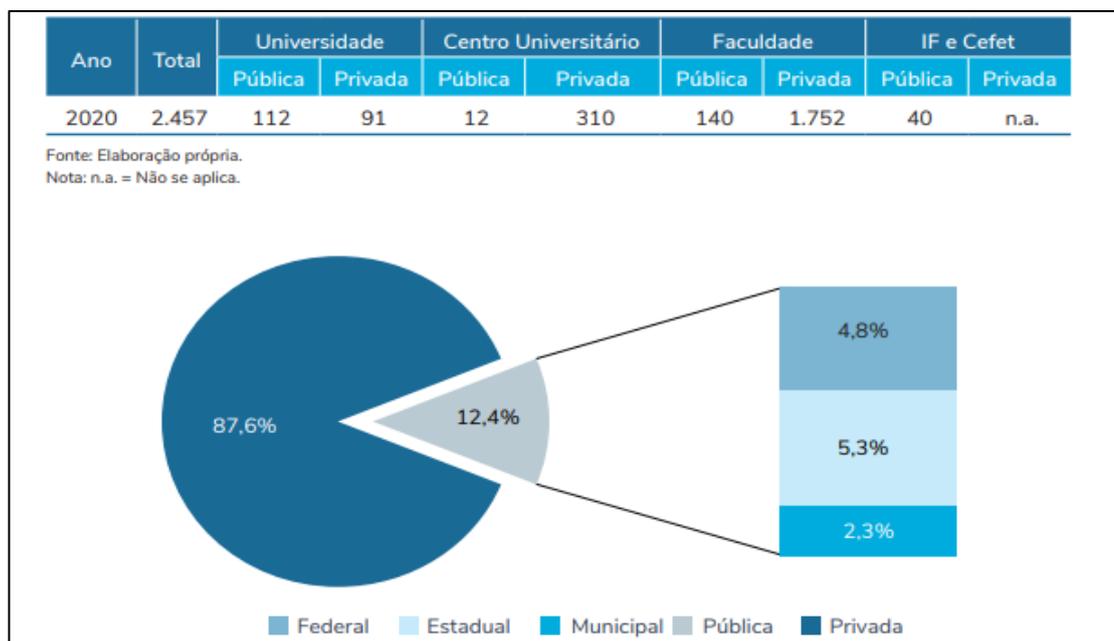
Para enfrentar a evasão é importante conhecer o que se define como evasão de alunos, como mensurá-la, quais as causas e consequências e, finalmente, quais as políticas públicas, estratégias ou ações para combatê-la, e conseqüentemente, diminuir os prejuízos causados ela. Neste trabalho apresentaremos esses tópicos, mas o foco deste estudo são as estratégias ou ações de enfrentamento da evasão de alunos, tendo em vista que são poucas as instituições que possuem um programa institucional regular de combate à evasão, com planejamento de ações, acompanhamento de resultados e coleta de experiências bem sucedidas (SILVA FILHO *et al.*, 2007).

Nesta introdução foi apresentado um panorama geral da evasão de alunos com os dados do último Censo da Educação Superior. Na próxima seção serão apresentados os seguintes tópicos: números da educação superior, conceito de evasão de alunos, métodos para o cálculo da evasão, causas e consequências, estratégias, ações e políticas públicas para o combate à evasão de alunos da Educação Superior.

### **1.1- Números da educação superior**

A expansão, interiorização e democratização de acesso ao ensino superior, resultado de políticas governamentais de incentivo à expansão resultou em aumento do número de instituições de ensino superior, aumento de cursos e o aumento de alunos. Os dados oficiais do Censo da Educação Superior mostram que o Brasil contava com 1.180 Instituições de Ensino Superior (IES) no ano de 2000. Já no último censo, com os dados do ano 2020 esse número passou para 2.457 Instituições de Ensino Superior (Gráfico 4), sendo 304 (12,4%) públicas e 2.153 (87,6%) privadas (INEP 2001; 2020).

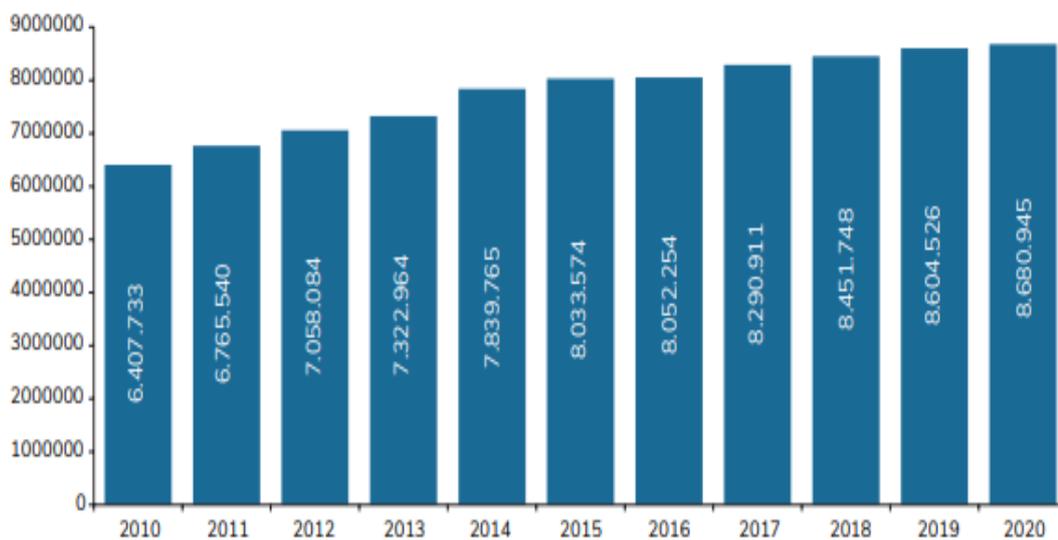
Gráfico 4- Número de Instituições de Ensino Superior (2020)



Fonte: INEP (2020)

O número de matrículas, também, continua crescendo. Em 2020, na educação superior matricularam-se 8.680.945 alunos, sendo 6.724.002 (77,5%) em instituições privadas e 1.956.352 (22,5%) no sistema público. Entre o período de 2010 a 2020 o número de matrículas nas IES aumentou 35,5%. Sendo que a média de crescimento anual de matrículas foi de 2,8% a.a., em relação ao ano de 2019 a variação positiva de 0,9%.

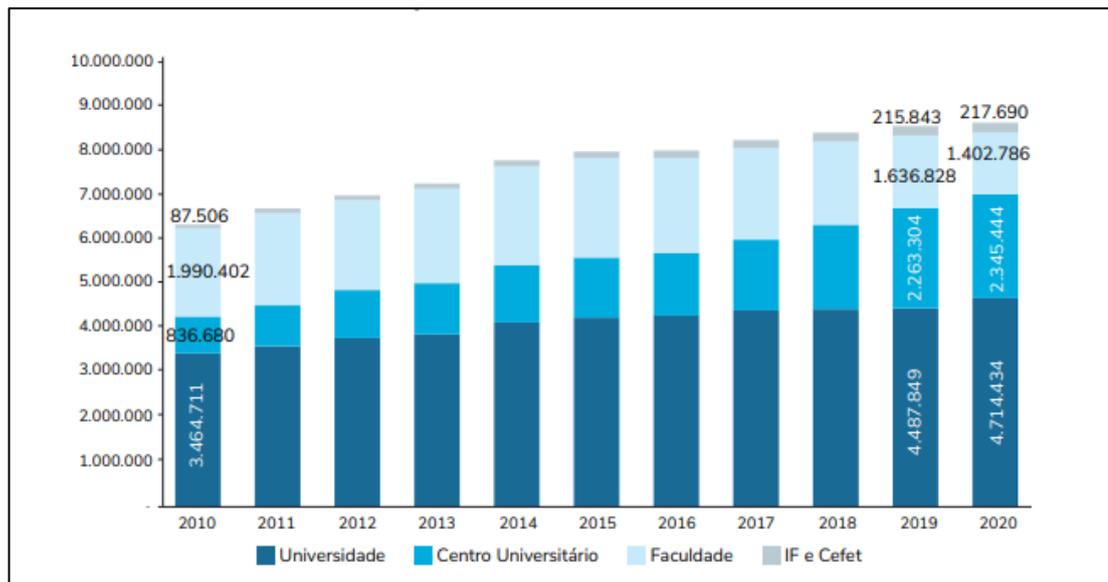
Gráfico 5 - Evolução do número de Matrículas na Educação Superior 2010-2020



Fonte: INEP (2020)

Entre as organizações acadêmicas, as universidades, públicas e privadas, matricularam 4,7 milhões de alunos, no ano de 2020, o que corresponde a mais da metade do total de alunos matriculados, sendo o percentual de 54,3%, “com um aumento de 5%, as universidades apresentam o maior crescimento percentual entre 2019 e 2020 de matrículas, ente todas as organizações acadêmicas” (INEP, 2020, p. 23).

Gráfico 6 – Número de matrículas em cursos de graduação por tipo de organização



Fonte: INEP (2022)

Em relação ao número de concluintes para o período 2011 a 2020, a Tabela 2 mostra a evolução geral que parte de 1.016.713 e alcança 1.278.622, representando crescimento de 25,5% de alunos que concluíram os estudos na graduação. Analisando as categorias administrativas, constata-se, na categoria pública em geral, decréscimo de 6,5%. Pode verificar que, nas IES públicas, especificamente, queda em 2013, 2015, 2019 e 2020. Já em 2020, a queda em relação ao ano anterior é de 18,8%. Além disso, a categoria municipal é a única categoria pública que apresenta crescimento de 2019 para 2020 (8,1%). Na categoria privada, por sua vez, verifica-se queda em 2013 e 2019. As IES privadas terminam a série com um crescimento geral de 34,6%. (INEP, 2020, p. 41).

Tabela 2- Dados da Graduação da Educação Superior (2011 a 2021)

ANO	TOTAL GERAL	CATEGORIA ADMINISTRATIVA				
		PUBLICA				PRIVADA
		TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	
2011	1.016.713	218.365	111.157	87.886	19.322	798.348
2012	1.050.413	237.546	111.165	96.374	30.007	812.867
2013	991.010	229.278	115.336	82.892	31.050	761.732
2014	1.027.092	241.765	128.084	89.602	24.079	785.327
2015	1.150.067	239.896	134.447	86.770	18.679	910.171
2016	1.169.449	246.875	146.367	81.279	19.229	922.574
2017	1.199.769	251.793	151.376	83.951	16.466	947.976
2018	1.264.288	259.302	156.918	85.886	16.498	1.004.986
2019	1.250.076	251.374	149.673	87.006	14.695	998.702
2020	1.278.622	204.174	118.470	69.820	15.884	1.074.448

Fonte: Resumo técnico da Censo, INEP (2020, p. 40)

## 1.2- Evasão na educação superior

Um marco sobre o tema da evasão no Brasil foi o Seminário sobre Evasão nas Universidades Brasileiras, realizado em meados da década de 90, pela Secretaria da Educação Superior do Ministério de Educação (SeSu/MEC), que ampliou o debate sobre a evasão de alunos no Ensino Superior. Um dos resultados desse seminário foi a constituição da Comissão Especial de Estudos sobre Evasão com o objetivo de estudar em profundidade o tema da evasão, (BRASIL,1996; 2012; RANGEL *et al.*,2019. p.1).

Como consequência desses estudos, a Comissão Especial de Estudos sobre Evasão produziu o relatório *Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas*. Esse estudo foi produzido em 1995, com a participação de 61 Instituições de Ensino Superior Públicas (IESP) Federais e Estaduais, ao longo do tempo, algumas instituições afastaram-se restando ao final 53 instituições (BRASIL,1996).

Constava entre os vários objetivos dessa comissão esclarecer o conceito de evasão, considerando suas dimensões concretas: evasão de curso, evasão da instituição e evasão do sistema de ensino superior, e dessa forma definiu-se como evasão “a saída definitiva do aluno de seu curso de origem, sem concluí-lo”, e ainda, aluno evadido como “o aluno que deixou o curso sem concluí-lo” ou seja, aluno transferido para outro curso ou ainda o aluno que fez novo vestibular para a mesma instituição, é considerado como evadido em relação ao curso anterior. A comissão também diferenciou os tipos de evasão:

- a) **Evasão de curso:** quando o estudante se desliga do curso superior em situações diversas tais como abandono (deixa de matricular-se), desistência (oficial), transferência ou reopção (mudança de curso), exclusão por norma institucional;
- b) **Evasão da instituição:** quando o estudante se desliga da instituição na qual está matriculado;
- c) **Evasão do sistema:** quanto o estudante abandona de forma definitiva ou temporária o ensino superior (BRASIL,1996, p. 25).

Sobre esses tipos de evasão, citados pela Comissão Especial de Estudos sobre Evasão, a evasão do sistema é considerada por Lobo (2012) e Santos (2021) como a que apresenta o maior efeito negativo para o indivíduo, para a sociedade e para a instituição, porque o aluno que evade não poderá retribuir à sociedade os conhecimentos adquiridos que seria a consequência dos estudos completos. Além disso, esse tipo de evasão gera vaga remanescente que poderia ter sido ocupada por outro aluno. Apesar da evasão no sistema ser considerada por Lobo (2012) como a que tem o maior efeito negativo, as definições de evasão de curso e da instituição não são claras em relação ao destino dos alunos. O aluno que saiu de um curso ou de uma instituição foi para outro curso ou outra instituição? Na evasão do curso por abandono, como saber se o aluno que abandonou o curso fez um novo vestibular? A mesma situação para o caso da evasão da instituição, em que o estudante se desliga, nesse caso foi transferência para outra instituição? Essas são algumas das questões que deixam dúvidas, no entanto, o conceito de evasão definido pela Comissão e suas dimensões, vão influenciar vários outros estudos que serão citados adiante nesse trabalho.

Em 2015, o MEC preocupado com a evasão de alunos e em cumprimento a determinações ao Acórdão nº 506/2013 TCU – Plenário, elaborou um documento, denominado, Nota Informativa nº 138/2015, no qual esclarece um pouco mais sobre o termo evasão e o diferencia de retenção, também cita alguns fatores relacionados com esses termos, conforme o documento:

A evasão decorre do desligamento do estudante de um curso, caracterizada por diversas situações, que podem ser: abandono, pedido de cancelamento de matrícula, transferência interna ou externa. A retenção consiste da não conclusão do curso no período previsto, fator concorrente para o aumento da evasão.

Tanto a evasão quanto a retenção são fenômenos que envolvem fatores de ordem pedagógica, cultural, social, institucional e individual.  
(MEC, 2015)

Já para o INEP, autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, órgão oficial que divulga anualmente os índices da educação através do Censo da Educação Superior, evasão é a saída antecipada do discente por desistência, independente do motivo (INEP, 2017, p.9).

Já o termo desistência está relacionado aos alunos que estão desvinculados do curso, ou ainda, transferidos para outro curso na mesma instituição de ensino, ou seja, enceraram o seu vínculo. Desvinculado é o aluno que não possui vínculo com o curso por motivo de evasão, abandono, desligamento ou transferência para outra instituição (INEP, 2017, p.15). Finalmente, o termo encerramento do vínculo está relacionado ao aluno desvinculado, transferido falecido ou formado (INEP, 2017).

Essas definições que estão apresentadas de forma resumida na Tabela 3 geram algumas dúvidas sobre a definição do termo evasão, um estudo com o objetivo de mostrar os limites das definições acerca da evasão nas IFES, revelou que as análises de especialistas e documentos oficiais mostraram divergências e que reúnem fenômenos de naturezas diferentes, dessa forma, diante da indefinição do termo evasão, as Instituições de Ensino Superior - IES “ficam à própria sorte de suas próprias elaborações, sem que uma orientação geral lhes traga luz para saber o que mensurar e o que combater” (COIMBRA; SILVA; COSTA, 2022, p. 6).

Tabela 3 - Evasão segundo o INEP

Evasão	Desistência
Desistência	Desvinculado do curso Transferência interna
Desvinculado	Evasão Abandono Desligamento Transferência externa
Enceramento do Vínculo	Desvinculado Transferido Falecido Formado

Fonte: INEP (2017, p 9, 14-15)

Assim, sem uma orientação clara, alguns estudos tentam esclarecer um pouco mais sobre o termo evasão de alunos e suas dimensões ou modalidades. Em um estudo técnico realizado para a Câmara dos Deputados, o termo evasão foi apresentado em três modalidades: a microevasão que corresponde a evasão do curso, a mesoevasão que é a evasão da instituição e a macroevasão, definida como a evasão da educação superior. Para Gilioli, (2016) a evasão pode se manifestar de diferentes formas, tais como: ingressantes que não se matriculam,

desistência, abandono ou jubramento. Essa divisão lembra a relatada nos estudos da Comissão Especial de Estudos (BRASIL, 1996), citada acima.

Já Cardoso (2008) divide a evasão em dois tipos: evasão aparente e evasão real. A evasão aparente acontece quando o aluno muda de curso dentro da própria IES ou muda de Instituição, o que ela chama de mobilidade. Já a evasão real se dá quando o discente abandona definitivamente os estudos, que conforme a autora, pode ser por motivos financeiros, acadêmicos ou sociais, o que leva à ideia de uma área de exclusão e fracasso. Contudo, é preciso que não se confunda evasão com mobilidade, pois a saída antecipada do aluno nem sempre se configura como abandono dos estudos devido ao insucesso escolar, sendo que o “discente altera, preventivamente, suas opções de estudo, considerando a mobilidade, as condições de precariedade e as pressões relativas ao trabalho” (RANGEL *et al.*, 2019, p.1).

A mobilidade é o termo usado para quando o aluno se transfere do seu curso de origem, que pode ser para outro curso dentro da mesma instituição ou pode ser para ou outra instituição, fato que pode ser contabilizado como evasão. Isso gera muitas dúvidas, por exemplo, deve-se ou não incentivar o aluno a trocar de curso? Percebe-se o incentivo à mobilidade em alguns documentos oficiais, a exemplo do Decreto nº 6.096/2007 que instituiu o REUNI, tal documento tinha entre suas diretrizes a diminuição da taxa de evasão e a ampliação da mobilidade. Conforme o Art. 2º do Decreto citado,

O Programa terá as seguintes diretrizes:

I - **Redução das taxas de evasão**, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;

II - **Ampliação da mobilidade estudantil**, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior. (BRASI, 2007, s.p. grifo nosso)

Para Coimbra; Silva; Costa, (2021, p.14) a indefinição do termo evasão de alunos, pode implicar em possíveis problemas para definir estratégias para o seu combate. Assim, é necessário definir, de fato, o que seria evasão, descobrir as suas causas, “permitindo refletir acerca de ocorrências distintas e apontar soluções igualmente distintas”. Partindo dessa necessidade, os autores sugerem uma definição de evasão de alunos e os tipos de evasão a partir das suas causas. Dessa forma, evasão de alunos é qualquer desligamento do curso, da instituição ou sistema de ensino superior. Os tipos de evasão podem ser: evasão por exclusão, evasão para inserção ou evasão por externalidades. Nessa definição percebe-se a influência dos trabalhos da Comissão Especial de Estudos sobre Evasão de 1996.

A evasão por exclusão está relacionada às “distorções institucionais em suas estruturas didáticas e curriculares e ou por incapacidade institucional de combater as vulnerabilidades e garantir o direito à educação”. Esse tipo de evasão pode ser no curso, na instituição ou no sistema de ensino superior (COIMBRA; SILVA; COSTA, 2021, p. 14).

Já evasão para inserção acontece quando o aluno muda de um curso para outro, devida a inaptidão do aluno ao curso originário, o que poderia também chamar-se transferência ou mobilidade. Esse tipo de evasão é gerado pela mobilidade dos alunos que mudam de cursos na busca de novas oportunidades. Como pode acontecer, por exemplo, com o aluno que ingressou no curso de Física ou Matemática e vê a oportunidade, a partir dos conhecimentos adquiridos, de ingressar em um curso de Engenharia. Outros motivos podem ser o baixo prestígio da profissão, pressão familiar ou a descoberta de outros interesses. É bom lembrar neste ponto que a mobilidade deixa uma vaga ociosa, ou seja, gera evasão, apesar disto esse tipo de evasão pode ser benéfica, porque o aluno que muda para um curso que lhe dá mais satisfação, pode ser um profissional bem mais qualificado, que vai exercer a sua profissão com mais qualidade e satisfação, isso poderá reverter em externalidades positivas para a sociedade. Ações para reduzir a mobilidade serão apresentadas na seção específica das ações para a redução da evasão (COIMBRA; SILVA; COSTA, 2021, p.14; LIMA JÚNIOR, 2013).

E finalmente, evasão por externalidades que é devido a alguma força maior. Nesse tipo de evasão, o aluno evade do sistema, ou seja, para de estudar. Os motivos podem ser: falecimento; motivos graves de saúde; mudança territorial, ou ainda, problemas com a justiça. Nesse caso, não cabem intervenções, visto serem problemas de força maior e estão foram do alcance da Universidade (COIMBRA SILVA; COSTA, 2021, p.14).

Destas três categorias, somente a evasão por exclusão pode ser considerada como um problema social ou um fracasso institucional, em que o Estado foi incapaz de garantir ao aluno o acesso a um direito, “portanto, as iniciativas para a correção do problema recairiam sobre a própria instituição (COIMBRA SILVA; COSTA, 2021, p.14).

O conceito de evasão de Coimbra; Silva; Costa, (2021) que lembra aspectos da definição da Comissão Especial de Estudos sobre Evasão, será o que também assumiremos para esse estudo: “evasão trata-se da saída definitiva do aluno de seu curso de origem, sem concluí-lo”, tal como, definido pela Comissão (BRASIL, 1996).

Partindo do conceito de evasão da Comissão Especial de Estudos sobre Evasão vamos propor uma definição para evasão de alunos. Evasão é o encerramento de vínculo do aluno no curso sem concluí-lo. A evasão tem vários tipos ou motivos, entre eles podemos citar:

transferência interna; transferência externa; matrícula não renovada; matrícula cancelada; expulsão; abandono; desistência ou falecimento.

A evasão por transferência interna acontece quando o aluno se transfere para outro curso dentro da própria instituição. Isso pode acontecer porque o aluno já visava outro curso ou porque não tinha perfil adequado para o curso no qual estava matriculado. Esse tipo de evasão não deve ser visto como incompetências das partes envolvidas, e nem como uma situação que trará grandes prejuízos, tendo em vista que o aluno deixou uma vaga no seu curso, mas ocupou outra que estava vaga dentro da própria instituição. Outro detalhe é que um aluno que não tem o perfil adequado para determinado curso, pode não se sentir realizado profissionalmente, caso continue no curso insatisfeito estará propenso a evadir a qualquer momento. Um aluno em um curso em que tenha perfil adequado e se sinta realizado como profissional, tende a prestar um serviço de qualidade gerando benefícios para a sociedade, produzindo, dessa forma, externalidades positivas.

A evasão por transferência externa acontece quando o aluno se transfere para estudar em outra instituição de ensino superior, além dos motivos serem parecidos com os da transferência interna, citados acima, essa transferência pode ser também por motivos tais como mudança de território do aluno.

A evasão por abandono, pode se dar nos casos em que o aluno parou de frequentar as aulas em qualquer momento, após ter realizado a matrícula. Já na situação de matrícula cancelada o estudante pode ter sido desligado por descumprimento de requisitos da instituição, e por esse motivo, não poderá continuar no curso, sendo necessário passar por processo de reintegração ou novo processo de admissão na Instituição.

A evasão por expulsão, pode acontecer caso o aluno tenha cometido alguma falta grave na qual caiba a punição de expulsão do aluno. E finalmente o falecimento que também é uma forma de evasão, apesar de ser por força de motivo maior e não ser desejado por ninguém, o falecimento do aluno gera uma vaga remanescente.

Dessa forma, nessa seção foram expostos alguns conceitos sobre a evasão de alunos e os tipos de evasão. Na próxima seção serão apresentados os métodos para calcular a taxa de evasão de alunos.

### **1.3 Métodos para o Cálculo da Evasão**

Para entender melhor a evasão na tentativa de combatê-la é necessário, também, saber como mensurá-la, e nesse sentido, também existem controvérsias, falta um consenso na

literatura sobre como entender ou medir a evasão no ensino superior por meio de uma metodologia que permita delimitar com precisão os seus índices (CABELLO *et al.*, 2018).

Silva Filho *et al.*, (2007) esclarecem que o fenômeno pode ser analisado por vários ângulos:

A evasão pode ser medida em uma instituição de ensino superior, em um curso, em uma área de conhecimento, em um período de oferta de cursos e em qualquer outro universo, desde que tenhamos acesso a dados e informações pertinentes. Em princípio, pode-se estudar a evasão no âmbito de uma IES, ou em um sistema, ou seja, um conjunto de instituições (p. 644).

No Brasil duas metodologias se destacam para o cálculo do índice de evasão dos alunos do ensino superior, o método usado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e o método usado por pesquisadores do Instituto Lobo (CABELLO, 2021).

O INEP é o órgão do governo federal que realiza e publica anualmente os dados da Educação Superior. As características e dimensões referentes às informações de alunos e docentes do Censo eram coletadas de forma agrupada por curso, até o ano de 2008. Em 2009, iniciou-se a coleta individualizada dessas informações. A partir de 2011, passou-se a exigir a informação do CPF dos alunos, exceto dos estrangeiros, o que permitiu maior controle evitando a duplicidade de registros na base de dados do Censo Superior, dessa forma é possível o acompanhamento longitudinal do indivíduo, independentemente da instituição de ensino do curso ao qual esteja vinculado (INEP, 2017; CABELLO, 2021).

O acompanhamento longitudinal em uma trajetória cronológica dos estudantes, quando ingressam em um curso de graduação até a sua saída, seja por meio da conclusão ou da desistência do curso, geram indicadores que servem de base para medir a eficiência e qualificar a oferta e a demanda dos cursos. Além de subsidiar discussões sobre a eficácia do Sistema de Ensino Superior (INEP, 2020).

O Instituto Lobo é uma associação sem fins lucrativos que desenvolve vários estudos e pesquisas sobre educação, em especial sobre os estudos de Evasão no Ensino Superior. A metodologia usada pelo instituto considera os dados agregados, ela é bastante difundida e relevante “dada sua facilidade de cálculo e a existência de diversos trabalhos nacionais e internacionais publicados que a utilizaram, reconhece-se sua relevância como método que viabiliza a comparabilidade” (CABELLO *et al.*, 2018, p.2).

A escolha do método é importante, porque dependendo do método usado para o cálculo da evasão pode-se chegar a diferentes resultados. Em uma análise comparativa entre as metodologias de cálculo de evasão Cabello *et al.*, (2018, p.3) concluíram o seguinte:

Os resultados apontam divergências significativas entre as metodologias. Concluiu-se que o cenário mais realístico é dado pelo método proposto pelo Inep, uma vez que permite acompanhamento longitudinal da trajetória estudantil, sendo essa a melhor escolha para efeitos de formulação de políticas educacionais.

Ainda que as conclusões de Cabello *et al.*, (2018) apontem para resultados mais realísticos a partir da metodologia proposta pelo INEP, não se pode afirmar que exista um cálculo para evasão que seja o “mais correto”.

Não há fórmula ideal, porque o cálculo da evasão depende dos critérios e das metodologias adotadas. O importante é adotar um critério e metodologia que não variem significativamente no tempo para que todos possam, de forma transparente e com a metodologia e critérios adotados de conhecimento público, qualquer que sejam eles, acompanhar a evolução no tempo dos resultados identificando as tendências históricas do fenômeno sem riscos de erros substanciais (SILVA & LOBO, 2012, P.4).

Para o gestor ter claro o que é a evasão e qual o método que será usado para cálculo da taxa é importante para que saiba conduzir as estratégias que poderão minimizar os impactos negativos que geram para todas as partes envolvidas. Em relação ao tempo, quanto menor ele for maiores são as chances de intervenção para a correção do que estiver ao alcance da Instituição, tendo em vista que as taxas de evasão poderão ser calculadas semestralmente, ao logo do ano, ou ainda, quando o curso estiver com o ciclo de graduação ou formação completo. Em relação os cursos, também é importante este conhecimento, tendo em vista que os cursos têm diferentes taxas de evasão (SILVA FILHO *et al.*, 2007; COIMBRA *et al.*, 2021; LOBO, 2012). Conhecer todos esses resultados, é importante para a intervenção do gestor, mas para que as ações sejam efetivas é necessário saber o que leva o aluno à evasão.

#### **1.4 - Causas da evasão**

Para implementar ações eficazes para o combate da evasão é fundamental especificar quais são as causas da evasão, identificar em qual momento do curso há uma tendência maior de evasão de alunos, verificar também, quais são os cursos que a instituição oferta que geram maiores índices de evasão. Nesta seção, vamos apresentar alguns estudos que podem ajudar a entender melhor as causas da evasão.

No estudo apresentado pela Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras ao MEC, as causas da evasão foram agrupadas em três grupos: fatores referentes às características individuais do estudante; fatores internos às instituições e fatores externos às instituições (BRASIL, 1996, p.59).

Os fatores referentes às características individuais do estudante que podem levar a evasão são: escolha precoce da profissão; dificuldades pessoais de adaptação à vida

universitária; incompatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho; desmotivação dos alunos com cursos escolhidos em segunda ou terceira opção; dificuldades na relação ensino-aprendizagem; reprovações constantes; baixa frequência às aulas; desinformação a respeito da natureza dos cursos; descoberta de novos interesses que levam à realização de novo vestibular e dificuldades nos estudos decorrentes da formação escolar anterior (BRASIL, 1996, p.59).

Os fatores internos às instituições podem ser: currículos desatualizados; rígida cadeia de pré-requisitos; a falta de clareza sobre o próprio projeto pedagógico do curso; falta de formação pedagógica ou desinteresse do docente; estrutura de apoio insuficiente ao ensino de graduação como laboratórios de ensino e equipamentos de informática; ausência ou pequeno número de programas institucionais para o estudante, como por exemplo de auxílios financeiros ao estudante (BRASIL, 1996, p.59).

Já os fatores destacados como externos às instituições são relativos ao mercado de trabalho, relacionados ao reconhecimento social da carreira escolhida, tais como: desvalorização da profissão; falta de qualidade do ensino cursado anteriormente; ausência de políticas governamentais e dificuldades financeiras do educando (BRASIL, 1996, p.59).

Destaca-se no relatório que os fatores apresentados como causas não agem isoladamente, tendo em vista que o “desempenho acadêmico é um processo influenciado por um conjunto de fatores inter-relacionados e muitas vezes multiplicativos” (BRASIL, 1996 p.31).

Em um estudo técnico, realizado para a Câmara dos Deputados, Gilioli (2016) citou que, entre outros fatores, a evasão pode ser causada por greves prolongadas, rígidos critérios de jubramento, ou ainda, fatores combinados, tais como: perfil do curso, área do conhecimento, gênero do aluno e condições socioeconômicas.

Já para o Instituto Lobo, as causas mais comuns de evasão são: a baixa qualidade da educação básica, que não garante ao aluno competências necessárias para a educação superior; políticas públicas de auxílio ao estudante insuficientes; a escolha precoce da profissão; falta de formação didático-pedagógica dos docentes; falta de adaptação do aluno ao estilo do ensino superior; falta de maturidade; dificuldades financeiras; precariedade dos serviços oferecidos pela IES; dificuldades com transporte; dificuldades com alimentação; mudança de curso e mudança de residência (ALMEIDA *et al.* 2018; LOBO, 2012, p.39; TCU, 2018).

Além das causas de evasão que foram citadas, outro fator que deve ser levado em consideração para elaborar ações para o combate à evasão é o perfil do curso, pois os cursos possuem diferenças significativas de taxas de evasão. Os cursos das áreas de saúde possuem baixas taxas de evasão já os cursos de licenciaturas e bacharelados em Ciências Exatas, como

Física e Química, por exemplo, possuem altas taxas de evasão, como já foi citado na seção anterior (TCU, 2021 item 170).

Estudo que vai ao encontro com as informações do TCU, estão em um trabalho no qual foi utilizando o método de Análise de Sobrevivência, que avaliou a evasão de estudantes do ensino superior brasileiro no período entre 2009 a 2014, com dados do Censos da Educação Superior disponibilizados pelo INEP, que concluiu que os cursos que mais reprovam são os cursos nas áreas de Ciência, Matemática, Computação e Engenharia, Produção e Construção. (SACCARO *et al.*, 2019).

Confirmando que alguns cursos realmente tem maior taxa de evasão, outro estudo realizado na Universidade do Estado de Santa Catarina com 25 cursos da graduação, com concluintes no período entre 2008 a 2010, também apontou que os cursos das áreas de Ciências Exatas, Engenharia, e ainda Linguística, Letras e Artes são os que mais reprovam. Mostrou também, que os cursos com os menores índices de evasão são os da área de Ciências da Saúde (DAVOK E BERNARD, 2016).

O curso de Economia, também apresenta altas taxas de evasão, em um estudo que analisou a eficiência dos Departamentos de Economia no Brasil, com dados do Censo da Educação Superior de 2012, apresentou como resultado taxa de evasão de 60%. Uma possível explicação para isso, poderia ser a necessidade de os alunos terem maiores conhecimentos em Matemática e Estatística, “dado o crescente emprego de modelos teóricos formalizados, replicáveis e com previsões passíveis de testes empíricos”. Para o autor, a dificuldade dos estudantes brasileiros com Matemática e a “imprecisão das atribuições da profissão de economista no mercado de trabalho, parecem respaldar os altos índices de retenção e evasão observados nos cursos de Ciências Econômicas” (ALMEIDA *et al.*, 2018, p.110). Conforme dados atualizados, pouca coisa mudou, conforme o Censo da Educação Superior de 2021, dos 15.382 alunos que ingressaram em 2015, no referido curso, 59,16% evadiram considerando o período de 2015 a 2020 (INEP, 2022).

Além das dificuldades com Matemática, um trabalho de pesquisa realizado em uma Universidade Federal, no Curso de Licenciatura em Ciências, no período entre 2010 a 2016, com a participação de 337 alunos, apontou ainda outras causas ou dificuldades que causam a evasão, conforme o estudo, muitos alunos entravam no curso, como uma forma para entrar na Universidade, para depois, tentar passar em outros cursos. Algumas mulheres expuseram a incompreensão da família em relação ao estudo universitário e pressão para que trocassem os estudos por emprego. Alunos que trabalhavam e moravam distante do campus relataram aos pesquisadores que o custo de manutenção do estudo na universidade pública, com comida e

transporte, era maior do que se eles estudassem em uma universidade particular perto de sua residência ou local de trabalho, foram relatados também: dificuldades com a linguagem dos livros e do professor; desconhecimento de vários conceitos ou de contextos científicos; incompreensão dos fluxos e dinâmicas da universidade além de dificuldades com o raciocínio lógico-científico (RANGEL *et al.*, 2019, p.11).

Além das várias causas já citadas que podem motivar a evasão de alunos, as reprovações em disciplinas também podem levar à evasão. Estudo realizado com 100.935 alunos da Universidade de Brasília, no período entre 2010 a 2019, investigou se as reprovações que ocorreram no início do curso afetaram de forma diferenciada a evasão e a conclusão. O resultado mostrou que houve evidências de que as reprovações ocorridas até os primeiros dois anos de curso influenciaram no comportamento de desistência dos alunos. Esse resultado vai ao encontro do que foi relatado na Comissão dos Estudos da Evasão (CABELLO e CHAGAS, 2021).

São muitos os fatores e as dificuldades que podem levar os alunos a evadirem ou mesmo a pensar em evadir. No entanto, Coimbra; Silva; Costa, (2021 p.14) ponderam que nem todas as causas de evasão podem ser consideradas como fracasso do discente ou da Instituição. Para os autores, os motivos da evasão só perderiam ser explicados pelos egressos, mas esses quase nunca participam das pesquisas realizadas pelas instituições, sendo assim, chegam-se a definições genéricas, englobando quase todo tipo de perda de vínculo como evasões tais como: “falecimentos, troca de cursos, expulsões, jubramento, saída por ausência de vocação, por problemas financeiros, por problemas curriculares ou por adoecimento”, entre tantos outros motivos ou causas.

Assim, os pesquisadores explicam que cada um desses motivos pode ou não representar um problema, e que para o enfrentamento de cada um ou grupo deles será necessária uma estratégia diferente.

Depreende-se desses estudos, que a evasão tem muitas causas, e que nem todas podem ou devem ter algum tipo de enfrentamento. Assim, cada instituição após a realização do diagnóstico e mapeamento das causas poderá ter informações para desenvolver ações que possam ajudar a reduzir os índices de evasão universitária. A seguir, na Tabela 4, tem-se um resumo das causas da evasão de alunos no ensino superior que foram apresentadas nesta seção.

Tabela 3- Resumo das causas da evasão

<b>Fonte</b>	<b>Causas</b>
Lobo (2012); Brasil (1996) Almeida, 2018; (TCU 2018); MEC (2014)	Baixa qualidade da educação básica
Lobo (2012)	Políticas públicas insuficientes
Lobo (2012); Brasil (1996); MEC (2014)	Escolha precoce da profissão
Lobo (2012) Brasil (1996) Coimbra; Silva; Costa, (2019); MEC (2014)	Falta de formação didático-pedagógica dos docentes
Lobo (2012) Brasil (1996) Gilioli, (2017)	Dificuldades financeiras
Lobo (2012); Brasil (1996)	Inadaptação do aluno ao estilo do Ensino Superior
Lobo (2012); Rangel <i>et al.</i> (2019); MEC (2014)	Custo de alimentação e transporte (dificuldades)
Brasil (1996)	Desinformação em relação ao curso
Lobo (2012) Brasil (1996); Rangel <i>et al.</i> (2019)	Dificuldades com ambientação à vida Universitária
Lobo (2012) Brasil (1996); MEC (2014); Lima Júnior (2013); Coimbra; Silva; Costa, (2021); Rangel <i>et al.</i> (2019); Cardoso (2008); Gilioli (2017)	Mudança de curso (Mobilidade)
Lobo (2012); Coimbra; Silva; Costa, (2019); MEC (2014)	Mudança de residência
Lobo (2012); MEC (2014)	Precariedade dos serviços dos serviços pelas IES, insuficiente estrutura de apoio ao ensino, tais como: laboratórios, equipamentos de informática
Brasil (1996); MEC (2014)	Necessidade de trabalhar
Brasil (1996); MEC (2014)	Novo vestibular
Brasil (1996)	Desmotivação dos alunos com cursos escolhidos em segunda ou terceira opção
Brasil (1996); Coimbra <i>et al.</i> (2019)	Dificuldades na relação ensino-aprendizagem
Brasil (1996); Cabello <i>et al.</i> (2021)	Reprovações constantes
Brasil (1996); MEC (2014)	Baixa frequência às aulas
Brasil, (1996) Coimbra; Silva; Costa, (2021)	Currículos desatualizados
Brasil (1996) MEC (2014)	Rígida cadeia de pré-requisitos
Brasil (1996); MEC (2014)	Baixo prestígio da profissão
Gilioli, (2016), MEC (2014)	Greves prolongadas

Gilioli, (2017)	Rígidos critérios de jubramento
Almeida (2018); Rangel <i>et al.</i> (2019); Saccaro (2019)	Dificuldades com Matemática
Rangel <i>et al.</i> (2019)	Dificuldades com a linguagem dos livros e do professor; desconhecimento de vários conceitos e ou contextos científicos
Rangel <i>et al.</i> (2019)	Dificuldades com o raciocínio lógico científico
Coimbra; Silva; Costa, (2021)	Gravidez
Coimbra; Silva; Costa, (2021); MEC (2014); Gilioli, (2017)	Vulnerabilidades sociais (renda, gênero, raça, violência, preconceito, discriminação, deficiência)
Coimbra; Silva; Costa, (2021); MEC (2014)	Descoberta de outros interesses
Coimbra; Silva; Costa, (2021);	Óbito
Coimbra; Silva; Costa, (2021);	Motivos de saúde
Coimbra; Silva; Costa, (2021);	Problemas com a justiça
MEC, (201)	Retenção de alunos
Rangel <i>et al.</i> (2019); MEC, (2014)	Falta de apoio da família
MEC, (2014)	<p>Necessidade de cuidar do filho no horário do curso</p> <p>Falta de perspectiva profissional</p> <p>Salário desestimulante após a formação</p> <p>Indisponibilidade de tempo para estudar fora do horário de aulas</p> <p>Indisponibilidade de tempo para participar de atividades de nivelamento e monitoria</p> <p>Ingresso em outro curso</p> <p>Falta de identificação com o curso</p> <p>Imaturidade própria da idade</p> <p>Falta de conhecimento sobre a área escolhida</p> <p>Problemas pessoais e familiares</p> <p>Atualização, estrutura e flexibilidade curricular</p> <p>Complexidade dos conteúdos abordados no curso</p> <p>Existência e abrangência insuficiente de programas institucionais para o estudante (assistência estudantil, iniciação científica, monitoria)</p> <p>Descontinuidade na oferta de bolsas (auxílios específicos)</p> <p>Dificuldades na relação docente-estudante;</p> <p>Dificuldades na relação estudante-estudante</p> <p>Excesso de cobrança dos professores</p>

Elaboração própria - Fonte: Autores pesquisados

### 1.5 - Consequências da evasão

No Brasil, as instituições de ensino buscam constantemente combater a evasão de alunos, visto que esta causa inúmeros prejuízos nas áreas “sociais, acadêmicas e econômicas”, acrescenta-se a isso a ociosidade do espaço físico, de professores, de funcionários e de equipamentos, o que, nas instituições públicas, se reflete em desperdícios de recursos públicos escassos, já nas instituições privadas significa perda de receitas (FILHO; MOTEJUNAS; HIPÓLITO; LOBO, 2007).

Além da perda de receitas, a evasão influencia negativamente os índices das Instituições, sendo a Taxa de Sucesso na Graduação (TSG), uma delas. Essa taxa é resultante da razão entre o número de diplomados e o número de ingressantes, ajustados pelo ano em que esses alunos ingressaram na Universidade e o tempo de permanência fixado pela Secretária de Educação Superior do Ministério da Educação (SESU/MEC) para cada curso. Esse indicador mede, de certa forma, o grau de eficiência da instituição na formação superior (BOYNARD, 2013; EMAQUE, *et al.*, 2016, p. 84; SILVA, *et al.*, 2021, p.6).

O TSG é um do indicador definido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), por meio da decisão nº 408/2002-TCU, para ser incluído na prestação anual de contas das IFES. A partir dos resultados da TSG, pode-se perceber a quantidade de alunos que conseguiram finalizar o seu curso ou a existência problemas relacionados à evasão, o que torna esses resultados importantes no processo de planejamento das Universidades (BOYNARD, 2013; TCU, 2022).

Além dos prejuízos para as instituições, existem também prejuízos para os estudantes, a evasão pode representar o atraso ou cancelamento de um sonho, perda de oportunidades de trabalho, de crescimento pessoal e de melhoria de renda. O aluno precisa escolher entre estudar ou trabalhar, existe aqui um trade-off, e na interrupção dos estudos haverá prejuízos para o aluno evadido do sistema que não concluiu o curso e não terá o diploma (SILVA FILHO *et al.*, 2007, p. 641; TONTINI 2014; VIEIRA, 2013).

A educação Superior é um bem social meritório e representa a aquisição de um capital cultural institucionalizado, potencialmente gerador de capital econômico, social e simbólico”. A pessoa com mais educação gera externalidades positivas para a sociedade, além de benefícios privados tais como, salários mais altos e melhores chances de conseguir um emprego e elevação do padrão de vida. Segundo um estudo realizado pela (OCDE) em 2018, os brasileiros com nível superior tinham um salário 144% maior do que seus pares com escolaridade de nível médio (OCDE, 2021 p.16). Ainda segundo esse estudo, 75% dos brasileiros com idade de 15 anos, na época, relataram o desejo de realizar o ensino superior, no entanto, 68% desses estudantes não tinham proficiência mínima nas disciplinas básicas (leitura, matemática e ciências) avaliadas pelo programa internacional, isso poderá, futuramente, contribuir para altas taxas de evasão, caso esses alunos consigam chegar ao nível superior. O total de alunos brasileiros que participaram desse estudo foi de 10.691 estudantes com 15 anos de idade (SANTOS, 2019, p.9; INEP, 2020; OCDE 2021).

Prestes e Fialho (2018, p.1) realizaram um estudo longitudinal retrospectivo das taxas de evasão ocorridas nos cursos de graduação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), neste estudo, além de verificarem quais os efeitos da evasão na gestão institucional, os autores

demonstraram os prejuízos provocados pela evasão. Conforme o estudo, as perdas educacionais e sociais somam-se às de natureza orçamentária, refletindo se na oferta e na qualidade da educação. Para calcular os valores relacionados aos prejuízos orçamentários da UFPB, devido à evasão no período de 2007 a 2015, considerou-se o número total de alunos ingressantes somente no Campus I de João Pessoa, que foi o objeto do estudo. O resultado foi de 15.343 alunos evadidos nesse período, sendo que “as perdas financeiras da instituição giraram em torno R\$ 415 milhões, isso sem considerar as perdas sociais, fragilizando seus propósitos educacionais, sociais e de desenvolvimento local”, conforme relataram as pesquisadoras.

Para Paes Barros *et al.* (2016 p. 29), parte dos custos da evasão deverá recair sobre o jovem, outra parte recairá sobre a sociedade. Para ele a evasão de alunos gera externalidades “sobre a economia, via quedas na produtividade, inovação e competitividade. Em relação a vida política da sociedade, gera uma participação menos ativa e bem informada da população nas decisões públicas, e sobre o ambiente social,”. Para o aluno que interrompe os estudos os custos são, entre outros, a perda de empregabilidade e de renda. A autor ressalta que a educação completa do jovem pode gerar consequências positivas para a sociedade e para a economia, tais como: uma sociedade mais justa e solidária; em relação a vida política, com uma sociedade mais participativa e onde a democracia funciona melhor; e em relação a “economia maior produtividade do trabalho, maior competitividade e inovação” (PAES BARROS *et al.* 2016 p. 36).

Nessa seção destacou-se algumas consequências da evasão de alunos, compreende-se que a evasão de alunos é um problema que causa prejuízos à universidade, à sociedade, ao aluno, às famílias e à economia do país. O Plano Nacional da Educação já preconizava que “nenhum país pode aspirar a ser desenvolvido e independente sem um forte sistema de educação superior” (Brasil, 2001, p. 23). Dessa forma, na possibilidade de reduzir os índices de evasão, apresentar-se-á na próxima seção quais as ações ou estratégias podem ser adotadas visando enfrentar o desafio da evasão de alunos.

## **1.6 - Ações contra a evasão**

Conhecer e relacionar as ações ou estratégias para combater a evasão de alunos nas Universidades Públicas Federais é o objetivo deste trabalho, tendo em vista, que as Universidades são mantidas com os recursos públicos e estes são escassos. Como já explicado nas seções anteriores a evasão de alunos gera desperdícios de recursos econômicos, dessa forma entende-se que é importante dividir conhecimentos e estratégias para a redução da evasão, no

entanto, verifica-se que são poucos os estudos nessa área, para Lobo (2012) as boas práticas no combate à evasão não são documentadas em termos de exemplos e resultados mensuráveis. Mesmo assim, buscou-se encontrar na literatura acadêmica algumas sugestões de ações para reduzir a evasão, e que possam auxiliar os docentes, os coordenadores e gestores para o combate à evasão (MASSI E VILLANI, 2015).

Para combater a evasão é necessário fazer um diagnóstico específico da realidade de cada instituição, avaliando as variáveis interna e externas da instituição e dos alunos. Santos, (2021) Silva *et al.* (2007) e Lobo (2012) citam algumas ações que podem ajudar a diminuir os índices de evasão, tais como, grupos para estudo da evasão com a realização de pesquisas de satisfação do aluno; pesquisas para levantar as causas da evasão e desenvolver ações para combatê-las; estabelecer programas acadêmicos de integração e recuperação dos alunos novos, além de ter um comportamento proativo aconselhando e orientando os alunos com dificuldades.

Gilioli (2014, p.51) em um estudo técnico, realizado para a Câmara dos Deputados, concluiu, entre outras coisas, que no âmbito da autonomia administrativa e pedagógica das instituições, muitas ações para combater a evasão podem ser tomadas e ter efetivo impacto, tais como: a integração do aluno à vida acadêmica, o aprimoramento de currículos e percursos formativos, programas de assistência estudantil e o acompanhamento mais sistematizado de docentes junto aos alunos com dificuldades.

As dificuldades dos alunos podem ser financeiras ou acadêmicas. Geralmente a dificuldade financeira leva a dificuldade acadêmica, visto que o aluno de origem menos privilegiada, tende a frequentar escolas públicas de qualidade inferior e não tem recursos financeiros disponíveis para pagar aulas de reforço, assim chegam às universidades com defasagem educacional. Identificar esses alunos e oferecer apoio acadêmico e financeiro pode ajudar com que esses alunos possam adquirir habilidades e conhecimentos avançados e podem também ajudar a reduzir à evasão (OCDE 2021, p. 86)

Dificuldades financeiras podem ser amenizadas com pagamento de auxílios, bolsas ou mesmo estágios, Saccaro *et al.* (2019) concordam com a importância do apoio financeiro, conforme os estudos realizados pelos autores, os estudantes ficam mais integrados com o meio acadêmico, por meio da realização de atividades remuneradas ou não remuneradas e evadem menos. Mas ressalta que, apesar da importância do apoio financeiro para a redução da evasão, ele não é suficiente, sendo necessário políticas de melhorias da qualidade da educação básica.

Dificuldades acadêmicas podem ser sanadas pela oferta de monitorias, tutorias, aulas de reforço e atendimento extraclasse. Além desse apoio, o acompanhamento da frequência dos alunos e orientações no momento da matrícula são ações que também ajudam a reduzir a evasão,

essa foi a conclusão de um estudo com a participação de 155 coordenadores dos cursos de Ciências Contábeis, realizado por Silva *et al.* (2007).

Ação importante para resolver problemas acadêmicos e deficiências no aprendizado dos alunos, além do baixo custo para a implementação, é o que oferece a UFSCar, são aulas de determinados conteúdos, nos quais os alunos têm mais dificuldades disponíveis no Canal Youtube. Vantagens para o aluno: acesso fácil em qualquer lugar, em qualquer hora, o aluno pode assistir várias vezes até que o conteúdo seja apropriado, gera possibilidades de o aluno adquirir conhecimentos e a possibilidade de que seja revertido em boas notas. Caso o aluno ainda tenha dúvidas pode recorrer ao professor ou ao monitor. Vantagens para a instituição: baixo custo, o custo será o inicial de pagar o professor pela produção do material, mas esse valor será diluído ao logo dos anos; quando o professor perceber que o aluno está com dificuldades em um conteúdo pode indicar ao aluno o vídeo com a matéria adequada, redução da evasão causada por falta de conhecimento de determinados assuntos as matérias, como matemática, por exemplo, esse tipo de aula pode ser considerado, ainda, uma atividade de extensão, visto que pode beneficiar a comunidade em geral (UFUSCAR, 2021).

Outras ações importantes para prevenir que o aluno não abandone a Universidade, relativamente simples e não onerosas que os gestores poderiam adotar, é o que sugere um estudo realizado por Vieira (2013), entre essas ações citadas pelo autor destaca-se a atualização constante de currículos, a revisão de projetos político-pedagógicos dos cursos, o acompanhamento dos alunos nos anos iniciais, a ocupação de vagas ociosas com a transferência facultativa para portadores de diploma de curso superior, o desenvolvimento de política institucional para incentivar as unidades ou áreas acadêmicas a implementarem programas específicos de acompanhamento dos alunos e combate à evasão e a avaliação contínua na busca da melhoria constante.

Os Restaurantes Universitários também foram citados como parte de uma ação estratégica importante no combate à evasão de alunos, conforme o estudo, o restaurante oferece refeição de baixo custo, balanceada e saudável à comunidade universitária, “visando apoiar o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, minimizando a evasão e favorecendo a diplomação”, facilitando não só a vida do aluno que passa o dia inteiro na universidade, mas também, alunos que tem poucos recursos financeiros (COTA 2017, p. 54).

Uma estratégia de contenção da evasão durante a Pandemia de COVID em 2021, utilizada pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), foi a busca ativa. Essa ação consistiu em verificar quais os alunos não renovaram a matrícula, após essa verificação, os pesquisadores entraram em contato com os alunos. Os meios usados, para a comunicação com os discentes,

foram e-mail, telefone, rede social Facebook, mensagens de texto no chat da plataforma Microsoft Teams e mensagens no aplicativo WhatsApp. Dos 34 contatos realizados, 29% efetivaram a matrícula. As formas mais efetivas de comunicação com os alunos foram o telefone e WhatsApp. As dificuldades encontradas pelos pesquisadores foram os dados dos alunos que estavam incompletos ou desatualizados (SIMON; GOTARDO; AMORIM, 2021).

Assim, os pesquisadores concluíram que a busca ativa associada a outras estratégias de acompanhamento acadêmico, tais como o controle de frequência, pode diminuir a evasão de alunos. Uma outra estratégia sugerida pelos autores seria a atualização dos dados cadastrais dos alunos, toda vez que o estudante fizesse a renovação/confirmação da matrícula, visando dessa forma, facilitar a comunicação com o discente, quando necessário. (SIMON; GOTARDO; AMORIM, 2021). A busca ativa é uma estratégia que também foi recomendada pelo MEC no plano de ação destinado a diminuir os índices de evasão e retenção, este plano será detalhado no final desta seção (MEC, 2014).

Oliveira e Silva (2020) sistematizaram estudos sobre a evasão dos cursos de licenciatura em Física, no período de 2013 a 2016, classificados nos estratos A1, A2 e B1 na avaliação Qualis Periódicos. Segundo os autores, entre outras conclusões, os resultados dos estudos sugerem que estratégias, tais como a capacitação didático-pedagógica dos professores e o oferecimento de atividades de tutoria e monitoria aos novos alunos podem contribuir para o enfrentamento de alguns fatores que levam à evasão.

Já o estudo de Mussliner *et al.* (2021) propõe para o combate à evasão a criação de uma equipe multidisciplinar composta por pedagogo, psicólogo, assistente social, técnico em assuntos educacionais e um assistente em educação. A inclusão de um docente e um estatístico poderia ser de grande valia para esse grupo. Conforme os autores, esse grupo seria responsável por mapear e as causas da evasão, realizar acompanhamento estatístico por curso, por semestre, por ano e a cada ciclo completo. Ainda conforme o estudo, essa equipe poderia identificar alunos com risco de evasão e encaminhar para o atendimento adequado, poderia, também, propor ações de combate à evasão e a conscientização de docentes e técnicos do papel de cada um no combate à evasão de alunos.

Já Massi e Villani (2015), realizaram um estudo de caso na Universidade Estadual Paulista (UNESP) na qual os alunos do curso de Licenciatura em Química apresentavam baixos índices de evasão, em torno de 15,7%. Os autores chamaram esse caso de contratendência, tendo em vista que, a Licenciatura em Química apresenta uma das maiores taxas de evasão. De fato, conforme dados do censo da educação superior (INEP, 2020), o curso de Licenciatura em Química está entre os quatro cursos que mais apresentam evasão, com uma taxa de desistência

acumulada de 66% perdendo só para Filosofia, matemática e Física, conforme Gráfico 3. Neste estudo, foi realizada a trajetória acadêmica de 27 alunos, os resultados apontaram, entre outras conclusões, para uma predominância de ações por parte da instituição que favorecem a integração social e acadêmica dos alunos, e isso, conforme os autores, é um dos motivos para explicar os baixos índices de evasão (MASSI E VILLANI, 2015).

A Integração social dos alunos se dá por participação em “atividades extracurriculares dos vários projetos de extensão e iniciação científica (IC) existentes na instituição”. Essas atividades representam vantagens para os discentes, que, além de melhorar sua condição econômica, pelo recebimento de bolsas, “vivenciam a cultura acadêmica de forma mais intensa” (Massi e Villani 2015 p.986).

Ainda nesse estudo, foram citadas algumas ações que podem ajudar no combate à evasão, tais como: semana de recepção dos alunos; ensino de cálculo, através de disciplina de fundamentação de Matemática; reforma curricular que privilegia a inserção do aluno em atividades extracurriculares; bolsas de estudo; divulgação da profissão do Químico e do curso de Química entre estudantes de ensino médio, através da participação em feiras de profissões e de visitas desses estudantes ao Instituto de Química (IQ). Apesar do estudo comprovar a importância da integração social e acadêmica para a permanência dos alunos no curso, ressalta-se que todas as ações atuam em conjunto para minimizar os efeitos da evasão de alunos.

Além das diversas ações citadas para conter a evasão, o Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), elaborou um plano de ação composto por dimensões que abrangem o entendimento dos fenômenos da evasão e retenção e medidas para o seu combate. Esse plano foi desenvolvido para a Rede Federal de Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), no entanto, algumas medidas também podem ser aplicadas a outras instituições de Ensino Superior, destacamos algumas, tais como: (MEC, 2014, p. 46-51).

Tabela 4 - Ações para o combate à evasão MEC

	<b>Ações para o combate da evasão</b>
1	Ampliar o apoio pedagógico aos docentes e implementar a formação continuada
2	Acompanhar os estudantes com problemas recorrentes de assiduidade ou pontualidade
3	Adotar ações de controle de faltas e notas dos bolsistas de programas de assistência estudantil, pesquisa e extensão
4	Buscar aproximação com os setores produtivos, através de parcerias de estágio e projetos de pesquisa aplicada e extensão tecnológica
5	Capacitar equipe pedagógica e docentes para o trabalho com estudantes com deficiência física e com dificuldades educacionais especiais

6	Desenvolver ações sistematizadas de suporte à aprendizagem, tais como: monitoria, curso de nivelamento, tutoria, grupos de estudo, educação tutorial, aulas de reforço e recuperação paralela
7	Desenvolver instrumentos de avaliação e diagnóstico que subsidiem as ações e programas e que contribuam com a redução da evasão e retenção
8	Divulgar as possibilidades de atuação do profissional
9	Estabelecer contatos periódicos com os estudantes com excesso de faltas
10	Fazer contato com discentes evadidos para identificar e registrar os motivos da evasão
11	Fornecer orientação profissional
12	Implementar o suporte alimentar e residencial/moradia estudantil para estudantes oriundos de regiões afastadas da unidade de ensino
13	Conceder benefícios da política de assistência estudantil que contemplem as especificidades dos estudantes
14	Oferecer aos alunos orientações sobre métodos de estudo
15	Implementar práticas curriculares e pedagógicas que fortaleçam o ambiente escolar como espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem; inclusivo e que promova a formação cidadã e o desenvolvimento autônomo e coletivo dos estudantes
16	Implementar programas de recepção, acolhimento, integração e orientação ao discente
17	Encaminhar e incentivar a participação dos estudantes em monitorias, tutorias, grupos de estudo, aulas de reforço e atendimentos individualizados e outras ações de desenvolvimento cognitivo
18	Encaminhar e incentivar a participação dos estudantes em monitorias, tutorias, grupos de estudo, aulas de reforço e atendimentos individualizados e outras ações de desenvolvimento cognitivo
19	Fortalecer as atividades práticas nos cursos
20	Incentivar os estudantes a participarem de atividades acadêmicas e extracurriculares
21	Trabalhar técnicas de estudo e pesquisa com os estudantes
22	Informar ao estudante evadido sobre as possibilidades de retorno à instituição (busca ativa)
23	Melhorar os espaços de estudo destinados aos estudantes
24	Oferecer apoio didático por meio das TIC
25	Ofertar auxílio creche
26	Desenvolver atividades extracurriculares para desenvolvimento do raciocínio lógico
27	Oferecer o auxílio transporte
28	Utilizar ambiente virtual de aprendizagem para ampliar o contato aluno-professor e para a disponibilização de atividades diversas para os componentes curriculares

Fonte: MEC (2014)

Algumas dessas medidas tem um baixo custo financeiro para a instituição, e podem ser colocadas em prática sem grandes dificuldades, estratégias tais como: controle de faltas, divulgação da atuação profissional, orientação sobre métodos de estudos, apoio didático por meio da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), o incentivo a participação dos estudantes em monitorias, tutorias, grupos de estudo e aulas de reforço são algumas das ações que podem ser implementadas de imediato. (BRASIL/ MEC, 2014).

Nessa seção mostramos ações que podem ser usadas para o combate à evasão de alunos. Na próxima seção serão apresentadas algumas políticas públicas que atuam para combater a evasão ou que atuam de alguma forma para colaborar com o desenvolvimento do aluno durante o seu percurso no Ensino Superior.

## 1.7 - Ações Governamentais

As Instituições Federais de Ensino Superior que são o foco do nosso estudo, são mantidas em grande parte com os Recursos do Governo Federal. Esses recursos são repassados em forma de políticas públicas, programas ou ações que tem diversos objetivos: tais como: aumentar o número de matrículas; democratizar o acesso e permanência na educação superior; diminuir a evasão de alunos; internacionalizar o ensino superior; fomentar a cooperação técnica-científica e cultural entre países com os quais o Brasil mantém acordos; desenvolver ações afirmativas em defesa da equidade socioeconômica, étnico-racial e de gênero; apoiar e viabilizar a permanência, no curso de graduação, de estudantes em situação de vulnerabilidade socio-econômica, em especial os indígenas e os quilombolas; reduzir os custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil e investir na melhoria da qualidade de professores da educação básica, valorizando o magistério. Todas essas ações serão citadas nessa seção, lembrando que é amplo o campo de atuação dessas ações, mas que de alguma forma, todas motivam os alunos na trajetória da formação, além de melhorar a qualificação dos alunos e diminuir os índices de evasão (VIEIRA 2013).

Vejamos algumas ações propostas pelo Governo Federal que ajudam no combate à evasão ou proporcionam melhor qualificação do discente:

1 - Programa Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), este programa foi criado oficialmente em 1965 pelo Decreto nº 55.613, atualmente, regido pelo decreto nº 7.948, de 12 de março de 2013, destina-se à formação e qualificação de estudantes estrangeiros por meio de oferta de vagas gratuitas em cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior - IES brasileiras. São atividades e procedimentos de cooperação educacional internacional, preferencialmente com os países em desenvolvimento, com base em acordos bilaterais vigentes e caracteriza-se pela formação do estudante estrangeiro em curso de graduação no Brasil e seu retorno ao país de origem ao final do curso (BRASIL,2013).

2 - Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes), o objetivo desse programa é incentivar a cooperação técnico-científica e cultural entre o Brasil e os países com os quais mantém acordos – em especial os africanos – nas áreas de educação e cultura. O projeto oferece apoio financeiro para alunos estrangeiros participantes do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), regularmente matriculados em cursos de graduação em Instituições Federais de Educação Superior. O auxílio visa cooperar para a manutenção dos estudantes durante o curso, já que muitos vêm de países pobres, (BRASIL,2012).

3- Programa Educação Tutorial (PET), criado pela Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005, e regulamentado pela Portaria nº 976, de 27 de julho de 2010, destina-se a desenvolver grupos de aprendizagem tutorial mediante a concessão de bolsas de iniciação científica a estudantes de graduação e bolsas de tutoria a professores-tutores de grupos do PET, (BRASIL, 2005).

4 - O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) criado pela portaria MEC nº 39, de 12 de dezembro de 2007 e regido pelo decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, é o principal programa destinado a democratizar o acesso e permanência na Educação Superior de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das IFES, com o objetivo de viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e reduzir as taxas de evasão e retenção. Esses recursos são usados em diversas áreas tais como: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL 2010).

5 - Programa Bolsa Permanência - PBP, instituído pela Portaria MEC nº 389, de 9 de maio de 2013, concede auxílio financeiro visando minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica (BRASIL, 2013).

Os objetivos do programa PBP são: viabilizar a permanência, no curso de graduação, de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas; reduzir os custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil; promover a democratização do acesso ao ensino superior, por meio da adoção de ações complementares de promoção do desempenho acadêmico (BRASIL, 2013).

6 - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, regulamentado pela portaria nº 83, de 27 de abril de 2022, é uma iniciativa que integra a Política Nacional de Formação de Professores do MEC e tem por finalidade incentivar a iniciação à docência, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria de qualidade da educação básica. Estão entre os objetivos do programa: incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica e contribuir para a valorização do magistério. Para o desenvolvimento dos projetos institucionais de iniciação à docência, este programa concede bolsas aos licenciandos, aos professores das escolas da rede pública de educação básica e aos professores das Instituições de Ensino Superior, (BRASIL, 2022).

7 - Programa Residência Pedagógica – PRP é um programa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, portaria gab nº 38, de 28 de fevereiro de 2018, que visa apoiar as IES na implementação de projetos inovadores que estimulem a articulação entre teoria e prática nos cursos de Licenciatura, conduzidos em parceria com as redes públicas de educação básica. Destina-se aos alunos dos cursos de Licenciatura ofertados na modalidade presencial (BRASIL, 2022).

8- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - (PIBIC) é um programa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico (CNPQ) que visa preparar os estudantes da graduação para o mestrado ou doutorado, incentivando ensinando e desenvolvendo os fundamentos e métodos da pesquisa científica. Os alunos recebem bolsas por determinado período (INPE, 2022).

9 - Programa Incluir é um programa de acessibilidade, tem como principal objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas referidas instituições, os quais respondem pela organização de ações institucionais de integração das pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade (BRASIL, 2013).

10 - Inteligência Artificial para Auxílio de Ações que visam à Redução da Evasão no Ensino Superior – Projeto Institucional de parceria do MEC com a Universidade Federal de Goiás (UFG), que é a responsável pela coordenação do projeto. Participam também desse projeto as seguintes IFES: a Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), a Universidade Federal do Pará (UFPA), a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) e a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Pretende-se desenvolver ferramentas computacionais e atividades de análise, predição e prevenção da evasão acadêmica no Ensino Superior, identificar com antecedência, sinais comportamentais dos estudantes que indiquem uma possível evasão e, a partir disso, orientar ações preventivas e de apoio que serão realizadas pelos docentes e demais profissionais por meio da tutoria e com o uso de tecnologias digitais (UFUSCAR, 2021; SOARES, *et al.*, 2022).

Como consequência desse projeto de Inteligência Artificial, a UFG desenvolveu o sistema, denominado como plataforma SISSA - Sistema Integrado de Suporte ao Sucesso Acadêmico, ferramenta baseada em inteligência artificial. Essa plataforma foi desenvolvida em um projeto piloto com 18 cursos de graduação e 6300 estudantes ativos de seis universidades participantes. Conforme informações disponíveis no WEBSITE da UFG a pretensão do MEC

é distribuir a plataforma para todas as instituições do Ensino Superior possam utilizar, iniciando pelas Federais. O secretário da SESU, Wagner Vilas Boas, lembrou que:

Uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) é que a taxa de matrículas para jovens de 18 a 24 anos na educação superior, em 2024, alcance 50%, um número que dificilmente será atingido devido aos percentuais apresentados hoje, por isso, o combate à evasão é uma das formas de melhorar essa situação.

Com os dados das universidades participantes a equipe da UFG divulgou um relatório com algumas informações sobre a evasão: a disciplina com a maior taxa de reprovação é cálculo I; sobre as ações para evitar a evasão 61,1% respondeu que não oferece aos seus alunos disciplinas de nivelamento.

Ao questionarem os coordenadores dos cursos sobre quais os conteúdos os alunos apresentam maior dificuldade, 77,8%, responderam que não sabem.

Em relação ao questionamento se existe a prática de monitorar os sinais comportamentais dos discentes, tais como: faltas excessivas, frequente dificuldades em cumprir os prazos ou ainda crises comportamentais, as respostas foram: 5,6% não sabem informar, 22,2% monitoram e 72,2% disseram não monitorar esses comportamentos. (SOARES, *et al.*, 2022).

No citado relatório, apresenta também quais as ações as IFES então realizado para o combate à evasão. Entre as ações, o destaque foi para a monitoria com 88,2% como forma de ensino suplementar, seguido por ações de tutoria por pares, tutoria por professores e cursos de nivelamento, todos com 11,80%. Bom lembrar que os dados desse relatório estão circunscritos às universidades que fazem parte do projeto. Esse projeto ainda está em andamento e existe a pretensão de ser repassado a todas as IES, mas até o momento o processo ainda não foi concluído.

Nessa seção foram apresentadas algumas ações, programas e políticas do Governo Federal que tem objetivos de reduzir a evasão de alunos na Educação Superior ou, de alguma forma, auxiliar os alunos no seu processo de formação, foi também apresentado o projeto piloto do MEC que em parceria com algumas IFES desenvolveram uma plataforma baseada em Inteligência Artificial que combina integração de dados acadêmicos para gerar informações que possam ajudar as IES a reduzir a evasão. Um resumo de todas as ações é apresentado na Tabela 5. No próximo capítulo será apresentado o delineamento das fontes e métodos para a realização deste estudo.

Tabela 5- Ações para o combate à evasão de alunos

<b>Fonte</b>	<b>Ações</b>
Lobo (2012); Silva <i>et al.</i> , (2007), Vieira (2013)	Grupos para estudo da evasão
Lobo (2012); Silva <i>et al.</i> , (2019)	Pesquisa de satisfação dos alunos
Lobo (2012) Silva <i>et al</i> (2019), Massi e Villani (2015),	Integração dos novos alunos
Silva <i>et al.</i> , (2007) e Lobo (2012)	Diagnosticar as causas da evasão e desenvolver ações
Lobo (2012); Silva <i>et al.</i> , (2007); Vieira (2013)	Ser proativo para aconselhar e orientar alunos com dificuldades
Lobo (2012)	Programa de recuperação de alunos
Cota (2017)	Restaurantes Universitários
Silva <i>et al</i> (2007)	Acompanhar e intervir em relação às dificuldades de ensino-aprendizagem
Silva <i>et al</i> (2007); Simon; Gotardo; Amorim, (2021)	Monitorar a frequência dos alunos
Silva <i>et al</i> (2007)	Orientar o aluno no momento da matrícula
Silva <i>et al</i> (2007)	Atendimento extraclasse
Silva <i>et al</i> (2007), Saccaro <i>et al.</i> (2019) Massi e Villani (2015)	Auxílios financeiros
Silva. Oliveira (2019); Oliveira e Silva (2020)	Oferta de monitoria
Vieira (2013)	revisão de projetos político-pedagógicos dos cursos
Vieira (2013)	acompanhamento dos alunos nos anos iniciais
Vieira (2013)	ocupação de vagas ociosas com a transferência facultativa e com portadores de diploma de curso superior
Oliveira e Silva (2020)	Tutoria
Vieira (2013)	desenvolvimento de política institucional para incentivar as unidades ou áreas acadêmicas a implementarem programas específicos de acompanhamento dos alunos e combate à evasão e a avaliação contínua na busca da melhoria constante.
Simon; Gotardo; Amorim, (2021); MEC (2014)	Busca ativa de alunos
Simon; Gotardo; Amorim, (2021)	Atualização dos dados cadastrais dos alunos, sempre que fizer a matrícula
Gilioli (2014)	Integração do aluno à vida acadêmica; o aprimoramento de currículos e percursos formativos, programas de assistência estudantil e o acompanhamento mais sistematizado de docentes junto aos alunos com dificuldades.
Oliveira e Silva (2020) MEC 2014	Capacitação Didático Pedagógica dos Docentes / formação continuada
Mussliner <i>et al.</i> (2021)	a criação de uma equipe multidisciplinar composta por pedagogo, psicólogo, assistente social, técnico em assuntos educacionais e um assistente em educação.
MEC 2015	Combater a retenção de alunos
Massi e Villani (2015)	Aulas de reforço de matemática, cálculo
UFUSCAR, (2021).	Aulas no canal do Canal Youtube ou outras mídias
Massi e Villani (2015)	Atividades extracurriculares
Massi e Villani (2015); Vieira (2013)	Reforma curricular
Massi e Villani (2015)	Feiras de Profissões

Fonte: Elaboração própria a partir das pesquisas realizadas (2022)

## 2 - Fontes e Métodos

Conforme foi demonstrado, a evasão de alunos gera desperdício de recursos financeiros públicos, que são escassos, e neste sentido, é relevante desenvolver estratégias que possam reverter ou diminuir os prejuízos causados pela evasão de alunos. Foram apresentadas também algumas ações para o combate à evasão presentes na literatura acadêmica e políticas públicas do Governo Federal, como por exemplo o PNAES, que tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na Educação Superior Pública Federal. Neste capítulo, serão apresentados os dados fornecidos pelas universidades federais, os quais mostram as ações ou estratégias que estão sendo utilizadas para redução dos índices de evasão de alunos, que serão detalhados a seguir. Levantar o que as universidades estão fazendo para reduzir a evasão e com isso reduzir os custos de manutenção com vagas ociosas, é fundamental tendo em vista a escassez dos recursos.

Além disso, a evasão influencia negativamente os índices das IFES e pode reduzir os recursos recebidos da União. “A evasão é peça chave para determinar a alocação de recursos de custeio e capital entre IFES e entre suas unidades acadêmicas internas” (SILVA, *et al.*, 2021, p.6), tendo em vista, que o MEC utiliza a Matriz Andifes de Orçamento de Custeio e Capital (OCC) como modelo de distribuição de recursos orçamentários, “quanto mais alunos evadem dessas instituições de ensino, menor repasse de recursos públicos receberão, o que prejudica seu crescimento, impactando no desenvolvimento do próprio país e/ou região no qual se encontram”, conforme EMAQUE, *et al.* (2016, p. 84).

Considerando os prejuízos que a evasão pode causar, e que as Universidades precisam conciliar recursos limitados e escassos com demandas por serviços de qualidade, existe a necessidade de conhecer e divulgar as estratégias que possam minimizar os prejuízos advindos da evasão de alunos. Dessa forma, busca-se conhecer quais as ações cada universidade federal está implantando em sua unidade, visando compartilhar com outras instituições a fim de contribuir com a disseminação do conhecimento, visando reduzir a evasão de alunos e conseqüentemente o melhor aproveitamento dos recursos públicos federais. Detalharemos agora como foi realizado o trabalho para levantamento de dados para este estudo.

Esta pesquisa classifica-se como descritiva, sendo qualitativa quanto à abordagem. Para isso, foi realizada a coleta dos dados com todas as Universidades Federais, no total de 68 IFES. Para coleta das informações foram encaminhadas duas perguntas pelo sistema de ouvidorias, na Plataforma Fala. BR. Para três universidades que não estavam cadastradas no sistema de

ouvidorias, as perguntas foram encaminhadas por e-mail. As questões enviadas as universidades foram as seguintes:

1) Solicito relatório com o percentual de Evasão de alunos da Graduação presencial no período de 2015 a 2021;

2) Quais as medidas tomadas por essa Universidade para combater a evasão de alunos da graduação presencial no referido período.

O Fala.BR é a plataforma integrada de acesso à informação e ouvidoria do Poder Executivo Federal. Desenvolvido pela Controladoria-Geral da União (CGU), o sistema permite a qualquer cidadão encaminhar, de forma ágil e com interface amigável, pedidos de informações públicas e manifestações. O prazo para as respostas é de 20 dias, prorrogáveis por mais 10 mediante justificativa do órgão (BRASIL, 2012).

Além do registro de pedidos e manifestações, o sistema permite acompanhar o cumprimento dos prazos; consultar as respostas recebidas; entrar com recursos; apresentar reclamações; entre outras ações, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação e o Código de Defesa dos Usuários de Serviços Públicos. Outra facilidade do sistema é a possibilidade de acessar as respostas em qualquer computador com acesso à internet (BRASIL, 2012, P.1).

No entanto, o sistema de acesso à informação não permite respostas que exijam trabalhos adicionais. Pensando nisso, foram enviadas apenas duas perguntas. Mesmo assim, das IFES que não responderam, duas citaram o Decreto 7.724/2012, art. 13 para justificar o ato de não responder. Sendo que uma citou o inciso III:

Lembrando que de acordo com Art. 13. não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

(...) III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade.

E outra se utilizou do inciso II do citado decreto, além de explicar que o quadro de servidores estava reduzido, o que dificultava o atendimento solicitado.

Esta Pró-Reitoria de Graduação, tem trabalhado com o quadro de servidores reduzido, enfrentando um volume de trabalho bastante expressivo para as demandas rotineiras de expediente, e que realizar o levantamento solicitado, demanda força de trabalho e de tempo além dos habituais, já que os referidos dados precisam ser compilados e organizados de forma a atender à solicitação.

Amparado pelo artigo 13 do Decreto n. 7.724/12, conforme descrito abaixo:

Art. 13. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

II - Desproporcionais ou desarrazoados

Esclarecemos que o pedido de informação inviabiliza a rotina de trabalho desta Unidade, comprometendo as atividades rotineiras e essenciais por um período considerável, caracterizando assim a desproporcionalidade do pedido.

Conforme já explicado, as perguntas foram enviadas para todas as IFES. A amostra é composta de 68 Universidades Federais. Para chegar ao número de Universidades Federais existentes atualmente, no Brasil, foi realizada uma busca no site do MEC, no cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro do e-MEC. Para essa busca, foram usados os seguintes filtros: instituição de ensino superior; categoria administrativa: pública federal; organização acadêmica: universidades e situação: ativa. Do resultado, obteve-se a lista de 68 Universidades Federais. No entanto, após pesquisas verificou-se que o número de IFES é 69, ou seja a Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) que foi criada pela Lei 13.856 de 8 de julho de 2019, por desmembramento do campus da Fundação Universidade Federal do Tocantins e que ainda não constava no site do e-MEC, na data da pesquisa. Visitando o site da UFNT, verificou-se que a Universidade ainda estava em processo de transição, por isso não foi incluída na pesquisa.

Três instituições foram criadas em 2018, e por isso, na época da coleta dos dados ainda não estavam cadastradas no sistema de ouvidorias Fala.BR. Dessa forma, optou-se por enviar o questionário por e-mail. No entanto, responderam que ainda não tinham os dados solicitados. As novas universidades são: Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAR) e Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE).

Para as universidades restantes foi aberto um processo para cada uma, o que totalizam 65 processos, Tabela 6, na Plataforma Fala. BR, entre os meses de janeiro e maio de 2022, no qual foram inseridas as questões e enviadas. A pesquisa foi direcionada para a graduação na modalidade presencial, tendo em vista que os cursos à distância não são o foco desse estudo.

Além das informações coletadas das Universidades Federais, foram utilizadas também informações oficiais do Governo Federal, pesquisa em artigos científicos, dissertações e teses consultados no Portal de Periódicos da CAPES, Google Acadêmico e repositório da Universidade de Brasília (UnB).

Quanto à análise dos dados, estes foram organizados por meio do software Microsoft Office Excel.

Tabela 6- Instituições que participaram da pesquisa pelo sistema FALA BR

	<b>Número do Processo</b>	<b>Órgão Destinatário</b>	<b>Cadastro</b>	<b>Resposta</b>
1	23546.004328/2022-57	FUNRei - Fundação Universidade Federal de São João Del Rei	23/01/2022	22/02/2022
2	23546.035475/2022-79	FURG – Fundação Universidade Federal do Rio Grande	18/05/2022	30/05/2022
3	23546.004269/2022-17	UFABC – Fundação Universidade Federal do ABC	23/01/2022	07/02/2022
4	23546.004270/2022-41	UFAC – Fundação Universidade Federal do Acre	23/01/2022	24/02/2022
5	23546.004226/2022-31	UFAL – Universidade Federal de Alagoas	22/01/2022	07/02/2022
6	23546.004228/2022-21	UFAM – Fundação Universidade do Amazonas	22/01/2022	11/02/2022
7	23546.004223/2022-06	UFBA – Universidade Federal da Bahia	22/01/2022	17/02/2022
8	23546.004216/2022-04	UFC – Universidade Federal do Ceará	22/01/2022	26/01/2022
9	23546.004217/2022-41	UFCA - Universidade Federal do Cariri	22/01/2022	06/02/2022
10	23546.004274/2022-20	UFCG – Universidade Federal de Campina Grande	23/01/2022	01/02/2022
11	23546.011731/2022-32	UFCSPA – Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	20/02/2022	21/02/2022
12	23546.011743/2022-67	UFERSA-RN – Universidade Federal Rural do Semi-Árido	20/02/2022	25/03/2022
13	23546.004275/2022-74	UFES – Universidade Federal do Espírito Santo	23/01/2022	02/03/2022
14	23546.004277/2022-63	UFESBA - Universidade Federal do Sul da Bahia	23/01/2022	22/02/2022
15	23546.004224/2022-42	UFF – Universidade Federal Fluminense	22/01/2022	23/02/2022
16	23546.004271/2022-96	UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul	23/01/2022	09/02/2022
17	23546.004218/2022-95	UFG – Universidade Federal de Goiás	22/01/2022	21/02/2022
18	23546.004324/2022-79	UFGD – Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	23/01/2022	27/01/2022
19	23546.004221/2022-17	UFJ - Universidade Federal de Jataí	22/01/2022	10/03/2022
20	23546.004265/2022-39	UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora	23/01/2022	03/02/2022
21	23546.004309/2022-21	UFLA – Universidade Federal de Lavras	23/01/2022	09/02/2022
22	23546.011742/2022-12	UFMA – Fundação Universidade Federal do Maranhão	20/02/2022	09/03/2022
23	23546.004266/2022-83	UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais	23/01/2022	24/01/2022
24	23546.011738/2022-54	UFMS – Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	20/02/2022	10/03/2022
25	23546.004322/2022-80	UFMT – Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	23/01/2022	14/02/2022
26	23546.004272/2022-31	UFOB - Universidade Federal do Oeste da Bahia	23/01/2022	10/02/2022
27	23546.004320/2022-91	UFOP – Fundação Universidade Federal de Ouro Preto	23/01/2022	06/02/2022
28	23546.004280/2022-87	UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará	23/01/2022	12/02/2022
29	23546.004222/2022-53	UFPA – Universidade Federal do Pará	22/01/2022	31/01/2022
30	23546.004310/2022-55	UFPB – Universidade Federal da Paraíba	23/01/2022	08/02/2022
31	23546.004231/2022-44	UFPE – Universidade Federal de Pernambuco	22/01/2022	02/02/2022
32	23546.004313/2022-99	UFPel – Fundação Universidade Federal de Pelotas	23/01/2022	10/02/2022
33	23546.004281/2022-21	UFPI – Fundação Universidade Federal do Piauí	23/01/2022	23/02/2022
34	23546.004225/2022-97	UFPR – Universidade Federal do Paraná	22/01/2022	11/02/2022
35	23546.004282/2022-76	UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia	23/01/2022	07/04/2022
36	23546.004318/2022-11	UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	23/01/2022	15/02/2022
37	23546.004319/2022-66	UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul	23/01/2022	18/02/2022
38	23546.004283/2022-11	UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro	23/01/2022	14/02/2022
39	23546.004321/2022-35	UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte	23/01/2022	01/02/2022

40	23546.004314/2022-33	UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco	23/01/2022	27/01/2022
41	23546.004288/2022-43	UFRR – Fundação Universidade Federal de Roraima	23/01/2022	21/02/2022
42	23546.011729/2022-63	UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	20/02/2022	14/03/2022
43	23546.004287/2022-07	UFS – Fundação Universidade Federal de Sergipe	23/01/2022	14/02/2022
44	23546.004285/2022-18	UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina	23/01/2022	24/02/2022
45	23546.004323/2022-24	UFSCar – Fundação Universidade Federal de São Carlos	23/01/2022	01/02/2022
46	23546.004311/2022-08	UFMS – Universidade Federal de Santa Maria	23/01/2022	10/02/2022
47	23546.004315/2022-88	UFT – Fundação Universidade Federal do Tocantins	23/01/2022	22/02/2022
48	23546.004316/2022-22	UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro	23/01/2022	07/02/2022
49	23546.004229/2022-75	UFU – Universidade Federal de Uberlândia	22/01/2022	18/02/2022
50	23546.011739/2022-07	UFV – Fundação Universidade Federal de Viçosa	20/02/2022	03/03/2022
51	23546.004329/2022-00	UFVJM – Univ. Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	23/01/2022	31/01/2022
52	23546.004209/2022-02	UNB – Fundação Universidade de Brasília	22/01/2022	02/02/2022
53	23546.004267/2022-28	UNIFAL-MG – Universidade Federal de Alfenas	23/01/2022	08/02/2022
54	23546.004289/2022-98	UNIFAP – Fundação Universidade Federal do Amapá	23/01/2022	22/02/2022
55	23546.004230/2022-08	UNIFEI – Universidade Federal de Itajubá	22/01/2022	01/02/2022
56	23546.004268/2022-72	UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo	23/01/2022	15/02/2022
57	23546.004325/2022-13	UNIFESSPA – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	23/01/2022	02/02/2022
58	23546.011736/2022-65	UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana	20/02/2022	04/03/2022
59	23546.011735/2022-11	UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	20/02/2022	16/03/2022
60	23546.011732/2022-87	UNIPAMPA – Fundação Universidade Federal do Pampa	20/02/2022	24/03/2022
61	23546.004317/2022-77	UNIR – Fundação Universidade Federal de Rondônia	23/01/2022	28/01/2022
62	23546.011741/2022-78	UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	20/02/2022	24/03/2022
63	23546.011734/2022-76	UNIVASF – Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	20/02/2022	15/03/2022
64	23546.011737/2022-18	Universidade Federal de Catalão - UFCAT	20/02/2022	09/03/2022
65	23546.004326/2022-68	UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná	23/01/2022	24/02/2022

Fonte: Sistema Fala.BR (2022)

Após o encaminhamento das perguntas às IFES, obtivemos o seguinte resultado: total de Universidades Federais que responderam à pesquisa foi de 61, o que equivale a 89,70%, sendo que 72,13% (44) responderam a todas as questões e 27,87 (17) responderam a uma questão.

Não responderam à pesquisa 10,30% (7) das Universidades, sendo que desse total três Universidades justificaram que foram criadas recentemente, em 2018, e por esse motivo não disponibilizavam dos dados para a informação, conforme detalhado no início deste capítulo.

A Tabela 07 apresenta a distribuição das Universidades Federais, com base nas regiões de sua localização. A região com o maior número de instituições Federais é a região Nordeste

com 29% de IFES, seguida Sul com 24%. Já a região com o menor número de IFES é a região Centro Oeste que tem 8 Universidades Federais.

Pode-se observar que a região nordeste apresenta o maior índice de universidades que não participaram da pesquisa 4,41%, no entanto, essa situação refere-se a duas IFES que foram criadas em 2018, e por esse motivo não tinham os dados para participar da pesquisa, as universidades são: Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAR) e Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE).

Já na região Centro-Oeste em que uma Universidade não participou, refere-se também a uma instituição criada recentemente, Universidade Federal de Rondonópolis (UFR). Após demonstração dos números e locais dos participantes da pesquisa, passaremos a descrever informações relevantes que as Universidades passaram sobre tópicos tais como: conceito de evasão, método para o cálculo da evasão e dificuldades enfrentadas em razão da pandemia de Novo Coronavírus - COVID-19.

Tabela 7 - Total de instituições respondentes e não respondentes por Região

<b>Região</b>	<b>Responderam</b>	<b>%</b>	<b>Não responderam</b>	<b>%</b>	<b>Total de IFES</b>	<b>%</b>
	(n)		(n)		(n)	
Centro-oeste	7	10,29%	1	1,47%	8	12%
Nordeste	17	25%	3	4,41%	20	29%
Norte	9	13,23%	1	1,47%	10	15%
Sudeste	13	19,11%	1	1,47%	14	21%
Sul	15	22,05%	1	1,47%	16	24%
<b>TOTAL</b>	<b>61</b>	<b>89,70%</b>	<b>7</b>	<b>10,29%</b>	<b>68</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir das respostas da IFES (2022)

As perguntas encaminhadas as universidades foram do tipo aberta, isso gerou variadas respostas e as universidades fizeram outras considerações. A UFRN informou que a taxa de evasão de alunos é calculada de acordo com o método do FORPLAD, Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e de Administração das Instituições Federais de Ensino Superior. Esse método conforme já foi apresentado, é um método utilizado pelo Instituto Lobo, (MENDES, A. J. R. *et al.*, 2015, p 52). A Universidade Federal Fluminense e a Universidade Federal da Fronteira do Sul, ao se referirem ao método utilizado informaram que utilizam o método do Instituto Lobo para o cálculo da evasão. Apesar de usarem nomenclaturas diferentes, as universidades utilizam o mesmo método para o cálculo da evasão, (FILHO, MOTEJUNAS, HIPÓLITO e LOBO, 2007 p.5).

Uma instituição relatou que “não estabeleceu um indicador para medir o percentual de evasão dos alunos dos cursos de Graduação”.

A UNIFAP em sua resposta informou que o Departamento (DERCA) não possuía o acesso à informação de evasão, uma vez que o SIGAA não possui relatório com este tipo de informação.

Outro destaque que algumas universidades fizeram, foi em relação ao período da pandemia de Novo Coronavírus - COVID-19. Vale lembrar que o MEC, pela Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, autorizou a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais no período da pandemia. Algumas IFES relataram dificuldades enfrentadas nos anos de 2020 a 2021. Assim, destacaram que ainda não tinham os dados de 2021 e alguns dados de 2020 sofreram alterações, tendo em vista as mudanças ocorridas nos calendários acadêmicos por causa da pandemia de COVID-19.

A UNIFEI relatou que os processos de desligamento dos alunos foram suspensos, no período em que as aulas passaram do formato presencial para o remoto, “por ser um formato novo e que foi implementando de forma repentina - imposto pelas condições sanitárias da COVID-19” (UNIFEI, 2022).

A UFJF em sua resposta relatou que no ano de 2020 houve alteração nos procedimentos de trancamento de curso, exigindo-se a manifestação da coordenação dos cursos, para que eles pudessem discutir a situação com os alunos, orientando alternativas possíveis para cada caso (UFJF, 2022).

A UFPE informou que não era possível calcular a taxa de evasão de 2021, visto que o semestre letivo de 2021, iniciou-se no dia 31/01/2022 (UFPE, 2022).

A Universidade Federal do Pará relatou que a taxa de evasão foi afetada pela pandemia,

A UFPA possui uma taxa de evasão anual bem abaixo da média nacional, conforme se verifica nos dados informados pela PROPLAN. Infelizmente as dificuldades trazidas pela pandemia refletidas também no ambiente acadêmico, impuseram obstáculos no acesso dos discentes às aulas, as quais passaram a ser emergencialmente remotas desde setembro de 2020. Falta de acesso a Internet e equipamentos, falta de preparo, falta de local adequado para estudo, falta de tempo para estudar por ter que trabalhar etc., são fatores que influenciaram fortemente na evasão dos alunos, ainda que a UFPA tenha envidado esforços para garantir tal acesso, a evasão praticamente duplicou na IES em 2020. A pró-reitoria de Ensino de Graduação ( PROEG ) tem feito um trabalho hercúleo para implementar e executar ações que possam modificar as taxas de sucesso, evasão e retenção que ficaram afetadas brutalmente pela realidade da pandemia.

A UNIVASF relatou que a partir do ano 2020, a matrícula dos alunos não foi obrigatória, conforme o § 3º do Art. 3º da Resolução 23/2020 e os Arts. 24 e 25 da Resolução 10/2021,

ambas as resoluções do Conselho Universitário da Universidade, e por isso, não foi possível “mensurar o número de alunos que de fato foram desligados, e, por conseguinte, não podendo ser elaborada uma taxa de evasão” (UNIVASF, 2022).

Da mesma forma, a Universidade Federal da Fronteira do Sul informou que não tinha disponíveis dados sobre evasão do ano de 2021, tendo em vista as alterações nos semestres. Destacou ainda que conforme as resoluções 35/2020 e 77/2021, os registros de abandono não puderem ser realizados e, portanto, a evasão de alunos relativas aos anos de 2020 e 2021 seriam consideravelmente reduzidas.

Analisando os relatos das IFES sobre as dificuldades apresentadas no período da pandemia, foram considerados para esse estudo, o período de 2015 a 2019, excluído dessa forma o período da pandemia. No entanto, uma exceção foi feita para a UFOB que apresentou os dados de evasão do período de 2015 a 2021, por se tratar de dados relevantes em que a IFES apresentou o acompanhamento dos alunos que recebem auxílio financeiro e qual a porcentagem desses evadiram, decidiu-se apresentá-lo na íntegra.

As IFES destacaram outros assuntos em suas respostas, que merecem destaques tais como o método e para cálculo da evasão. Verificou-se que existem várias formas de calcular a evasão. Foram citados o método do Instituto Lobo, do INEP e a Taxa de Sucesso na Graduação do TCU. Duas instituições manifestaram não ter acesso aos dados da evasão, fato que dificulta o acompanhamento do resultado de estratégias desenvolvidas para a diminuição dos índices de evasão.

A UNIFESP relatou que a taxa de evasão “é um indicador que considera estudantes que, tendo iniciado o curso, saíram da instituição” disse também que o conceito de evasão é um fenômeno que pode ser medido em diferentes formas, como a evasão do curso, da instituição e do sistema. Esses conceitos estão de acordo com o relatado pela Comissão Especial de Estudos sobre Evasão (BRASIL, 1996). Além disso, a UNIFESP também destacou os problemas de mobilidade e problemas financeiros como algumas das causas da evasão. Essas causas também estão relatadas em vários estudos, principalmente a mobilidade que é a mudança de curso, mudança de instituição, ou ainda, a realização de um novo vestibular. Para muitos estudiosos a mobilidade não deveria ser considerada no cálculo da evasão, tendo em vista que o aluno não desistiu de estudar, mas procura um curso que melhor se adeque as suas necessidades ou aptidões (LOBO, 2012; BRASIL, 1996; MEC, 2014; LIMA JÚNIOR, 2013; COIMBRA *et al.*, 2021; RANGEL *et al.*, 2019; CARDOSO, 2008; GILIOLI, 2017; UNIFESP 2022).

A UNIFESP também esclareceu que no Relatório de Gestão do ano de 2020 foi utilizada a taxa de evasão proposta pelo TCU – Tribunal de Contas da União. E define que “a taxa de

evasão é um indicador que considera estudantes que, tendo iniciado o curso, saíram da instituição”. A taxa citada pela universidade é a TSG- Taxa de Sucesso na Graduação. Outra instituição que informou que adota a TSG foi a UFJF, disse também que outros indicadores estão em fase de implementação.

Aqui foram apresentadas algumas considerações que as IFES fizeram, além das respostas aos questionários. Na próxima seção, serão apresentadas as respostas da pesquisa.

### **3 - Análise da evasão de alunos da Graduação presencial no período de 2015 a 2019**

#### **3.1 - Taxa de evasão das IFES**

Nessa seção serão apresentados as taxas anuais e totais de evasão de alunos, das IFES, referente ao período de 2015 a 2019; os cinquenta cursos com as maiores e as menores taxas de evasão conforme os dados do Censo da Educação Superior INEP (2020); e as respostas a seguinte pergunta enviada às IFES: solicito relatório com o percentual de evasão de alunos da graduação presencial no período de 2015 a 2021. Como já foi relatado no capítulo anterior, as universidades tiveram algumas dificuldades no registro de movimentação dos alunos, devido a pandemia de COVID. Dessa forma, o período considerado para esse estudo ficou limitado ao período de 2015 a 2019.

Participaram da pesquisa 61 universidades, desse total 51 IFES responderam a essa questão, o que equivale a 83,61%, a (Tabela 8) mostra as formas como as instituições responderam a essa questão.

Ao responder a pergunta sobre qual o índice de evasão de alunos, as universidades responderam de formas diferentes. A maioria 47,54% (29) informou o índice de evasão anual. Algumas IFES 31,15% (19) enviaram os números de alunos evadidos durante o ano. Uma universidade informou que só controla a evasão dos assistidos por auxílio financeiro, outra Universidade encaminhou o total de alunos evadidos em todo o período.

Finalmente uma IFES informou que utiliza a metodologia do TCU para o cálculo da evasão o TSG, que é um indicador de gestão definido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), por meio da decisão nº 408/2002-TCU, que determinou a inclusão dessa taxa na prestação anual de contas das IFES. A partir dos resultados da TSG, pode-se perceber a quantidade de alunos que conseguiram finalizar o seu curso ou a existência problemas relacionados à evasão, o que torna esses resultados importantes no processo de planejamento das Universidades. (BOYNARD, 2013; TCU, 2022).

Não informaram o número de evasão de alunos 16,39%, desse total, duas instituições relataram não ter acesso a essa informação, como foi relatado no capítulo anterior.

Tabela 8 - Formas de Cálculo da evasão das IFES

<b>Formas para os números da evasão</b>	<b>(n)</b>	<b>%</b>
Porcentagem da evasão anual	29	47,54
Números da evasão anual	19	31,15
Não informou	10	16,39
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	1	1,64
Evasão dos assistidos	1	1,64
Total de evasão 2015 a 2021	1	1,64
Total de respostas	61	100%

Fonte: Elaboração própria a partir das respostas da IFES (2022)

Em relação as respostas das IFES, pode-se observar que não há um padrão para o cálculo da evasão nas Universidades Federais. Assim, tem-se como respostas para a evasão, taxas calculadas por ano ou por período. Algumas instituições enviaram os números, outras o percentual, e ainda algumas disseram ter acesso a essa informação. Os métodos para o cálculo da evasão também são diferentes, tais como método do instituto Lobo, TSG e INEP.

A FURG destacou que entre 2014 e 2019, 16,9 mil estudantes matricularam-se na FURG. Destes, 50,8% evadiram, o que quer dizer que ou trocaram de curso ou abandonaram a universidade, relata também que estão realizando uma pesquisa, para encontrar os alunos evadidos. Considerando a possibilidade de que alguns dos alunos possam ter trocado de curso, percebe-se aqui o que os estudos relatam sobre a dúvida se a mobilidade dos alunos deveria configurar como evasão, visto que, a mobilidade é incentivada pelo próprio governo, como há foi destacado no capítulo anterior (LOBO, 2012; BRASIL, 1996; MEC, 2014; LIMA JÚNIOR, 2013; COIMBRA *et al.*, 2021; RANGEL *et al.*, 2019; CARDOSO, 2008; GILIOLI, 2017).

Tabela 9 - Evasão de alunos das IFES no período de 2015 a 2019

	<b>IFES</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
1	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	3,85	6,8	4,86	4,63	4,12
2	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	16,59	9,63	17,21	12,95	17,47
3	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	20,73	18,18	17,64	16,64	17,81
4	UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA	26,28	24,01	26,35	13,43	15,08
5	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	16,98	25,45	21,01	23,65	18,76
6	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	3,2	33,7	10,1	31,3	21,9

7	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI	6,68	14,31	14,71	16,04	14,48
8	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	9,5	10,1	10,2	10,2	9
9	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	15,37	9,56	13,77	10,04	7,23
10	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	46	39	44	45	49
11	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	13,6	12,1	13,9	13,1	12,8
12	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	9,45	11,69	9,88	8,38	13,74
13	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	11,1	9,1	9,05	9,33	12,7
14	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	11	11	11	11	12,7
15	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	18	20,4	20	19,6	20,2
16	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	10,93	13,95	20,3	17,36	16,23
17	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA	6,75	5,46	4,53	3,01	31,99
18	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	18,8	14,4	28,15	18,31	20,4
19	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	20	32,72	14,93	17,72	18,39
20	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	21,36	22,72	25,68	22,4	17,94
21	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	15,83	16,31	17	15,45	12,71
22	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	15,23	14,79	12,66	11,94	12,77
23	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI	27,48	24,72	21,13	20,62	20,27
24	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	14,72	14,3	13,49	15,28	12,19
25	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	N/I	N/I	11,04	28,94	19,79
26	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	N/I	8,8	9,9	10,9	10
27	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO	16,24	14,49	18,57	14,34	12,95
28	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ	67,21	64,74	51,66	41,31	33,4
29	UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	7,14	38,38	3,39	10,45	8,99

Fonte: Elaboração própria a partir das respostas da IFES (2022)

A Tabela 9 mostra o número de evasão de alunos enviados pelas universidades. Abaixo nas Tabelas 11 até a Tabela 15 são apresentados os dados do INEP, por região. Percebe-se divergência entre os dados apresentados. Os dados do INEP são referentes a graduação, presencial das IFES, com ingressante em 2015. O acompanhamento longitudinal em uma trajetória cronológica dos estudantes que ingressam em um curso de graduação até a sua saída, seja por meio da conclusão ou da desistência do curso, geram indicadores que servem de base para medir a eficiência dos cursos e qualificar a oferta e a demanda dos cursos. Além de subsidiar discussões sobre a eficácia do Sistema de Ensino Superior (INEP, 2020).

A importância desses indicadores foi ressaltada também em alguns estudos, que ressaltam que é importante para o gestor ter clareza do termo evasão, definição de qual o método será utilizado para o cálculo da taxa de evasão, para que possa assim, conduzir estratégias que poderão minimizar os impactos negativos que geram a evasão de alunos. Em relação ao tempo, quanto menor ele for, maiores serão as chances de intervenção para a correção do que estiver ao alcance da Instituição, tendo em vista que as taxas de evasão poderão ser semestrais, anuais, ou ainda, quando o curso estiver com o ciclo de graduação ou formação completo. Em relação

os cursos, também é importante este conhecimento, tendo em vista que os cursos têm diferentes taxas de evasão (SILVA FILHO *et al.*, 2007; COIMBRA *et al.*, 2021; LOBO, 2012).

Ainda em relação as taxas de evasão, a Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), informou que faz o acompanhamento dos alunos assistidos, Tabela 10.

Tabela 10 - Evasão de alunos assistidos da UFOB (2016 a 2021)

Ano	Estudantes Assistidos	Estudantes Cancelados/evadidos	Percentual (%)
2016	1112	11	0,99
2017	1278	43	3,36
2018	1439	30	2,08
2019	1396	32	2,29
2020	1336	8	0,6
2021	1181	48	4,06
<b>Total</b>	<b>7742</b>	<b>172</b>	<b>13,38</b>

Fonte: UFOB (2021), com adaptações

Conforme dados da UFOB a evasão dos alunos assistidos no período de 2016 a 2021 foi de 13,38%, taxa abaixo da média da própria UFOB que foi de 33,27% e de todas as IFES que foi de 43,21% considerando o mesmo período, conforme dados do Censo da Educação Superior de 2021 (INEP/MEC 2022). Esse resultado é compatível com os estudos que relacionam a importância do apoio ao aluno para a redução da evasão (MEC, 2014; SILVA *et al.*, 2007; SACCARO *et al.*; 2019; MASSI E VILLANI 2015).

A seguir são apresentadas a evolução das taxas de evasão das IFES, na graduação, modalidade presencial, dos ingressantes de 2015 que foram acompanhados até o ano de 2019.

Pode-se observar que na grande maioria das universidades as taxas de evasão são altas nos primeiros anos e tendem a serem diminuir à medida que vai chegando perto da conclusão do curso. As IFES foram divididas por região.

Tabela 11 - Evasão das IFES da região Centro-Oeste período 2015-2019

<b>IFES - Região centro-oeste</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>TOTAL</b>
1 U. F. DE RONDONÓPOLIS	0,88	5,76	2,85	12,56	16,62	38,67
2 U. F. DE MATO GROSSO	2,48	6,55	3,07	18,03	9,14	39,27
3 U. DE BRASÍLIA	6,52	14,65	9,67	7,23	4,68	42,75
4 U. F. DE GOIÁS	16,3	10,7	9,87	4,51	4,44	45,82
5 F. U. F. DA GRANDE DOURADOS	20,1	12,06	7,67	3,6	3,03	46,4
6 U. F. DE JATAÍ	24,51	13,86	6,35	4,07	4,25	53,04
7 U. F. DE CATALÃO	16,89	12,75	9,12	5,51	9,43	53,7
8 U. F. DE MATO GROSSO DO SUL	24,26	16,26	7,05	5,53	3,9	57

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INEP (2022)

Conforme os dados são do Censo da Educação Superior de 2020, referentes aos alunos que ingressaram em 2015, nas região centro-oeste (Tabela 11) a IFES com a menor taxa de evasão, 38,67%, considerando o período de 2015 a 2019, foi a Universidade Federal de Rondonópolis (INEP;2020).

Tabela 12 - Evasão das IFES da região Nordeste no período 2015-2019

<b>IFES - Região Nordeste</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>TOTAL</b>
U. F. DA BAHIA	8,9	5,67	3,75	2,47	2,56	23,35
U. DA INTEGRAÇÃO INTER.LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA	4,07	14,43	3,96	4,42	2,47	29,35
U. F. DO MARANHÃO	4,64	16,51	2,65	2,58	5,87	32,25
U. F. DO DELTA DO PARNAIBA	4,2	4,71	19,17	4,34	5,85	38,27
U. F. DO PIAUÍ	4,07	5,87	22,75	3,89	5,21	41,79
U. F. DO RIO GRANDE DO NORTE	11,07	10,2	10,22	6,47	4,63	42,59
U. F. DO CARIRI	14,52	16,08	8,07	1,31	2,72	42,7
U. F. DE PERNAMBUCO	10,22	13,76	8,61	5,85	4,31	42,75
U. F. RURAL DO SEMI-ÁRIDO	7,16	17,99	10,36	5,59	3,61	44,71
U. F. DO RECÔNCAVO DA BAHIA	4,37	5,16	19,76	12,96	3,55	45,8
U. F. DO CEARÁ	7,96	15,69	10,53	7,21	4,83	46,22
U. F. DO SUL DA BAHIA	4,31	8,84	2,32	4,78	27,05	47,3
U. F. DE ALAGOAS	3,98	6,71	4,34	19,16	13,7	47,89
F. U. F. DO VALE DO SÃO FRANCISCO	8,63	19,9	9,47	6,67	3,58	48,25
U. F. DO OESTE DA BAHIA	3,36	21,84	13,89	4,89	4,64	48,62
U. F. DA PARAÍBA	0,7	15,81	15,17	12,59	4,51	48,78
U. F. DE SERGIPE	18,7	15,95	8,56	7,72	4,33	55,26
U. F. RURAL DE PERNAMBUCO	2,39	25,3	14,04	8,83	5,4	55,96
U. F. DO AGRESTE DE PERNAMBUCO	0,85	31,36	14,84	7,12	3,24	57,41
U. F. DE CAMPINA GRANDE	25,72	17,56	9,35	5,8	1,75	60,18

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INEP (2022)

Conforme os dados são do Censo da Educação Superior de 2020, referentes aos alunos que ingressaram em 2015, nas região Nordeste (Tabela 12) a IFES com a menor taxa de evasão,

23,35%, considerando o período de 2015 a 2019, foi a Universidade Federal da Bahia (INEP, 2020).

Tabela 13- Evasão das IFES da região Norte no período 2015-2019

<b>IFES - Região Norte</b>		<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>TOTAL</b>
1	U. F. RURAL DA AMAZÔNIA	3,94	5,06	2,39	15,85	0,69	27,93
2	U. F. DO PARÁ	4,32	3,41	4,87	13,55	2,36	28,51
3	U. F. DO AMAPÁ	0,23	9,69	10,27	1,69	14,35	36,23
4	U. F. DO AMAZONAS	3,2	4,41	2,51	21,53	6,7	38,35
5	U. F. DO OESTE DO PARÁ	8,47	10,3	7,38	21,4	0,85	48,4
6	U. F. DO ACRE	11,31	7,74	15,57	9,16	6,37	50,15
7	U. F. DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	9,18	9,84	10,3	19,32	3,16	51,8
8	U. F. DE RORAIMA	1,58	9,45	3,17	28,39	11,32	53,91
9	F. U. F. DO TOCANTINS	5,39	16,59	18,84	5,51	8,89	55,22
10	F. U. F. DE RONDÔNIA	9,59	22,25	3,43	15,03	4,95	55,25

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INEP (2022)

Conforme os dados são do Censo da Educação Superior de 2020, referentes aos alunos que ingressaram em 2015, nas região Norte (Tabela 13) a IFES com a menor taxa de evasão, 27,93%, considerando o período de 2015 a 2019, foi a Universidade Federal da Amazônia (INEP, 2020).

Tabela 14 - Evasão das IFES da região Sudeste no período 2015-2019

<b>IFES - Região Sudeste</b>		<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>TOTAL</b>
1	U. F. DO ESPÍRITO SANTO	5,65	7,48	5,41	7,04	7,64	33,22
2	U. F. DE UBERLÂNDIA	3,86	7,02	16,02	7,72	1,27	35,89
3	U. F. DE ALFENAS	10,32	15,49	6,02	2,52	2,76	37,11
4	U. F. DE JUIZ DE FORA	4,2	12,81	6,8	8,6	5,03	37,44
5	U. F. DO RIO DE JANEIRO	7,51	6,36	8,99	9,29	5,8	37,95
6	U. F. DE SÃO CARLOS	10,86	13,78	6,79	5,55	2,08	39,06
7	U. F. DE LAVRAS	9,73	12,39	10,63	4,27	5,36	42,38
8	U. F. DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	9,78	16,26	7,32	5,88	3,17	42,41
9	U. F. DE SÃO PAULO	9,36	7,94	5,95	19,18	1,75	44,18
10	U. F. DE ITAJUBÁ - UNIFEI	8,65	16,51	8,38	5,21	5,49	44,24
11	U. F. DE MINAS GERAIS	16,21	12,64	7,94	5,46	3,01	45,26
12	U. F. DE SÃO JOÃO DEL REI	6,98	17,53	8,83	6,02	6,73	46,09
13	U. F. RURAL DO RIO DE JANEIRO	10,16	16,35	9,87	6,86	2,88	46,12
14	U. F. DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	14,13	14,04	7,09	5,68	5,55	46,49
15	F. U. F. DO ABC	3,1	9,24	2,12	20,57	12,37	47,4
16	U. F. DE VIÇOSA	8,37	15,33	14,55	7,61	2,15	48,01
17	U. F. DE OURO PRETO	11,56	18,62	9,65	5,43	3,14	48,4
18	U. F. FLUMINENSE	14,99	10,39	5,32	11,38	8,62	50,7
19	U. F. DO TRIÂNGULO MINEIRO	11,4	19,45	10,26	6,62	3,41	51,14

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INEP (2022)

Conforme os dados são do Censo da Educação Superior de 2020, referentes aos alunos que ingressaram em 2015, nas região Sudeste (Tabela 14) a IFES com a menor taxa de evasão, 33,22%, considerando o período de 2015 a 2019, foi a Universidade Federal do Espírito Santo (INEP, 2020).

Tabela 15 -Evasão das IFES da região Sul no período 2015-2019

IFES - Região Sul		2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
F. U. F. DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO							
1	ALEGRE	2,77	19,91	5,81	9,65	2	40,14
2	U. F. DO PARANÁ	7,25	14,49	10,1	5,52	3,86	41,22
3	U. F. DO RIO GRANDE DO SUL	4,5	13,22	12,13	6,04	5,47	41,36
4	U. F. DE SANTA MARIA	7,19	15,47	10,04	6,62	4,76	44,08
5	U. F. DE SANTA CATARINA	5,42	17,62	9,58	6,92	5	44,54
6	U. F. DE PELOTAS	15,25	17,73	12,18	6,17	4,1	55,43
7	U. TECNOLÓGICA F. DO PARANÁ	25,14	9,52	7,48	8,08	5,59	55,81
8	U. F. DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA	13,98	18,03	13	5,56	5,56	56,13
9	U. F. DO RIO GRANDE	14,1	19,55	11,29	7,26	4,98	57,18
10	U. F. DA FRONTEIRA SUL	14,03	22,4	10,59	6,1	4,38	57,5
11	F. U. F. DO PAMPA - UNIPAMPA	26,05	14,83	10,33	6,7	3,211	61,12

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INEP (2022)

Conforme os dados são do Censo da Educação Superior de 2020, referentes aos alunos que ingressaram em 2015, nas região Sul (Tabela 15) a IFES com a menor taxa de evasão, 40,14%, considerando o período de 2015 a 2019, foi a Universidade Federal da Amazônia (INEP, 2020).

A média da taxa de evasão das IFES para ingressantes em 2015 com acompanhamento até o ano de 2019, foi de 46,06%. Na Tabela 16 é possível verificar quais são os cursos com as maiores taxas de evasão, sendo 24% o curso de física e 20% cursos de matemática. Esse resultado vai ao encontro dos estudos que comprovam as dificuldades de conclusão nesses cursos (RANGEL *et al.*, 2019; SACCARO *et al.*, 2019; INEP 2020).

Tabela 16 - Cursos com as maiores taxas média de evasão no período de 2015 a 2019

	IFES	CURSO	REGIÃO	%
1	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	AGROECOLOGIA	Nordeste	87,5
2	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	ARTES CÊNICAS	Centro-Oeste	91,7
3	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	ASTRONOMIA	Nordeste	91,5
4	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	BIBLIOTECONOMIA	Sudeste	94,9
5	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	Sul	89,7
6	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Nordeste	90,0
7	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Centro-Oeste	88,2
8	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	CIÊNCIAS DA NATUREZA	Sudeste	86,4

9	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	CIÊ MATEMÁTICAS E DA TERRA	Sudeste	86,7
10	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	CIÊNCIAS SOCIAIS	Nordeste	93,5
11	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	Centro-Oeste	93,6
12	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	ECONOMIA DOMÉSTICA	Sudeste	90,6
13	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	ENGENHARIA ELETRÔNICA	Sul	96,7
14	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	ENGENHARIA MECÂNICA	Sul	93,3
15	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	ENGENHARIA MECÂNICA	Sul	90,9
16	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	ESTATÍSTICA	Nordeste	88,0
17	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	FÍSICA	Nordeste	93,3
18	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	FÍSICA	Sudeste	92,6
19	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	FÍSICA	Nordeste	91,3
20	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	FÍSICA	Sudeste	90,6
21	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	FÍSICA	Sul	90,6
22	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	FÍSICA	Sudeste	90,5
23	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	FÍSICA	Norte	90,2
24	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	FÍSICA	Nordeste	90,0
25	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	FÍSICA	Sul	88,6
26	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	FÍSICA	Sudeste	87,7
27	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	FÍSICA	Norte	86,7
28	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	FÍSICA	Centro-Oeste	86,7
29	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	GEOGRAFIA	Norte	93,8
30	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	GEOGRAFIA	Centro-Oeste	90,0
31	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	GEOGRAFIA	Sul	87,9
32	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	GESTÃO PÚBLICA	Sul	98,0
33	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	HISTÓRIA	Sudeste	87,5
34	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO	INTER EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA	Nordeste	93,2
35	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO	INTER EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA	Nordeste	91,5
36	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	LETRAS	Sudeste	93,8
37	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	LETRAS - ALEMÃO	Sudeste	87,5
38	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	LETRAS - FRANCÊS	Nordeste	94,4
39	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	LETRAS - FRANCÊS	Nordeste	86,7
40	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA	Nordeste	91,7
41	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	MATEMÁTICA	Norte	95,7
42	UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA	MATEMÁTICA	Sul	93,1
43	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	MATEMÁTICA	Sul	92,3
44	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	MATEMÁTICA	Nordeste	91,3
45	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	MATEMÁTICA	Sudeste	91,0
46	UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	MATEMÁTICA	Sudeste	90,5

47	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	MATEMÁTICA	Sul	86,4
48	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	MATEMÁTICA APL E COMPUTACIONAL	Nordeste	92,1
49	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	MATEMÁTICA COMPUTACIONAL	Nordeste	89,6
50	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	METEOROLOGIA	Nordeste	91,3

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INEP (2022)

Entre os cinquenta cursos com as menores taxas de evasão (Tabela 17), destaca-se o curso de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul com uma taxa de 0,7%. Isso significa que dos alunos que ingressaram no curso de medicina em 2015 até o período de 2019 somente 0,7 desistiram do curso.

Tabela 17 - Cursos com as menores taxas médias de evasão no período de 2015 a 2019

	IFES	CURSO	REGIÃO	%
1	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	MEDICINA	Sul	0,7
2	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS AGRÁRIAS E BIOLOGIA	Norte	0,8
3	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	MEDICINA	Sul	1,0
4	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	MEDICINA	Norte	1,2
5	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	MEDICINA	Norte	1,8
6	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	ENGENHARIA DE MINAS	Sudeste	1,9
7	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	GEOGRAFIA	Norte	2,0
8	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	ARQUITETURA E URBANISMO	Sudeste	2,2
9	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	DIREITO	Sul	2,3
10	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	PEDAGOGIA	Norte	2,4
11	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	MEDICINA	Nordeste	2,4
12	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	MEDICINA	Sudeste	2,5
13	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA	ENGENHARIA CIVIL	Nordeste	2,5
14	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	HISTÓRIA	Sudeste	2,6
15	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO	ENGENHARIA CIVIL	Nordeste	2,7
16	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	MEDICINA	Nordeste	3,1
17	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Norte	3,1
18	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	INSTRUMENTO	Nordeste	3,2
19	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	MEDICINA	Sul	3,3
20	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	MEDICINA	Nordeste	3,3

21	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	MEDICINA	Nordeste	3,3
22	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	DANÇA	Nordeste	3,6
23	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	Centro-Oeste	3,6
24	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	ENGENHARIA DE PETRÓLEO	Nordeste	3,7
25	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	MEDICINA	Centro-Oeste	3,8
26	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	MEDICINA	Sudeste	3,8
27	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	MEDICINA	Nordeste	4,0
28	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	Formação de professores Indígenas	Norte	4,1
29	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA	Norte	4,1
30	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	MEDICINA	Sul	4,1
31	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	HISTÓRIA	Sudeste	4,3
32	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	MEDICINA VETERINÁRIA	Sudeste	4,4
33	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	MEDICINA	Sudeste	4,9
34	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	ENGENHARIA MECATRÔNICA	Nordeste	5,0
35	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Sul	5,0
36	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	ENGENHARIA QUÍMICA	Sudeste	5,1
37	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	MEDICINA	Nordeste	5,1
38	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	ENGENHARIA CIVIL	Sudeste	5,2
39	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES	Nordeste	5,3
40	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	DESENHO E PLÁSTICA	Nordeste	5,6
41	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	LETRAS	Sudeste	5,6
42	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	LETRAS - PORTUGUÊS E FRANCÊS	Norte	5,9
43	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	PEDAGOGIA	Norte	5,9
44	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	DIREITO	Sudeste	6,0
45	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	FILOSOFIA	Norte	6,2
46	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI	MEDICINA	Nordeste	6,2
47	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Sudeste	6,3
48	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	ENFERMAGEM	Norte	6,3
49	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	ENGENHARIA AMBIENTAL	Sudeste	6,5
50	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	PEDAGOGIA	Norte	6,5

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INEP (2022)

Considerando esses resultados verifica-se que refletem os estudos, que mostram as dificuldades em calcular os índices da evasão, tendo em vista a diversidade de métodos e a dificuldade em definir o conceito de evasão. Falta consenso na literatura sobre como entender

ou medir a evasão no ensino superior por meio de uma metodologia que permita delimitar com precisão os seus índices. Ter clareza da definição do termo evasão, e qual o método que será usado para cálculo da taxa é importante para a condução das estratégias que poderão minimizar os impactos negativos que geram para todas as partes envolvidas, tendo em vista que conforme o método usado, os resultados apresentam divergências significativas. (SILVA FILHO *et al.*, 2007; COIMBRA *et al.*, 2021; LOBO, 2012; CABELLO *et al.*, 2018).

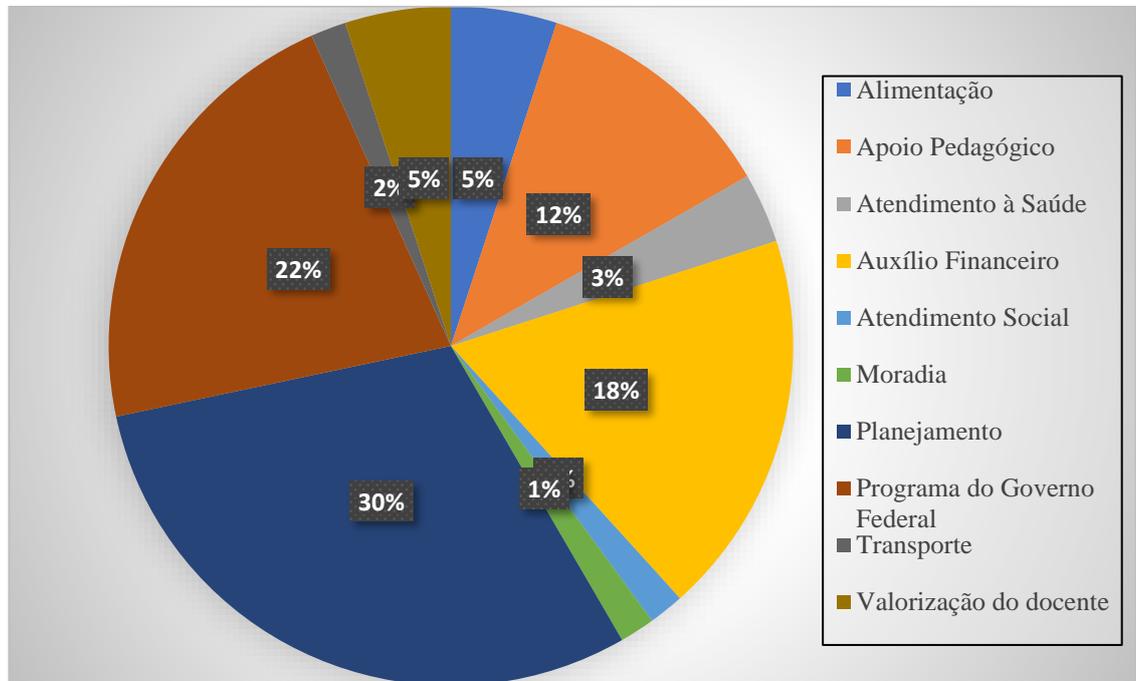
Nesta seção, foram descritos e analisados os dados da evasão solicitados para as IFES, conclui-se que os métodos para cálculo da evasão de alunos são diferentes tanto na forma de cálculo como no tempo. Não existe um padrão para o acompanhamento do índice de evasão. Existem também universidades que não tem acesso aos números da evasão, apesar da importância desses dados para o acompanhamento das estratégias que podem diminuir os índices de evasão. Isso evidencia o tamanho do problema tendo em vista que as universidades usam recursos públicos que são escassos e necessitam ser usados com eficiência. Na próxima seção vamos detalhar quais as ações ou estratégias as Universidades estão adotando para diminuir os índices de evasão.

### **3.2 - Análise das medidas usadas pelas IFES para combater a evasão de alunos da graduação presencial.**

Questionamos as IFES sobre quais as ações eram desenvolvidas por elas, para diminuir os índices de evasão de alunos. Essa pergunta foi respondida por 56 IFES o que corresponde a 91,8% das universidades que participaram desse estudo. Sendo que uma instituição relatou não ter ainda nenhum programa ou projeto específico, mas que em 2022 seria realizado uma ação para processo seletivo para ocupar as vagas residuais dos anos 2019 a 2021 dos cursos de graduação.

As IFES indicaram 60 ações para diminuir a evasão de alunos. Para a melhor apresentação dos dados coletados, dividiu-se as ações em 10 categorias, Gráfico 7, que serão detalhadas a seguir, divididos também em quatro etapas em relação ao tempo em que poderão ser aplicadas. A Tabela com todas as ações está no Anexo I.

Gráfico 7 - categorias das ações para evitar a evasão de alunos



Fonte: Elaboração própria (2022)

O total de ações (60) foram divididas em 10 categorias da seguinte forma Alimentação (5%), o que isso quer dizer? Das 60 ações indicadas pelas Universidades 5% eram relacionadas à categoria alimentação. E assim, sucessivamente.

Apoio pedagógico (12%), Atendimento à Saúde (3%), Auxílio Financeiro (18%), Atendimento Social (1,67%), Moradia (1,66%), Planejamento (30%), Programa do Governo Federal (22%), Transporte (1,67%) e Valorização do Docente (5%). Essas são as categorias, mas quais dividimos as ações para facilitar na organização e visualização dos dados, foram agrupadas por semelhança em relação ao assunto tratado. Será detalhado agora, as ações propostas em cada categoria e quais as causas de evasão poderão ser combatidas com tais estratégias, a título de sugestão.

Na categoria Alimentação, estão as seguintes ações: Restaurante Universitário que foi indicado por 17 IFES (30,35%), Auxílio Bolsa Alimentação 16 IFES (28,57%) e Cestas Básicas que foram indicadas por duas universidades, o que correspondem a (3,57%). Essas ações estão alinhadas com as ações indicadas nos estudos científicos e com o Decreto 7.234 de 20/07/2010

que tem entre os seus objetivos combater a evasão, e para isso fornece recursos para que seja utilizado, entre outras coisas, com a alimentação. (BRASIL, 2010).

Para Cota (2017) o RU é uma das estratégias para combater a evasão, no entanto, essa ação não foi citada por algumas IFES. Visitando os sites de algumas universidades, verificou-se que o número de instituições que oferecem o RU pode ser maior do que foi informado. Instituições tais como: UFPEL, UFPA, UFT e UNIFESP, possuem Restaurante Universitário, mas não citaram essa informação como uma estratégia para o combate à evasão.

No entanto, a alimentação é fundamental para a aprendizagem e bem-estar dos alunos, principalmente para aqueles que tem problemas financeiros. Lembrando que a maioria dos alunos que frequenta uma universidade federal estudam em horário integral e não trabalham. Os restaurantes universitários são tidos como importante ferramenta de assistência estudantil, pois além de fornecerem um ambiente propício a socialização dos alunos, fornecem também, opção de alimentação de baixo custo, balanceada e saudável para alunos com alguma vulnerabilidade financeira e ou que necessitam se deslocar longas distâncias para chegar à Universidade o que pode minimizar a evasão e favorecer a diplomação. Além disso, o MEC orienta a implementar o suporte alimentar para estudantes oriundos de regiões afastadas da instituição, como uma estratégia para o combate à evasão, (COTA 2017; JESUS *et al.*, 2022; HÄRTER, 2013; MEC, 2014; SOUZA, 2022).

As causas da evasão que podem ser combatidas com essas ações são as originárias de problemas com o custo da alimentação e a vulnerabilidade social, expostas na Tabela 3- causas da evasão, (LOBO, 2012; RANGEL *et al.*, 2019; MEC, 2014, COIMBRA *et al.*, 2021; MEC, 2014; GILIOLI, 2017).

Na categoria Apoio Pedagógico, estão as seguintes ações indicadas pelas IFES: Monitoria, indicada por 32 (57,14%) IFES, seguidas de Tutoria 27 (48,21%), Atendimento Pedagógico 24 (42,85%), Aulas de reforço 12 (21,42%), Cursos de nivelamento 4 (7,14%), Orientações sobre administração do tempo 2 (3,57%) e Técnicas de estudo citada por uma universidade, como mostra a Tabela 18.

Tabela 18 - Ações indicadas pelas IFES, categoria: Apoio Pedagógico.

<b>Categoria</b>	<b>Ações</b>	<b>IFES</b>	<b>%</b>
Apoio Pedagógico	Monitoria; Monitores voluntários; Monitoria Digital; Mentoring	32	57,142857
Apoio Pedagógico	Tutoria; tutoria por pares; tutoria voluntária; Tutoria de Conteúdos Específicas para estudantes indígenas e estrangeiros	27	48,214286

Apoio pedagógico	Atendimento, Acompanhamento pedagógico; Acompanhamento do Discente; Atendimento ou Acompanhamento Psicopedagógico; Apoio pedagógico e incentivo às atividades acadêmicas;	24	42,857143
Apoio Pedagógico	Turmas especiais em disciplinas de alta retenção/reprovação; Reforço; Revisão; Disciplinas: Matemática, Física, Cálculo, Química, Língua Portuguesa e Língua Inglesa; Línguas estrangeiras	12	21,428571
Apoio Pedagógico	Cursos de Nivelamento	4	7,1428571
Apoio pedagógico	Orientações sobre a administração do tempo	2	3,5714286
Apoio pedagógico	Técnicas de estudo	1	1,7857143

Fonte: Elaboração própria (2022)

Essas ações indicadas pelas Universidades também encontram respaldo na literatura científica e nas orientações do MEC, conforme Tabelas 4 e 5, que dispõem as ações para combate à evasão encontrada na literatura acadêmica e publicações do MEC.

As causas da evasão que podem ser combatidas com essas ações são as originárias de problemas tais como: dificuldades com a linguagem dos livros e do professor; desconhecimento de vários conceitos e ou contextos científicos; baixa qualidade da educação básica; reprovações constantes; dificuldades com Matemática e dificuldades com o raciocínio lógico e científico. Essas são algumas causas que podem ser combatidas com as ações enviadas pelas as IFES. (RANGEL *et al.*, 2019; LOBO, 2012; ALMEIDA, 2018; TCU, 2018; MEC, 2014; BRASIL, 1996; CABELLO *et al.*, 2021; SACCARO, 2019).

A FURG fez uma observação sobre a importância da Monitoria como uma ação que visa evitar a retenção de estudantes no seu percurso curricular, bem como prevenir a evasão e o abandono do curso.

Uma das ações de apoio pedagógico são as Monitorias Acadêmicas que integram o PDE. As Monitorias Acadêmicas são atividades de ensino desempenhadas por estudantes de graduação, sob a orientação de um docente, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do processo de ensinar e de aprender. A Monitoria Acadêmica busca contribuir para a qualidade dos cursos de graduação através da inserção de acadêmicos em atividades e ações de ensino que visem evitar a retenção de estudantes no seu percurso curricular, bem como prevenir a evasão e o abandono do curso.

Evitar a retenção é uma das ações para evitar a evasão. Estudo do MEC esclarece que a retenção é um fator concorrente para o aumento da evasão de alunos. Conforme já explicado no início deste trabalho, a retenção consiste no atraso da conclusão do curso no período previsto (MEC, 2015).

Na categoria Atendimento à Saúde e Atendimento Social estão as seguintes ações indicadas pelas IFES: Atendimento psicológico 12 (21,42%); Atendimento social 10 (17,85%) e Apoio médico 2 (3,57%). Nos trabalhos de Mussliner *et al.* (2021), foi sugerida a criação de

uma equipe multidisciplinar composta por pedagogo, psicólogo, assistente social, técnico em assuntos educacionais e um assistente em educação, como uma estratégia para estudar e desenvolver ações para o combate à evasão. A UFBA relatou que oferece programas de assistência psicossocial aos estudantes, sobretudo nos cursos considerados mais críticos, e que o programa de saúde mental é oferecido ao aluno com necessidades educacionais especiais.

As causas da evasão que podem ser combatidas com essas ações são as originárias de problemas tais como: dificuldades com ambientação à vida universitária; vulnerabilidades sociais (renda, gênero, raça, violência, preconceito, discriminação, deficiência), problemas pessoais e familiares e dificuldades de aprendizagem (LOBO, 2012; BRASIL, 1996; RANGEL *et al.*, 2019; COIMBRA *et al.*, 2021; MEC, 2014; GILIOLI, 2017).

Na categoria Auxílio Financeiro estão as seguintes ações indicadas pelas IFES: Assistência estudantil, Auxílio, Bolsas, Bolsa de Extensão Ensino e Cultura e Bolsas afirmativas 30 (53,57%); Auxílio Creche 17 (30,35%); Assistência aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica 11 (19,64%); Auxílio para participação de alunos em eventos nacionais e internacionais; Viagens de Estudo (apoio, auxílio) 10 (17,85%); Apoio ao esporte, Auxílio Pró-Atleta e Bolsa Atleta 10 (17,85%); Auxílio Emergencial 8 (14,28%) e o Auxílio para aquisição de material de estudo, Vale-Livro e livro de línguas estrangeiras 5 (8,92%); Auxílio dignidade Menstrual 2 (3,57); Auxílio reprografia 1 (1,78); e Kit odontológico para desenvolvimento das aulas práticas 1 (1,78), todas indicadas na Tabela 19 - Ações indicadas pelas IFES, categoria Auxílio Financeiro. Essa categoria é importante para o auxílio dos alunos com dificuldades financeiras, como também para incentivar e motivar alunos nas áreas do esporte ou em na área da pesquisa. Essas ações encontram respaldo de diversos estudos que orientam como uma das ações para o combate à evasão o auxílio financeiro. O MEC também orienta a concessão de benefícios da política de assistência estudantil que contemplem as especificidades dos estudantes e o auxílio creche como opções para o combate à evasão de alunos (SILVA *et al.*, 2007; SACCARO *et al.*, 2019; MASSI E VILLANI, 2015; MEC, 2004).

As causas da evasão que podem ser combatidas com essas ações são as originárias de problemas tais como: vulnerabilidades sociais (renda, gênero, raça, violência, preconceito, discriminação, deficiência); Necessidade de cuidar do filho no horário do curso e dificuldades financeiras (LOBO, 2012; BRASIL, 1996; RANGEL *et al.*, 2019; COIMBRA *et al.*, 2021; MEC 2014; GILIOLI, 2017).

Tabela 19 - Ações indicadas pelas IFES, categoria: Auxílio Financeiro

<b>Categoria</b>	<b>Ações</b>	<b>IFES</b>	<b>%</b>
Auxílio Financeiro	Assistência estudantil; Auxílio; Bolsas; Bolsa de Extensão Ensino e Cultura; Bolsas afirmativas	30	53,57143
Auxílio Financeiro	Auxílio Creche	17	30,35714
Auxílio Financeiro	Assistência aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica	11	19,64286
Auxílio Financeiro	Apoio ao esporte; Auxílio Pró-Atleta; Bolsa Atleta;	10	17,85714
Auxílio Financeiro	Auxílio para participação de alunos em eventos nacionais e internacionais; Viagens de Estudo (apoio, auxílio)	10	17,85714
Auxílio Financeiro	Auxílio Emergencial	8	14,28571
Auxílio Financeiro	Auxílio para aquisição de material de estudo; Vale-Livro; livro de línguas estrangeiras	5	8,928571
Auxílio Financeiro	Estágios na instituição, outros tipos de estágios	4	7,142857
Auxílio Financeiro	Auxílio Dignidade Menstrual	2	3,571429
Auxílio Financeiro	Auxílio Reprografia	1	1,785714
Auxílio Financeiro	Kit odontológico para desenvolvimentos das aulas práticas	1	1,785714

Fonte: Elaboração própria (2022)

Na categoria Moradia e a na categoria Transporte estão as seguintes ações indicadas pelas IFES: Auxílio moradia e Casa do estudante 24 (42,85%) e o Auxílio transporte foi indicado por 11 (19,64%) das IFES. Essa ação está prevista no documento elaborado pelo MEC, no qual apresentou um plano de ação para o enfrentamento da evasão, entre as diversas opções relacionadas pelo MEC, está a implementação de suporte residencial/moradia estudantil para estudantes oriundos de regiões afastadas da instituição e a oferta de auxílio transporte. (BRASIL,2014).

As causas da evasão que podem ser combatidas com essas ações são as originárias de problemas tais como: mudança de residência, discentes que moram distantes da instituição ou ainda para os alunos estrangeiros (LOBO 2012; COIMBRA *et al.*, 2021; MEC, 2014).

Na categoria Planejamento, foram aglutinadas várias ações que foram encaminhadas pelas IFES, conforme se pode verificar na Tabela 20. Verifica-se nos dados encaminhados a preocupação das Universidades em enfrentar o desafio. O trabalho inicia antes da matrícula do aluno, como na ação indicada como: Feira / Mostra de Cursos e Profissões, dirigida a concluintes do segundo grau e demais interessados. Logo a seguir vem a ação de recepção dos novos alunos, indicada na ação: Acolhimento aos estudantes calouros (palestras, oficinas, mini cursos). Após, inicia-se o acompanhamento desse aluno com medidas tais como: reuniões periódicas para intermediar dificuldades; acompanhamento dos cursos; acompanhamento dos históricos escolar; cursos de férias; ampliação da comunicação com os alunos; acompanhamento de turmas com altos índices de reprovação; palestras e seminários para motivar os alunos e aumentar o conhecimento, entre outras ações de acompanhamento do

discente. Paralelamente ao acompanhamento do discente tem-se trabalhos em grupos que buscam estudar a evasão diagnosticar e desenvolver ações para o enfrentamento do problema da evasão. E finalmente restando vagas o processo de ocupação de vagas remanescentes.

Esse processo de acompanhar o aluno no seu desenvolvimento no nível superior é árduo e constante. As ações relacionadas nesta categoria estão em consonância com o conhecimento científico e com as orientações do governo federal. Na Tabela 5 estão relacionadas algumas ações tais como: Grupos para estudo da evasão; Pesquisa de satisfação dos alunos; Integração dos novos alunos; Diagnostico das causas da evasão e Desenvolvimento de ações; Proatividade para aconselhar e orientar alunos com dificuldades; Acompanhamento e intervenção em relação às dificuldades do ensino-aprendizagem; Orientação do aluno no momento da matrícula; Atualização constante de currículos; Reforma curricular; Revisão de projetos político-pedagógicos dos cursos, entre outras. (LOBO 2012; SILVA *et al.*, 2007, VIEIRA, 2013; MASSI e VILLANI 2015; SIMON; GOTARDO; AMORIM, 2021).

Já nas orientações do MEC tem a seguintes indicações, entre outras, implementação de programas de recepção, acolhimento, integração e orientação ao discente; desenvolvimento de instrumentos de avaliação e diagnóstico que subsidiem as ações e programas e que contribuam com a redução da evasão e retenção; estabelecimento de contatos periódicos com os estudantes com excesso de faltas; realização de contatos com discentes evadidos para identificar e registrar os motivos ou causas da evasão (BRASIL, 2014). Conclui-se que há alinhamento entre as ações recomendadas pela literatura e as ações implementadas pelas Universidades.

As causas da evasão que podem ser combatidas com essas ações são as originárias de problemas tais como: inadaptação do aluno ao estilo do ensino superior; desinformação em relação ao curso; dificuldades com ambientação à vida universitária; currículos desatualizados; rígida cadeia de pré-requisitos; rígidos critérios de jubramento; dificuldades na relação docente-estudante; dificuldades na relação estudante-estudante e excesso de cobrança dos professores, entre outras causas (LOBO, 2012; BRASIL, 1996; COIMBRA *et al.*, 2021; RANGEL *et al.*, 2019; MEC, 2014; GILIOLI, 2017).

Tabela 20 - Ações indicadas pelas IFES, categoria: Planejamento

<b>Categorias</b>	<b>Ações</b>	<b>IFES</b>	<b>%</b>
Planejamento	Feira / Mostra de Cursos e Profissões, dirigida a concluintes do segundo grau e demais interessados;	3	5,357142857
Planejamento	Acolhimento aos estudantes calouros (palestras, oficinas, mini cursos)	14	25
Planejamento	Reuniões periódicas com discentes, docentes, coordenadores e assessores de maneira a intermediar as dificuldades.	7	12,5
Planejamento	Monitorar e realizar autoavaliação dos cursos	4	7,142857143
Planejamento	Avaliação do histórico escolar de forma individualizada,	2	3,571428571
Planejamento	Curso de férias	2	3,571428571
Planejamento	Divulgação e ampliação do canal de comunicação com os discentes	2	3,571428571
Planejamento	Monitoramento das turmas com alto índice de reprovação	2	3,571428571
Planejamento	Ações motivacionais	1	1,785714286
Planejamento	Contato com discentes que ultrapassaram o tempo de integralização.	1	1,785714286
Planejamento	Palestras e seminários, com profissionais da área, formados na instituição com o objetivo de discutir as perspectivas oferecidas pelo curso e pela profissão	1	1,785714286
Planejamento	Reunião com os alunos que estão com os prazos perto de vencer	1	1,785714286
Planejamento	Reintegração do aluno; questionários para os egressos; publicar o edital de estudantes sujeitos à exclusão, por não renovação de vínculo; Busca ativa para resgatar os alunos com vínculo irregular; Pesquisa para encontrar alunos evadidos.	4	7,142857143
Planejamento	Programas, comissões ou grupos, para desenvolver ações visando combater à evasão	20	35,71428571
Planejamento	Atualização de currículos (análise); Revisão contínua das matrizes curriculares	5	8,928571429
Planejamento	Processo de ocupação de vagas remanescentes	5	8,928571429
Planejamento	Diagnóstico e Ações para combate a evasão	4	7,142857143
Planejamento	Diminuição de pré requisitos em disciplinas do curso	1	1,785714286

Fonte: Elaboração própria (2022)

Na categoria Programas do Governo Federal, foram aglutinadas as ações indicadas exatamente pelo nome do programa. O Governo desenvolve vários programas com o intuito de beneficiar os alunos ou um curso ou ainda uma profissão, como é o caso do programa Residência Pedagógica – PRP que visa fomentar projetos institucionais de residência pedagógica implementados por Instituições de Ensino Superior, contribuindo, dessa forma, para o aperfeiçoamento da formação inicial de professores da educação básica dos cursos de licenciatura. Todos os programas ajudam a combater e evasão quando atuam em áreas tais como: oferta de bolsas, desenvolvem a acessibilidade, desenvolvimento e incentivo da pesquisa, incentivos a arte, cultura e esportes, que são motivadores para que o aluno permaneça e desenvolva nos estudos. A apresentação detalhada dos programas citados está no capítulo um (BRASIL, 2022).

Os programas citados pelas IFES estão relacionados na Tabela 21, entre eles destaca-se: Inclusão digital; Incluir, PIBID, PET e PNAES entre outros.

As causas da evasão que podem ser combatidas com essas ações são as originárias de problemas tais como: dificuldades financeiras; custo de alimentação e transporte (dificuldades); mudança de residência; dificuldades na relação ensino-aprendizagem; vulnerabilidades sociais (renda, gênero, raça, violência, preconceito, discriminação e deficiência), entre outras causas (LOBO, 2012; BRASIL, 1996; GILIOLI, 2017; COIMBRA *et al.*, 2019; COIMBRA *et al.*, 2021; MEC, 2014; RANGEL *et al.*, 2019).

Tabela 21- Ações indicadas pelas IFES, categoria: Programa do Governo Federal

<b>Categorias</b>	<b>Ações</b>	<b>IFES</b>	<b>%</b>
Programa do Governo Federal	Inclusão Digital, Auxílio emergencial para acesso à internet (bolsa); Programa de Inclusão/acessibilidade digital (computadores); Auxílio Inclusão/acessibilidade digital - Tecnologias Assistivas (Programa Universidade Acessível)	19	33,92857143
Programa do Governo Federal	Apoio, Ações (Auxílio; Bolsa) voltadas para a acessibilidade para pessoas com deficiências; Bolsa Inclusão/acessibilidade; Apoio ao Aluno com Necessidades Educacionais Especiais	16	28,57142857
Programa do Governo Federal	PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência	15	26,78571429
Programa do Governo Federal	Programa Educação Tutorial (PET),	15	27,77777778
Programa do Governo Federal	Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)	14	25
Programa do Governo Federal	Residência Pedagógica (PRP)	12	21,42857143
Programa do Governo Federal	Auxílio / Bolsa Permanência	11	19,64285714
Programa do Governo Federal	Auxílio a estudantes estrangeiros - PEC - G Bolsas; Promisões Projeto Milton Santos; Auxílio financeiro Extraordinário aos estudantes estrangeiros em vulnerabilidade	9	16,07142857
Programa do Governo Federal	Acessibilidade; Apoio ao estudante Indígena e Quilombola; Bolsas afirmativas	8	14,28571429
Programa do Governo Federal	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC.	5	8,928571429
Programa do Governo Federal	Acessibilidade; Tradução Libras	4	7,142857143
Programa do Governo Federal	PIDIC Incentivo a Diversidade e Convivência	2	3,571428571
Programa do Governo Federal	acessibilidade; inclusão; Apoio ao Desenvolvimento Acadêmico dos Estudantes Portadores de Visto Humanitário	1	1,785714286

Fonte: Elaboração própria (2022)

Na categoria Valorização do Docente estão as seguintes ações indicadas pelas IFES: palestras e cursos para ampliar a formação didática pedagógica do docente 4 (3,57%); capacitação de docentes 10 (17,85%) e formação continuada 7 (12,5%). Essas ações indicadas pelas universidades, Tabela 22, apesar de um número reduzido de indicações, estão de acordo com as recomendações do MEC, o qual orienta que além da ampliação do apoio pedagógico

aos docentes, que seja também, implementada a formação continuada para os professores (MEC, 2014).

Já as causas da evasão que podem ser combatidas com essas ações são as originárias de problemas tais como: problemas relacionados com a falta de formação didático pedagógica dos docentes, problemas de aprendizagem e dificuldades do aluno em entender a linguagem do professor (OLIVEIRA e SILVA 2020; LOBO, 2012; BRASIL, 1996; COIMBRA; SILVA; COSTA, 2019; MEC,2014; RANGEL *et al.*, 2019).

Tabela 22 - Ações indicadas pelas IFES, categoria: Valorização do Docente

<b>Categorias</b>	<b>Ações</b>	<b>IFES</b>	<b>%</b>
Valorização do docente	Palestras e cursos para ampliar a formação didático-pedagógica do Professores	4	3,5714286
	Capacitação de docentes	10	17,857143
	Formação continuada para Docentes	7	12,5

Fonte: Elaboração própria (2022)

Essas foram as categorias, nas quais foram aglutinadas as ações por temas. Houve uma pretensão de relacionar as ações indicadas pelas IFES com as ações indicadas na literatura. Buscou-se também descrever as causas e quais ações poderiam ser eficientes para o enfrentamento da evasão. Não temos a pretensão de esgotar as possibilidades, tendo em vista a complexidade do tema evasão. As causas são múltiplas e as possibilidades de enfrentamento também (BRASIL, 2014).

A seguir apresentaremos a ações classificadas em relação ao tempo, ou momento específico no qual se deve trabalhar certas ações. A divisão dessas ações é uma sugestão, tendo em vista que para evitar ou diminuir os índices de evasão o trabalho é contínuo. Esse trabalho deve ser iniciado antes que o aluno faça a matrícula e continuará não só pelo período de vida acadêmica, como também após a saída do aluno da universidade.

Dessa forma, as ações encaminhadas pelas universidades foram divididas em quatro etapas, como sugestão de uma aplicação prática, e foram classificadas em quatro momentos em relação ao tempo em que podem ser aplicadas.

A primeira etapa é destinada a ações ou estratégias direcionadas ao candidato que ainda não ingressou no ensino superior, ou seja, o aluno do ensino médio ou a qualquer outro que queira ingressar na IES. Esse tipo de ação foi citado por 5,35% das IFES, ou seja, UFPR, UFRN e UFES relacionaram essa estratégia como uma ação importante para o combate à evasão. Entre

as ações citadas pelas IFES, a que mais se adequa a essa etapa é a Feira / Mostra de Cursos e Profissões.

Essas ações são fundamentais para o esclarecimento dos alunos que estão ainda no ensino médio, visto que podem propiciar aos alunos conhecimentos sobre os cursos ofertados, profissões e o perfil necessário, propiciando uma escolha mais consciente. Muitos alunos chegam à Universidade sem ter clareza sobre o curso escolhido, e essa falta de conhecimento muitas vezes pode levar o aluno a desistir. O empenho das universidades para visitar os colégios ou convidar os alunos para participarem de feiras e exposições sobre as profissões e os cursos dentro da própria Universidade, pode contribuir para evitar a evasão por falta de conhecimento do curso, como relatado no estudo de Massi e Villani (2015).

Apesar do pequeno número de IFES que relataram essa ação como estratégia para o combate à evasão, o número pode ser maior. Visitando os *sites* das IFES, verificou-se que algumas universidades tais como a UnB, a IFJF e a UFMG promovem feiras para os alunos, mas não citaram essa informação em suas respostas, uma possibilidade para isso, e que talvez não tenham a consciência de que essa ação poderá evitar a evasão de alunos.

A segunda etapa são ações ou estratégias aplicadas durante o período de formação dos alunos, ou seja, desde a matrícula até o encerramento do vínculo, que pode ser por formação ou por evasão. Essas ações foram as mais citadas, ou seja, mais de 90% das respostas estão relacionadas a esse período. As ações para essa etapa podem ser: monitoria, tutoria, auxílios financeiros, moradia/casa do estudante, apoio pedagógico, apoio psicológico, restaurante universitário e auxílio creche que estão entre as respostas mais citadas pelas as IFES.

Essas ações contribuem para a permanência dos alunos no curso. Nesta fase, estratégias importantes, além das já citadas, são aulas de nivelamento, aulas de reforço, apoio psicológico além das atividades que integrem os alunos academicamente e socialmente, essas estratégias trazem a ideia de pertencimento ao ambiente universitário.

Entre as ações da segunda etapa, estão os programas do Governo Federal, o PNAES é um dos programas destinado a democratizar o acesso e permanência na educação superior de estudantes e tem entre os seus objetivos reduzir as taxas de evasão. Esse programa foi citado por 16 (28,57) IFES, as quais usaram exatamente esse termo na resposta. Mas pode ser diluído em outras ações que foram citadas separadamente, tais como auxílio alimentação, auxílio creche, auxílio transporte, auxílio moradia. No entanto, não se pode afirmar, pois as Universidades não trabalham somente com recursos do PNAES, elas podem aplicar recursos do próprio orçamento ou recursos próprios.

Outra ação que colabora para evitar a evasão e gerou economia para a administração pública, foi a doação de cestas básicas para os alunos realizada pela UNIFESP. A Instituição ressaltou a importância do fornecimento dos alimentos para estudantes mais vulneráveis socioeconomicamente como uma estratégia para o combate à evasão. Dessa forma, foi conduzido um processo que envolveu várias universidades e gerou economia para a administração pública.

A Unifesp conduziu um amplo processo de compras de forma coletiva entre várias universidades trazendo grande economia para a administração pública, assim como o desenvolvimento de estratégias de atuação como o Plano Emergencial para Permanência Estudantil com disponibilização de computadores, internet e cestas básicas.

A terceira etapa é destinada aos alunos que saíram da universidade. As ações dessa etapa são importantes para a criação de banco de dados da instituição, a saída do aluno pode ser por evasão ou pela formação acadêmica. Em ambas as situações é importante o acompanhamento do egresso. Essas informações fornecerão subsídios para novas ações, estudos e publicações de pesquisas. O TCU ressaltou a importância no acompanhamento do egresso como forma de avaliar a qualidade dos cursos de graduação, em relação a qualidade pedagógica dos currículos além de “verificar o grau de inserção no mercado de trabalho do indivíduo recém formado” (TCU, 2002, p. 50).

Essas ações são aquelas em que a IFES procura acompanhar o egresso que evadiu, para saber quais as causas que o levaram à evasão ou mesmo buscando uma possibilidade de reverter a situação. A UFGD relatou que faz um processo seletivo para a reintegração de estudantes que, nos últimos três anos, foram excluídos por desistência, jubramento ou solicitado pelo aluno.

Processo parecido faz a UFCAT, que publica um edital de estudantes sujeitos à exclusão, por não renovação de vínculo, e concede prazo maior para pedidos de recurso contra exclusão, analisando-o mesmo que seja interposto fora do prazo, sendo que a Pro reitoria de graduação tem a prerrogativa de deliberar, de ofício, sobre tais pedidos, sem que haja a necessidade de serem avaliados pela comissão e apreciados na Câmara. Além disso, a referida Universidade faz a busca ativa para resgatar os alunos com vínculo irregular, essa estratégia (buscar ativa) conforme relata Simon *et al.* (2021), tende a evitar a perda do vínculo acadêmico de alguns alunos. O MEC (2014), também indica essa ação como uma estratégia para o combate à evasão.

Em suas respostas a FURG relatou que a Comissão de Enfrentamento à Evasão e Retenção nos Cursos de Graduação estava procurando os alunos evadidos para conhecer quais os motivos que levam os alunos a evadir da instituição. “Conhecendo os motivos, poderemos

utilizar os resultados para fazer o Programa de enfrentamento à evasão e retenção dos estudantes de graduação da FURG”. O trabalho dessa etapa é fundamental para entender quais as causas ou motivos levaram o aluno parar os estudos. Assim a Universidade terá os subsídios para desenvolver ações que evitem ou diminuam as taxas de evasão.

E finalmente a quarta e última etapa é aquela em que as ações devem ser realizadas sempre, tais como revisão e atualização dos currículos, capacitação e atualização dos docentes, ocupação das vagas remanescentes, diagnósticos e ações para o combate da evasão.

A vagas remanescentes são reflexo da evasão, visto que podem ser vagas de anos anteriores, que nunca foram ocupadas ou que foram liberadas por diversos motivos: óbito, não cumprimento de desempenho mínimo (jubramento), desistência, transferência interna (transferência entre cursos da IES) ou transferência externa (transferências de outras IES). A ocupação dessas vagas por novo processo seletivo ou para a transferência externa, transferência interna, portador de curso superior e reingresso, é uma importante estratégia para reduzir a ociosidade gerada pela evasão de alunos (BRASIL, 2019; INEP, 2019).

Interessante observar que as transferências internas e externas servem tanto para gerar a evasão de um curso como também para reduzir os efeitos da evasão quando se ocupa uma vaga remanescente.

Ainda sobre vagas ociosas, a UNIFAL relatou que no período de 2015 a 2021, um total de 7.130 afastamentos geraram “vagas ociosas nos cursos de graduação” das seguintes formas: desistentes, desligados, transferências para outra IES, falecidos e transferências para outros cursos.

Ações citadas nessa fase, tais como, diagnóstico e desenvolvimento de ações, são importantes para conhecer as causas e desenvolver estratégias, a UFPel relatou que em seus trabalhos para a redução da evasão, tem um programa que oferece bolsas de ensino para as propostas que visam diminuir os índices de evasão dos alunos,

o Programa de Permanência e Qualidade Acadêmica fornece os subsídios para a tomada de decisão. O programa visa mapear os índices de evasão e de retenção na Universidade, identificando as prováveis causas, no sentido de construir ações para a sua reversão. Nesse sentido, são concedidas bolsas de ensino para os cursos que apresentaram propostas para o enfrentamento da evasão, com a participação ativa dos estudantes na construção de alternativas.

A UNIFESP relatou que o problema está sendo estudado por uma Comissão, e citou a mobilidade como um dos problemas, assim como autores (COIMBRA; SILVA; COSTA, 2021; RANGEL *et al.*, 2019).

O tema evasão é complexo e está sendo estudado pela Comissão de Estudos do Perfil do Estudante de Graduação (Cepeg), comissão conjunta da Prograd, Prae e Proplan.

Em estudos realizados anteriormente, percebe-se que o motivo da evasão se deve a vários fatores, tais como, problemas de mobilidade, financeiros etc.

Uma Universidade declarou que ainda não tinha ações para o combate à evasão, no entanto, informou que em maio/2020 foi criada uma Comissão para elaboração das políticas de ensino de graduação, que está analisando os dados para propor medidas para o combate à evasão no âmbito da Universidade. Os trabalhos se encontram em estágio inicial. Entre os objetivos da comissão, destaca-se discussão das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Engenharia. Dessa forma, constata-se que a Instituição tem pelo mesmo uma ação de combate à evasão, a instalação de uma comissão. Analisando o site da instituição verifica-se que a mesma oferece bolsas e assistência estudantil que são ações que ajudam a diminuir os índices de evasão. Essa divergência de informações pode ser um indicador que não exista clareza de quais ações podem ajudar a combater a evasão, ou que a pessoa que respondeu às perguntas não tinha as informações necessárias.

Tabela 23 - Ações da quarta etapa

Ações	Nº	%
Atualização de currículos (análise); Revisão contínua das matrizes curriculares	6	10,719
Revisão de pré requisitos em disciplinas	1	1,78
Capacitação de docentes	10	17,85
Formação continuada para docentes	7	12,5
Palestras e cursos para ampliar a formação didático-pedagógica do docente	2	3,57
Programas, grupos, comissões para desenvolver ações visando combater evasão	19	33,92
Diagnóstico e Ações	4	7,14
Processo de Ocupação de Vagas remanescentes	5	8,92

Fonte: elaboração própria (2022)

Entre as ações citadas pelas as Universidades (UNIFEI, UNIPAMPA, UFPA) destaca-se o Projeto Piloto do MEC, que em parceria com cinco universidades, desenvolve um projeto piloto intitulado "Inteligência artificial para auxílio de ações que visam à redução da evasão no ensino superior", no qual está sendo desenvolvida uma plataforma baseada em Inteligência Artificial para fazer a integração de dados acadêmicos, monitorando os indicadores, realizado a capacitação de tutores para apoio ao estudante. Essa ação está detalhada no capítulo um.

Essas foram as respostas enviadas pelas Universidades Federais que para um melhor entendimento foram divididas em categorias e etapas. Diante dos dados disponibilizados pelas Universidades Federais verifica-se que juntamente com o Governo Federal várias ações estão

sendo implementadas para o combate da evasão. No entanto, os números da evasão permanecem altos. Novos estudos precisam ser realizados para revelar o que precisa ser aperfeiçoado. Os cálculos da evasão precisam ser revistos, tendo em vista que a mobilidade de alunos pode interferir nos resultados. Alguns estudiosos já trazem esse questionamento sobre a mobilidade. O aluno que não se adapta ao curso, tem o direito de procurar outra opção no qual ele como profissional pode apresentar melhores resultados para a sociedade.

Assim, para melhor eficiência nas aplicações dos recursos a atuação preventiva, para evitar a evasão, ações tais como feiras para esclarecimentos das profissões antes que o aluno se matricule serve para esclarecer aos candidatos antes que façam a matrículas. A proposta de acolhimento dos calouros também é um exemplo de uma atividade de baixo custo para a universidade e que ajuda a inserir o calouro no ambiente universitário, além de promover a socialização. Outra proposta interessante é a gravação de aulas que ficam à disposição dos alunos e podem ser assistidas várias vezes, até que o conteúdo seja absorvido pelo aluno. Essas são algumas das propostas que foram enviadas pelas as universidades e que podem ajudar a reduzir a evasão.

E finalmente, entendemos que a conscientização, de todos os envolvidos na educação dos discentes, da importância do combate à evasão e na eficiência no uso dos recursos públicos é fundamental para combater ou reduzir os índices de evasão.

#### 4 - Considerações Finais

A evasão de alunos representa um desafio educacional complexo, que ocorre em todos os tipos de instituição de ensino e afeta o sistema educacional como um todo. Portanto, o objetivo deste estudo foi de conhecer quais são as políticas e ações adotadas nas Universidades Federais para conter a evasão, nos cursos presenciais, visando a melhoria dos índices acadêmicos. No entanto, verificou-se que não existe um conceito claro do que é evasão e que as universidades usam critérios diferentes para quantificá-la. Consequentemente se observou que existem divergências entre os números de evasão de alunos apresentados pelas instituições e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Também se verificou a diferença entre as universidades em relação ao combate à evasão, enquanto umas já apresentam o diagnóstico e possuem ações detalhadas do que fazer para diminuir a evasão, outras não dispõem de nenhum tipo de instrumento para controlá-la. Houve, também, o caso de algumas universidades que apresentaram uma relação grande de ações contra a evasão e outras que não possuíam nenhuma. Isso fica claro no relatório do TCU que mostra as diferenças entre as Universidades Federais em relação em termos de idade, distribuição espacial, número de cursos, número de matrículas, organização administrativa e orçamento.

Como resultado das estratégias usadas para o combate da evasão, destacaram-se a monitoria, tutoria, auxílios financeiros e o acompanhamento pedagógico. Ações estas que foram as mais citadas pelas IFES para o combate da evasão.

O mapeamento dos motivos da evasão e o desenvolvimento de ações devem ser consideradas por curso, para ser de maior utilidade para a gestão. Pois verificou-se que os cursos possuem diferenças significativas de taxas de conclusão, os cursos das áreas de saúde apresentaram baixas taxas de evasão, já os cursos de licenciaturas e bacharelados em ciências exatas tem altas taxas de evasão.

As limitações deste estudo estão no fato de que não há um controle de quem foram as pessoas que responderam os questionários, considerando que quando um questionário é respondido pelo Sistema de Ouvidoria, não se pode ter certeza de que a pessoa que respondeu era qualificada para isso. Assim, esse trabalho pode ser realizado em outro momento em um contexto mais amplo no qual se possa ter mais controle dos participantes da pesquisa.

Assim sendo espera-se ter contribuído para ajudar a pensar um pouco mais sobre a evasão de alunos na educação superior e os desafios e lacunas a serem superados.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. T. C. de; RAMALHO, H. M. de B.; SOBRAL, E. F. M.; SILVA, A. F. da. Análise da Eficiência dos Departamentos de Economia de Instituições de Ensino Superior do Brasil. **Economia Aplicada**, v. 22, n. 1, p. 109-140, 2018. DOI: 10.11606/1980-5330/ea122240. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ecoa/article/view/122240>. Acesso em: 2 fev. 2022.

BOYNARD, Katia Maria Silva. **Indicadores de Gestão em Conflito com Indicadores de Qualidade? Lições Econômicas para a Gestão Universitária**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Economia – FACE – Universidade de Brasília (UnB). Brasília – DF. 2013.

BRASIL, MEC/ SESU. Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras. **Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas. Relatório da Comissão Especial de Estudos sobre Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras**. Brasília, DF: ANDIFES/ABRUEM/SESu/MEC, 1996. Disponível em: [http://www.andifes.org.br/wp-content/files\\_flutter/Diplomacao\\_Retencao\\_Evasao\\_Graduacao\\_em\\_IES\\_Publicas-1996.pdf](http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Diplomacao_Retencao_Evasao_Graduacao_em_IES_Publicas-1996.pdf). Acesso em: 07 fev. 2022.

BRASIL, **DECRETO Nº 7.948, DE 12 DE MARÇO DE 2013**. Dispõe sobre o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação - PEC-G. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/decreto/d7948.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d7948.htm). Acesso em: 28 ago. 2022.

BRASIL, **LEI Nº 11.180, DE 23 DE SETEMBRO DE 2005**. Institui o Programa de Educação Tutorial – PET. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/111180.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111180.htm). Acesso em: 28 mai. 2022.

BRASIL, **DECRETO Nº 7.234, DE 19 DE JULHO DE 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm). Acesso em: 28 mai. 2022.

BRASIL. **Lei no 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm). Acesso em: 13 out. 2022.

BRASIL, **PORTARIA Nº 745, DE 5 DE JUNHO DE 2012**. Estabelece diretrizes para execução do Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES). Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=10931-portariadopromissaes2012&category\\_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10931-portariadopromissaes2012&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 28 mai. 2022.

BRASIL. MEC –Ministério da Educação. **Nota Informativa número 138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC**, de 10 de julho de 2015. Disponível em <http://ctur.ufrj.br/wp-content/uploads/2021/02/Nota-Informativa-no-138-2015.pdf>. Acesso em: 23 ago. 22.

BRASIL, **PORTARIA Nº 83, DE 27 DE ABRIL DE 2022**. Dispõe sobre o regulamento do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/diretoria-de-educacao->

basica/28042022\_Publicacao\_no\_DOU\_1691532\_PORTARIA\_N\_83\_\_DE\_27\_DE\_ABRIL\_DE\_2022.pdf. Acesso em: 29 mai. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/dec/retor/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/dec/retor/d6096.htm). Acesso em: 17 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** Brasília, DF, 2014. <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/190-secretarias-112877938/setec-1749372213/30171-publicacoes-gerais>

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Orientador Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior** secadi/sesu– Brasília, DF, 2013. [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category\\_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 28 mai. 2022.

BRASIL, **PORTARIA MEC nº 389, de 9 de maio de 2013.**, Programa de Bolsa Permanência. Disponível em: [http://sisbp.mec.gov.br/docs/Portaria-389\\_2013.pdf](http://sisbp.mec.gov.br/docs/Portaria-389_2013.pdf). Acesso em: 28 mai. 2022.

CABELLO Felipe, Andrea; Maria Zandonade Falqueto; Junia, Alves Arruda, June de Alexandre Alvarez, Guilherme. **Evasão no Ensino Superior: Qual Metodologia Adotar? Uma Análise Sobre O Efeito De Diferentes Metodologias Para A Identificação Dos Índices De Evasão No Ensino Superior Brasileiro.** Brasília, 2018.

CABELLO, A. F.; MEDINA CHAGAS, T. REPROVAÇÕES E EVASÃO: UMA ANÁLISE COM BASE NA METODOLOGIA DO INEP. **Revista Temas em Educação**, v. 30, n. 2, p. 98–113, 2021. DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2021v3 0n2.57234. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/57234>. Acesso em: 30 abr. 2022.

CARDOSO, Claudete Batista. Efeitos da política de cotas na Universidade de Brasília: uma análise do rendimento e da evasão. Brasília: DF, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/1891>. Acesso em: 17 jan. 2022.

COIMBRA, Camila Lima, Silva, Leonardo Barbosa e Costa, Natália Cristina Dreossi A evasão na educação superior: definições e trajetórias. **Educação e Pesquisa** [online]. 2021, v. 47. Versão 1 Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147228764>>. Acesso em: 6 fev 22.

COTA, Gabriela Pereira. **Concessão dos Restaurantes Universitários: o caso do RU da Universidade de Brasília.** 2017. 58 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) —Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/31960>. Acesso em: 28 mai.2022.

Davok, Delsi Fries e Bernard, Rosilane Pontes Avaliação dos índices de evasão nos cursos de graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas) [online]. 2016, v. 21, n. 2 [Acessado 28 Maio

2022], pp. 503-522. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-40772016000200010>>. ISSN 1982-5765.

EMAQUE, L. S. B.; SOUZA, L. G. **DIPLOMAÇÃO, RETENÇÃO E EVASÃO: estudo com enfoque na evasão dos cursos de graduação na Universidade Federal do Maranhão no período de 2008 a 2010. Ensino & Multidisciplinaridade**, São Luís, v. 2, n. 1, p. 84–105, 2016. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/ens-multidisciplinaridade/article/view/4872>. Acesso em: 28 maio. 2022.

GILIOLI, Renato de Souza Porto. **Evasão em instituições federais de ensino superior no Brasil: expansão da rede, SISU e desafios**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2016. (Estudo técnico de consultoria legislativa). Disponível em [http://nupe.blumenau.ufsc.br/files/2017/05/evasao\\_institui%C3%A7%C3%B5es.pdf](http://nupe.blumenau.ufsc.br/files/2017/05/evasao_institui%C3%A7%C3%B5es.pdf) Acesso em: 27 de maio de 2022.

HÄRTER, André Covari *et al.*. Estudo de caso sobre a satisfação dos usuários do Restaurante Universitário-RU. **Revista de Estudos Sociais**, v. 15, n. 30, p. 33-42, 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). (2019). **Sinopse Estatística da Educação Superior 2019 Brasília: Inep, 2020**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 01/02/2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior 2020: resultados**. Brasília: Inep, Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>>. Acesso em: 22/02/2022

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Notas Estatísticas 2019** Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 01/02/2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar, 2020**. Brasília: Inep, 2022. Brasília: Inep, 2022. Disponível em:<<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>>. Acesso em: 22/02/2022

JESUS, Alexandro Monteiro *et al.*. Análise descritiva da satisfação dos alunos usuários do restaurante universitário, da Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, Pará. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 2, p. e14011225557-e14011225557, 2022.

JUNIOR, Fernando de Jesus Moreira *et al.*. Satisfação dos usuários do restaurante universitário da universidade federal de santa maria: uma análise descritiva. **Revista Sociais E Humanas**, v. 28, n. 2, p. 83-108, 2015.

LOBO, M. B. C. M. **Panorama da evasão no Ensino Superior Brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções**. Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, (Cadernos, vol. 25), Brasília, DF. 2012.

LOBO, R. L. *et al.*. A evasão no Ensino Superior Brasileiro. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 641-59, 2007.

LIMA JÚNIOR, Paulo. Evasão do ensino superior de Física segundo a tradição disposicionalista em sociologia da educação. 2013.

LIMA, Paulo *et al.*. Taxas longitudinais de retenção e evasão: uma metodologia para estudo da trajetória dos estudantes na educação superior. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 27, p. 157-178, 2019.

MUSSLINER, B. O.; MUSSLINER, M. de S. e S.; MEZA, E. B. M.; RODRÍGUEZ, G. L. O problema da evasão universitária no sistema público de ensino superior: uma proposta de ação com base na atuação de uma equipe multidisciplinar / The problem of university dropout in the public system highereducation: a proposal for action based on the acting of a multidisciplinary team. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 7, n. 4, p. 42674–42692, 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n4-636. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.Php>.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior. Cadastro e-MEC**, 2022. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova> Acesso em: 03 jan. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR - SESu/MEC. **Análise crítica sobre os Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Ensino Superior 2016** - Acórdãos nº. 1.043/2006-TCU-Plenário e nº 2.167/2006-TCU-Plenário.Brasília 2018. Em<https://www.gov.br/mec/pt-br/media/sesu/pdf/arquivos/AnliseCriticaIndicadoresTCU2018.pdf> Acesso em: 2 fev. 2022.

MASSI, Luciana; VILLANI, Alberto. Um caso de contratendência: baixa evasão na licenciatura em química explicada pelas disposições e integrações. **Educação e Pesquisa**, v. 41, p. 975-992, 2015.

MENDES, A. J. R. *et al.*. **Grupo de trabalho de indicadores. Fórum de Pró-reitores de Planejamento e Administração (FORPLAD). Comissão de planejamento e avaliação.** Ouro Preto, 2015. Disponível em: <http://www.forplad.andifes.org.br/cadastro1/textos/indicadores/Indicadores-FORPLAD.pdf>. (p.52). Acesso em: 26 maio 2022.

OECD **Education Policy Outlook: Brasil — com foco em políticas internacionais**, (2021), disponível em: <https://www.oecd.org/education/policy-outlook/country-profile-Brazil-2021-INT-PT.pdf.A>.

OLIVEIRA, Valéria Aparecida de; SILVA, André Coelho da. Uma Revisão da Literatura sobre a evasão discente nos cursos de licenciatura em física. ensaio pesquisa em educação em ciências 22 (2020): **Ensaio Pesquisa Em Educação Em Ciências**, 2020, Vol.22. <https://www.scielo.br/j/epcc/a/HV5RXtsXxfGGtpcnqVZHpvd/?lang=pt>.

PAES BARROS, R.; FRANCO, S.; GALL, G.; GARCIA, B.; MENDONÇA, R. **Políticas públicas para redução do abandono e evasão escolar de jovens**. 2016. Disponível em: <<https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2018/09/Poli%CC%81ticaspu%CC%81blicas->

para-a-reduc%CC%A7a%CC%83o-do-abandono-e-evasa%CC%83oescolar-de-jovens.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2022.

PORTARIA Nº 984, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-984-de-18-de-novembro-de-2020-289277648>. Acesso em: 25/03/2022.

PRESTES, E. M. T; FIALHO, M. G. D. Evasão na educação superior e gestão institucional: o caso da Universidade Federal da Paraíba. **Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas de Educação**, v. 26, n. 100, p. 869-89, 2018. <https://doi.org/10.1590/s0104-40362018002601104>.

RANGEL, Flaminio de Oliveira *et al.*. Evasão ou mobilidade: conceito e realidade em uma licenciatura. Aprovação no Comitê de Ética CEP nº 1231/11, UNIFESP. **Ciência & Educação** (Bauru) [online]. 2019, v. 25, n. 1. Acesso em: 09/04/2022.

SACCARO, Alice; FRANCA, Marco Túlio Aniceto; JACINTO, Paulo de Andrade. Fatores Associados à Evasão no Ensino Superior Brasileiro: um estudo de análise de sobrevivência para os cursos das áreas de Ciência, Matemática e Computação e de Engenharia, Produção e Construção em instituições públicas e privadas. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 49, n. 2, p. 337-373, abr. 2019. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-416120190002\\_00337&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-416120190002_00337&tlng=pt). Acesso em: 26 maio 2022.

SANTOS, W. C. Dropout in Private Higher Education. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 13, p. e63101321034, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/21034>. Acesso em: 29 jan. 2022.

SANTOS, Geovania Lúcia dos. **Educação superior ainda que tardia: sentidos da formação e significados do diploma entre adultos com antecedente escolar na EJA**. Tese (Doutorado) – FAE/UFMG, Belo Horizonte, 2019.

SILVA FILHO, R. L. L. S.; MOTEJUNAS, P. R.; HIPÓLITO, O.; LOBO, M. B. C. M. A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 641-659, set./dez. 2007.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo; LOBO, Maria Beatriz de Carvalho Melo. **Como a mudança na metodologia do INEP altera o cálculo da evasão**. Mogi das Cruzes: Instituto Lobo, 2012. [https://www.institutolobo.org.br/core/uploads/artigos/art\\_079.pdf](https://www.institutolobo.org.br/core/uploads/artigos/art_079.pdf), acesso em 25/05/2022.

SILVA, Leonardo Barbosa; MARIANO, Alexsandro Souza. A Definição de Evasão e suas implicações (limites) para as políticas de educação superior. **Educação em Revista [online]**. 2021, v. 37 [Acessado 13 outubro 2022], Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-469826524>>.

SILVA, I. J. A.; MIRANDA, G. J.; LEAL, E. A.; PEREIRA, J. M. Estratégias das Coordenações dos Cursos de Ciências Contábeis para Combater a Evasão. **Revista Universo Contábil**, v. 14, n. 2, p. 61-81, 2018.

SIMON, Lilian Wrzesinski; GOTARDO, Renata Cristina da Costa; AMORIM, Juliana Horstmann; BAUTITZ, Ivonete Rossi. A busca ativa como estratégia de contenção da evasão no ensino superior. **Revista Labor**, Fortaleza, v. 1, n. 26, p. 46-166, 2021.

SOARES, A.S *et al.*. **Relatório Diagnóstico – Caracterização Geral das IES e cursos Indicados**, UFG, 2021, acesso em 05/09/2022.

SOUZA, Gabriel Viana de. RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRA: UM OLHAR NOS MODELOS DE GESTÃO. **Administração de Empresas em Revista**, v. 2, n. 28, p. 24-53, 2022.

TONTINI, Gerson; Walter, Silvana Anita **Pode-se identificar a propensão e reduzir a evasão de alunos? Ações estratégicas e resultados táticos para instituições de ensino superior**. Universidade Regional de Blumenau. SC, Brasil Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 1, p. 89-110, mar. 2014.

VIEIRA, Eduardo Tadeu. **Índices de Retenção na Universidade de Brasília: abordagem do ponto de vista do financiamento**. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE). Programa Multi-institucional e inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis da UnB, UFPB e UFRN. Brasília, 2013.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). **ACÓRDÃO 461/2022 – PLENÁRIO**. Brasília, 2022. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-avalia-indicadores-de-gestao-e-desempenho-das-universidades-federais.htm>>.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). **Decisão TCU n. 408/2002**, de 24 de abril de 2002. Brasília, 2002. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/proplan/files/2022/01/decisao-no-408-2002-tcu-plenario.pdf>. Acessado em: 13/10/2022.

## Anexo I

### Ações das IFES para combater a evasão de alunos

Sequência	Categorias	Ações	n	%	Etapas
1	Alimentação	Restaurante Universitário - R U	17	30,357	2
2	Alimentação	Auxílio / Bolsa Alimentação	16	28,571	2
3	Alimentação	Cestas Básicas	2	3,5714	2
4	Apoio Pedagógico	Monitoria; Monitores voluntários; Monitoria Digital; Mentoring	32	57,143	2
5	Apoio Pedagógico	Tutoria; tutoria por pares; tutoria voluntária; Tutoria de Conteúdos Específicas para estudantes indígenas e estrangeiros	27	48,214	2
6	Apoio pedagógico	Atendimento, Acompanhamento pedagógico; Acompanhamento do Discente; Atendimento ou Acompanhamento Psicopedagógico; Apoio pedagógico e incentivo às atividades acadêmicas;	24	42,857	2
7	Apoio Pedagógico	Turmas especiais em disciplinas de alta retenção/reprovação; Reforço; Revisão; Disciplinas: Matemática, Física, Cálculo, Química, Língua Portuguesa e Língua Inglesa; Línguas estrangeiras	12	21,429	2
8	Apoio Pedagógico	Cursos de Nivelamento	4	7,1429	2
9	Apoio pedagógico	Orientações sobre a administração do tempo	2	3,5714	2
10	Apoio pedagógico	Técnicas de estudo	1	1,7857	2
11	Atendimento à Saúde	Programa de Saúde Mental; Atendimento Psicológico	12	21,429	2
12	Atendimento à Saúde	Apoio Médico; Apoio à saúde;	2	3,5714	2
13	Atendimento Social	Atendimento Social /Assistência Social / Atendimento Psicossocial / Proteção Social / Proteção contra violências	10	17,857	2
14	Auxílio Financeiro	Assistência estudantil; Auxílio; Bolsas; Bolsa de Extensão Ensino e Cultura; Bolsas afirmativas	30	53,571	2
15	Auxílio Financeiro	Auxílio Creche	17	30,357	2
16	Auxílio Financeiro	Assistência aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica	11	19,643	2
17	Auxílio Financeiro	Apoio ao esporte; Auxílio Pró-Atleta; Bolsa Atleta;	10	17,857	2
18	Auxílio Financeiro	Auxílio para participação de alunos em eventos nacionais e internacionais; Viagens de Estudo (apoio, auxílio)	10	17,857	2
19	Auxílio Financeiro	Auxílio Emergencial	8	14,286	2
20	Auxílio Financeiro	Auxílio para aquisição de material de estudo; Vale-Livro; livro de línguas estrangeiras	5	8,9286	2
21	Auxílio Financeiro	Estágios na instituição, outros tipos de estágios	4	7,1429	2
22	Auxílio Financeiro	Auxílio Dignidade Menstrual	2	3,5714	2
23	Auxílio Financeiro	Auxílio Reprografia	1	1,7857	2
24	Auxílio Financeiro	Kit odontológico para desenvolvimentos das aulas práticas	1	1,7857	2
25	Moradia	Auxílio Moradia / Moradia Estudantil/ Casa do Estudante	24	42,857	2
26	Planejamento	Feira / Mostra de Cursos e Profissões, dirigida a concluintes do segundo grau e demais interessados;	3	5,3571	1
27	Planejamento	Acolhimento aos estudantes calouros (palestras, oficinas, mini cursos)	14	25	2
28	Planejamento	Reuniões periódicas com discentes, docentes, coordenadores e assessores de maneira a intermediar as dificuldades.	7	12,5	2
29	Planejamento	Monitorar e realizar autoavaliação dos cursos	4	7,1429	2
30	Planejamento	Avaliação do histórico escolar de forma individualizada,	2	3,5714	2
31	Planejamento	Curso de férias	2	3,5714	2
32	Planejamento	Divulgação e ampliação do canal de comunicação com os discentes	2	3,5714	2

33	Planejamento	Monitoramento das turmas com alto índice de reprovação	2	3,5714	2
34	Planejamento	Ações motivacionais	1	1,7857	2
35	Planejamento	Contato com discentes que ultrapassaram o tempo de integralização,	1	1,7857	2
36	Planejamento	Palestras e seminários, com profissionais da área, formados na instituição com o objetivo de discutir as perspectivas oferecidas pelo curso e pela profissão	1	1,7857	2
37	Planejamento	Reunião com os alunos que estão com os prazos perto de vencer	1	1,7857	2
38	Planejamento	Reintegração do aluno; questionários para os egressos; publicar o edital de estudantes sujeitos à exclusão, por não renovação de vínculo; Busca ativa para resgatar os alunos com vínculo irregular; Pesquisa para encontrar alunos evadidos.	4	7,1429	3
39	Planejamento	Programas, comissões ou grupos, para desenvolver ações visando combater à evasão	20	35,714	4
40	Planejamento	Atualização de currículos (análise); Revisão contínua das matrizes curriculares	5	8,9286	4
41	Planejamento	Processo de ocupação de vagas remanescentes	5	8,9286	4
42	Planejamento	Diagnóstico e Ações para combate a evasão	4	7,1429	4
43	Planejamento	Diminuição de pré requisitos em disciplinas do curso	1	1,7857	4
44	Programa do Governo Federal	Inclusão Digital; Auxílio emergencial para acesso à internet (bolsa); Programa de Inclusão/acessibilidade digital (computadores); Auxílio Inclusão/acessibilidade digital - Tecnologias Assistivas (Programa Universidade Acessível)	19	33,929	2
45	Programa do Governo Federal	Apoio, Ações (Auxílio; Bolsa) voltadas para a acessibilidade para pessoas com deficiências; Bolsa Inclusão/acessibilidade; Apoio ao Aluno com Necessidades Educacionais Especiais	16	28,571	2
46	Programa do Governo Federal	PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência	15	26,786	2
47	Programa do Governo Federal	Programa Educação Tutorial (PET),	15	27,778	2
48	Programa do Governo Federal	Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)	14	25	2
49	Programa do Governo Federal	Residência Pedagógica (PRP)	12	21,429	2
50	Programa do Governo Federal	Auxílio / Bolsa Permanência	11	19,643	2
51	Programa do Governo Federal	Auxílio a estudantes estrangeiros - PEC - G Bolsas; Promisões Projeto Milton Santos; Auxílio financeiro Extraordinário aos estudantes estrangeiros em vulnerabilidade	9	16,071	2
52	Programa do Governo Federal	Acessibilidade; Apoio ao estudante Indígena e Quilombola; Bolsas afirmativas	8	14,286	2
53	Programa do Governo Federal	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC.	5	8,9286	2
54	Programa do Governo Federal	acessibilidade; Tradução Libras	4	7,1429	2
55	Programa do Governo Federal	PIDIC Incentivo a Diversidade e Convivência	2	3,5714	2
56	Programa do Governo Federal	acessibilidade; inclusão; Apoio ao Desenvolvimento Acadêmico dos Estudantes Portadores de Visto Humanitário	1	1,7857	2
57	Transporte	Auxílio Transporte	11	19,643	2
58	Valorização do docente	Palestras e cursos para ampliar a formação didático-pedagógica do Docente	4	3,5714	2
59	Valorização do docente	Capacitação de docentes	10	17,857	4
60	Valorização do docente	Formação continuada para Docentes	7	12,5	4

Fonte: Elaboração própria com os dados das IFES (2022)

## Anexo II

Taxa média de evasão anual das IFES período de 2015 a 2019

	Região	IFES	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
1	CENTRO-OESTE	U. F. de Rondonópolis	0,88	5,76	2,85	12,56	16,62	38,67
2	CENTRO-OESTE	U. F. DE MATO GROSSO	2,48	6,55	3,07	18,03	9,14	39,27
3	CENTRO-OESTE	U. DE BRASÍLIA	6,52	14,65	9,67	7,23	4,68	42,75
4	CENTRO-OESTE	U. F. DE GOIÁS	16,3	10,7	9,87	4,51	4,44	45,82
5	CENTRO-OESTE	F. U. F. DA GRANDE DOURADOS	20,1	12,06	7,67	3,6	3,036	46,4
6	CENTRO-OESTE	U. F. DE JATAÍ	24,51	13,86	6,35	4,07	4,25	53,04
7	CENTRO-OESTE	U. F. DE CATALÃO	16,89	12,75	9,12	5,51	9,43	53,7
8	CENTRO-OESTE	U. F. DE MATO GROSSO DO SUL	24,26	16,26	7,05	5,53	3,9	57
9	NORDESTE	U. F. DA BAHIA	8,9	5,67	3,75	2,47	2,56	23,35
10	NORDESTE	U. DA INTEGRAÇÃO INTER.LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA	4,07	14,43	3,96	4,42	2,47	29,35
11	NORDESTE	U. F. DO MARANHÃO	4,64	16,51	2,65	2,58	5,87	32,25
12	NORDESTE	U. F. DO DELTA DO PARNAIBA	4,2	4,71	19,17	4,34	5,85	38,27
13	NORDESTE	U. F. DO PIAUÍ	4,07	5,87	22,75	3,89	5,21	41,79
14	NORDESTE	U. F. DO RIO GRANDE DO NORTE	11,07	10,2	10,22	6,47	4,63	42,59
15	NORDESTE	U. F. DO CARIRI	14,52	16,08	8,07	1,31	2,72	42,7
16	NORDESTE	U. F. DE PERNAMBUCO	10,22	13,76	8,61	5,85	4,31	42,75
17	NORDESTE	U. F. RURAL DO SEMI-ÁRIDO	7,16	17,99	10,36	5,59	3,61	44,71
18	NORDESTE	U. F. DO RECÔNCAVO DA BAHIA	4,37	5,16	19,76	12,96	3,55	45,8
19	NORDESTE	U. F. DO CEARÁ	7,96	15,69	10,53	7,21	4,83	46,22
20	NORDESTE	U. F. DO SUL DA BAHIA	4,31	8,84	2,32	4,78	27,05	47,3
21	NORDESTE	U. F. DE ALAGOAS	3,98	6,71	4,34	19,16	13,7	47,89
22	NORDESTE	F. U. F. DO VALE DO SÃO FRANCISCO	8,63	19,9	9,47	6,67	3,58	48,25
23	NORDESTE	U. F. DO OESTE DA BAHIA	3,36	21,84	13,89	4,89	4,64	48,62
24	NORDESTE	U. F. DA PARAÍBA	0,7	15,81	15,17	12,59	4,51	48,78
25	NORDESTE	U. F. DE SERGIPE	18,7	15,95	8,56	7,72	4,33	55,26
26	NORDESTE	U. F. RURAL DE PERNAMBUCO	2,39	25,3	14,04	8,83	5,4	55,96
27	NORDESTE	U. F. DO AGRESTE DE PERNAMBUCO	0,85	31,36	14,84	7,12	3,24	57,41
28	NORDESTE	U. F. DE CAMPINA GRANDE	25,72	17,56	9,35	5,8	1,75	60,18
29	NORTE	U. F. RURAL DA AMAZÔNIA	3,94	5,06	2,39	15,85	0,69	27,93
30	NORTE	U. F. DO PARÁ	4,32	3,41	4,87	13,55	2,36	28,51
31	NORTE	U. F. DO AMAPÁ	0,23	9,69	10,27	1,69	14,35	36,23
32	NORTE	U. F. DO AMAZONAS	3,2	4,41	2,51	21,53	6,7	38,35
33	NORTE	U. F. DO OESTE DO PARÁ	8,47	10,3	7,38	21,4	0,85	48,4
34	NORTE	U. F. DO ACRE	11,31	7,74	15,57	9,16	6,37	50,15
35	NORTE	U. F. DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	9,18	9,84	10,3	19,32	3,16	51,8
36	NORTE	F. U. F. DO TOCANTINS	5,39	16,59	18,84	5,51	8,89	55,22
37	NORTE	F. U. F. DE RONDÔNIA	9,59	22,25	3,43	15,03	4,95	55,25
38	NORTE	U. F. DE RORAIMA	1,58	9,45	3,17	28,39	11,32	53,91
39	SUDESTE	U. F. DO ESPÍRITO SANTO	5,65	7,48	5,41	7,04	7,64	33,22
40	SUDESTE	U. F. DE UBERLÂNDIA	3,86	7,02	16,02	7,72	1,27	35,89
41	SUDESTE	U. F. DE ALFENAS	10,32	15,49	6,02	2,52	2,76	37,11
42	SUDESTE	U. F. DE JUIZ DE FORA	4,2	12,81	6,8	8,6	5,03	37,44
43	SUDESTE	U. F. DO RIO DE JANEIRO	7,51	6,36	8,99	9,29	5,8	37,95
44	SUDESTE	U. F. DE SÃO CARLOS	10,86	13,78	6,79	5,55	2,08	39,06
45	SUDESTE	U. F. DE LAVRAS	9,73	12,39	10,63	4,27	5,36	42,38
46	SUDESTE	U. F. DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	9,78	16,26	7,32	5,88	3,17	42,41
47	SUDESTE	U. F. DE SÃO PAULO	9,36	7,94	5,95	19,18	1,75	44,18

48	SUDESTE	U. F. DE ITAJUBÁ - UNIFEI	8,65	16,51	8,38	5,21	5,49	44,24
49	SUDESTE	U. F. DE MINAS GERAIS	16,21	12,64	7,94	5,46	3,01	45,26
50	SUDESTE	U. F. DE SÃO JOÃO DEL REI	6,98	17,53	8,83	6,02	6,73	46,09
51	SUDESTE	U. F. RURAL DO RIO DE JANEIRO	10,16	16,35	9,87	6,86	2,88	46,12
52	SUDESTE	U. F. DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	14,13	14,04	7,09	5,68	5,55	46,49
53	SUDESTE	F. U. F. DO ABC	3,1	9,24	2,12	20,57	12,37	47,4
54	SUDESTE	U. F. DE VIÇOSA	8,37	15,33	14,55	7,61	2,15	48,01
55	SUDESTE	U. F. DE OURO PRETO	11,56	18,62	9,65	5,43	3,14	48,4
56	SUDESTE	U. F. FLUMINENSE	14,99	10,39	5,32	11,38	8,62	50,7
57	SUDESTE	U. F. DO TRIÂNGULO MINEIRO	11,4	19,45	10,26	6,62	3,41	51,14
58	SUL	F. U. F. DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE	2,77	19,91	5,81	9,65	2	40,14
59	SUL	U. F. DO PARANÁ	7,25	14,49	10,1	5,52	3,86	41,22
60	SUL	U. F. DO RIO GRANDE DO SUL	4,5	13,22	12,13	6,04	5,47	41,36
61	SUL	U. F. DE SANTA MARIA	7,19	15,47	10,04	6,62	4,76	44,08
62	SUL	U. F. DE SANTA CATARINA	5,42	17,62	9,58	6,92	5	44,54
63	SUL	U. F. DE PELOTAS	15,25	17,73	12,18	6,17	4,1	55,43
64	SUL	U. TECNOLÓGICA F. DO PARANÁ	25,14	9,52	7,48	8,08	5,59	55,81
65	SUL	U. F. DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA	13,98	18,03	13	5,56	5,56	56,13
66	SUL	U. F. DO RIO GRANDE	14,1	19,55	11,29	7,26	4,98	57,18
67	SUL	U. F. DA FRONTEIRA SUL	14,03	22,4	10,59	6,1	4,38	57,5
68	SUL	F. U. F. DO PAMPA - UNIPAMPA	26,05	14,83	10,33	6,7	3,211	61,121

Fonte: Dados do INEP 2020